

UMA SAGA A SERVIÇO DA INCLUSÃO SOCIAL

LUIZ GUIMARÃES MESQUITA



O Instituto Brasileiro Pró-Educação Trabalho e Desenvolvimento (ISBET) nasceu em 1971, com o nome de Sociedade Brasileira de Estudos Pedagógicos (SBEP). A partir daí, passaram-se 50 anos, com muitos altos e baixos, como soe acontecer.

Ao longo de toda a sua trajetória, o ISBET e seus colaboradores estão sempre perquirindo a ótima qualidade de suas ações, alicerçadas nos valores institucionais, que são: ética, responsabilidade, promoção humana, credibilidade e qualidade. Tal busca também ocorre com base no que diz o educador suíço Pierre Furter: a educação é permanente. Deve ocorrer do berço ao túmulo. É essa educação permanente que move a entidade ao buscar ampliar seus números, ações e capilaridade.

Com isso, ao longo dos seus últimos 20 anos, o ISBET consolidou-se como uma instituição sólida que trabalha para incluir na sociedade o jovem marginalizado da periferia. De lá para cá, já foram abertas 70 unidades Brasil afora, sendo que aproximadamente 30 estão em atividade atualmente e, o mais importante: mais de 1,5 milhão de jovens já foram atendidos e cerca de 400 mil inseridos no mercado de trabalho (contratos firmados) como fruto desta história que, agora, temos a honra de registrar neste livro.

UMA SAGA
A
SERVIÇO DA
INCLUSÃO
SOCIAL

UMA SAGA

A

LUIZ GUIMARÃES MESQUITA

SERVIÇO DA



Vidaria
LIVROS



*Às gerações futuras que
dirigirão o ISBET*

Copyright © Luiz Guimarães Mesquita, 2021

1ª edição — Agosto de 2021

Texto

Luiz Guimarães Mesquita, com Gabriela Gasparin

Preparação

Gabriela Gasparin

Capa, Projeto Gráfico e Diagramação

Cleber Machado

Revisão

Anderson Hander

Lilian Aquino

Fotos: Arquivo ISBET, exceto fotos das páginas 26; 27; 38 e 133, cujos créditos estão nas respectivas imagens.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação — CIP
Roberta Amaral Sertório Gravina, CRB-8/9167

M544s Mesquita, Luiz Guimarães
Uma saga a serviço da inclusão social: ISBET 50 anos: 1971-2021 /
Luiz Guimarães Mesquita. — São Paulo: Vidaria Livros, 2021.
194 p. : il. ; 23 cm.

ISBN: 978-65-86282-06-1.

1. Assistência social - Brasil 2. Integração social 3. Programas
de estágio I. Instituto Brasileiro Pró-Educação, Trabalho e
Desenvolvimento II. Título

CDD 371.9
CDU 364.3

Publicação:



Vidaria
LIVROS

www.vidarialivros.com.br

Impresso no Brasil

09 Prefácio

Uma escola pública, um bairro rico e um sonho

15 Agradecimentos

17 Introdução

Uma boa parte de nossas vidas

22 Capítulo 1

Uma verdadeira paixão pelo ensino

36 Capítulo 2

Cidade nova, SBEP nova

52 Capítulo 3

Um novo nome para alcançar as estrelas

66 Capítulo 4

ISBET Brasil afora

100 Capítulo 5

Aprendizagem: uma realidade para o ISBET

126 Capítulo 6

Ensinando a pescar em águas turvas

144 Capítulo 7

“Causos” que ficarão para a história

156 Capítulo 8

Um norte para nossas realizações

166 Posfácio

Nossa luta continua

181 Fotos

Jovens em atividades pelo Brasil



PREFÁCIO

UMA ESCOLA PÚBLICA, UM BAIRRO RICO E UM SONHO

“Escola Estadual de Primeiro e Segundo Grau Professora Maria Auxiliadora Marques”. Escrevi esse nome em cabeçalhos de provas e trabalhos escolares durante todo meu ensino fundamental, cursado na década de 1990 nessa escola pública em São Bernardo do Campo, no ABC Paulista. Na época, eu queria mesmo era poder escrever, em letras garrafais, o nome de alguma das escolas particulares da região, onde sabia que o ensino era mais “puxado”, como diziam, em referência à melhor qualidade da educação privada. A renda da minha família, porém, não tornava possível esse meu desejo e segui, a contragosto, na escola pública.

Sempre gostei de estudar. Era a “CDF” da turma, aquela tradicional figura que acompanha da primeira fileira e de olhos atentos o que o professor ou a professora tem a dizer. Era a aluna chata que, em vão, fazia “shhhhh” na tentativa de silenciar os bagunceiros do fundão que impediam a aula de acontecer. Cansei de ver professores desistirem de tentar ensinar e se sentarem, derrotados e sem voz, nas suas mesas, tão ansiosos pelo sinal que punha fim àquele martírio quanto os alunos. Enquanto isso, assistiam ao triunfo da indomável classe, que preferia fazer qualquer outra coisa a ter aula: brincar; desenhar nas folhas (em branco) do caderno; fazer *bullying* com os coleguinhas; cantar músicas da moda; dormir na carteira ou tentar grudar cones de papel com cuspe no teto. Havia, claro, a minoria de crianças que, assim como eu, lamentava mais uma lição não aprendida e o desperdício de um precioso tempo que não voltaria mais.

Outra cena corriqueira de que me recorde era a das “aulas vagas”, que aconteciam quando o professor titular faltava e não havia substitutos. Ficávamos, então, trancados no pátio correndo pra lá e pra cá, à espera do sinal tocar e a inspetora aproximar-se para abrir os portões da “alforria”.

É importante deixar claro que minha intenção, com este relato, não é fazer uma crítica aos professores, e muito menos aos alunos. Sei que a maioria esmagadora dos professores merece é ser aplaudida por seguir na profissão mesmo diante do baixo investimento público em educação no Brasil. Já os alunos precisam lidar com um sistema de ensino sucateado e distante de sua realidade. Porém, essas memórias de aulas desperdiçadas ficaram gravadas na mente — e no coração — de uma estudiosa aluna que sonhava em receber um ensino de qualidade. Infelizmente, sei que cenas como as que vivi são corriqueiras e até brandas para a realidade das escolas públicas brasileiras, que ainda formam analfabetos funcionais¹. O mais lamentável é que, entre 2020 e 2021, devido à crise da pandemia do novo coronavírus, o abismo entre a qualidade do ensino público e privado no país se intensificou ainda mais².

Um fato curioso que resgato da minha juventude escolar é o contraste social entre a escola pública e o bairro de classe média-alta onde ela está localizada até hoje e no qual, ironicamente, eu morava! Meu pai dizia que havia construído nossa casa térrea quando “tudo aquilo era mato” e que não sabia que o loteamento se transformaria num bairro rico. Aos poucos, os muros altos dos casarões foram trazendo sombra à nossa “humilde” residência que, hoje sei, só era pequena mesmo se comparada às mansões que se instalaram ao redor. Na verdade, fui bastante privilegiada por ter crescido numa vasta, bonita e confortável casa com três quartos, um quintal com churrasqueira e um jardim na garagem!

Enquanto isso, a grande maioria dos meus colegas de sala morava nas favelas ou nos bairros mais pobres das redondezas. Quando iam à minha casa para fazer trabalhos escolares, achavam que a “Patricinha” era eu. Já para minhas amigas do bairro rico, que frequentavam a escola particular e tinham piscinas em seus quintais, eu era a “pobrezinha” que estudava na escola pública e não usava a roupa da moda.

1. Dados da Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA), realizada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) em 2016, mostram que 54,73% dos estudantes acima de 8 anos permaneciam em níveis insuficientes de leitura, enquanto que 33,95% dos alunos brasileiros apresentaram índices de insuficiência na escrita e 54,4% estavam abaixo do desempenho desejável em matemática. Fonte: <https://jornal.usp.br/atualidades/escolas-brasileiras-ainda-formam-analfabetos-funcionais/>. Acesso em 07 de maio de 2021.

2. Fonte: Pandemia amplia abismo entre escolas públicas e privadas no Brasil. Fonte: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2020/05/pandemia-amplia-abismo-entre-escolas-publicas-e-privadas-no-brasil.shtml>. Acesso em 07 de maio de 2021.

Se você, caro(a) leitor(a), está ansioso(a) para entender que raios a história da minha infância e adolescência tem a ver com a celebração dos 50 anos do Instituto Brasileiro Pró-Educação Trabalho e Desenvolvimento (ISBET), acabo agora com sua angústia: não foi em vão que tais memórias me surgiram quando sentei para começar a redigir estas palavras. Creio que de forma muito amena e, ainda assim, bastante privilegiada, senti na pele desde criança que algo gritante que jamais pode ser ignorado separa os pobres e ricos deste país: o acesso a oportunidades.

Ter estudado na rede pública de ensino me torna ainda mais convicta de que sou exceção, e não regra, entre aqueles com os quais dividi as carteiras escolares (muitas vezes pichadas e quebradas) por tantos anos. Embora meus pais não tivessem condições de pagar o colégio particular durante meu ensino fundamental, me deram todo o amor, apoio e estímulo possível para eu estudar! Tive um ambiente familiar saudável, uma vida bastante confortável, nada me faltou.

Ao término do ensino fundamental, passei no “vestibulinho” da Escola Técnica Estadual (ETEC) Lauro Gomes, no centro de São Bernardo, e fiz o ensino médio junto com o curso técnico em Logística. Quando prestei o tão disputado vestibular da FUVEST, o meu nome não apareceu na desejada lista de aprovados no curso de Jornalismo na Universidade de São Paulo (USP). Fiquei triste, mas meu pai, que trabalhava como ferramenteiro numa metalúrgica à época, torneou muitas peças de automóveis durante quatro anos para pagar meus estudos numa universidade particular. Portanto, a faculdade me foi dada como garantia, pois meu pai não cogitava a possibilidade de eu ficar um ano “parada”, como dizia. Logo que entrei na graduação, portas se abriram para mim no mercado de trabalho ao colocar “Ensino Superior em Curso” no topo do meu currículo.

Realidade essa bem diferente da enfrentada por milhões de jovens brasileiros que muitas vezes saem de casa rumo à escola pública com fome, ansiosos mesmo é pela merenda — e não pela aula, como no meu caso! Crianças e adolescentes que crescem em barracos de um só cômodo, divididos por toda a família, sem qualquer infraestrutura básica. Que convivem desde cedo com familiares e amigos envolvidos com a criminalidade, tendo esta como o destino mais certo. Ou jovens que sequer têm uma casa de onde sair (o que dirá matrícula garantida na escola para ir), que vivem em situação de extrema vulnerabilidade social.

A constatação de tal realidade se tornou ainda mais evidente para mim a partir do segundo semestre de 2020, quando o Diretor-Executivo do ISBET, o Professor Luiz Guimarães Mesquita, procurou a Vidaria Livros, editora da qual

sou responsável, com o interesse de resgatar e publicar em um livro a história dos 50 anos da instituição, celebrados em 2021. Durante o projeto, a cada novo depoimento de conselheiros, coordenadores, ex-funcionários e demais envolvidos na trajetória da entidade, tive reforçada a certeza de que os jovens da periferia, marginalizados, precisam de apoio e oportunidades para que possam transformar suas realidades.

A história do ISBET é a prova de como isso pode ser feito: por meio da orientação psicossocial, da educação, da capacitação profissional, e, sobretudo, da possibilidade de acesso ao trabalho e à renda. Durante a produção desta obra, testemunhei a diferença que a atuação de instituições sem fins lucrativos como o ISBET faz na vida dos jovens de baixa renda brasileiros, uma vez que o poder público não dá conta do recado. Ao longo de suas cinco décadas de atuação, a entidade já atendeu mais de um milhão de jovens brasileiros.

Quando estávamos no fechamento das entrevistas para reconstituir a trajetória de como foi possível atingir tal número, o Professor Mesquita me disse: “Já sei quem vai escrever o prefácio do livro, Gabriela! É você, a pessoa que conhece a nossa história do começo ao fim!”. Naquela hora, confesso que um arrepio me subiu pela espinha. Seria eu capaz de fazer um texto digno de abrir a história de uma instituição social como o ISBET? Teria eu insumos para contextualizar a importância de seu trabalho para a sociedade brasileira?

Logo conclui que a melhor forma de tentar fazer jus à empreitada era me colocar como mais uma personagem desta história. Desse modo, encerro estas palavras com um agradecimento ao trabalho realizado pelo ISBET, em nome de todos os jovens que, assim como aquela inconformada aluna da rede pública que fui, sonham com um país com oportunidades iguais para todos. Só assim poderão escrever, em letras garrafais, o futuro que sonharem para si.

Gabriela Gasparin, jornalista e fundadora da Vidaria Livros
Maio de 2021



AGRADECIMENTOS

O escritor inglês Aldous Huxley já dizia: “nenhum homem é uma ilha”. Da mesma forma, nada se constrói sozinho, sem a participação direta e efetiva de uma equipe coesa e forte.

É com essa consciência tão clara e sincera em minha mente que expresso aqui meus profundos agradecimentos.

À minha mulher, companheira de todas as horas. Aos meus filhos, apoio em todos momentos felizes ou difíceis. Aos meus netos e netas, que são o “*leitmotiv*” da minha vida hoje.

Aos meus companheiros de jornada, conselheiros e conselheiras que depositaram em mim toda a sua confiança.

Aos colaboradores do ISBET, que comigo remam na mesma direção. E a todos os amigos, empresas e instituições que acreditam em nosso trabalho e compram a nossa ideia.

E, finalmente, aos jovens aprendizes e estagiários que têm conosco seus momentos de expectativa e de construção de sonhos. Como dizia o poeta português Fernando Pessoa: “tudo vale a pena se a alma não é pequena”.



INTRODUÇÃO

UMA BOA PARTE DE NOSSAS VIDAS

A história do ISBET, de alguma forma, às vezes se confunde com a minha própria, entrelaçando seus momentos com os vários rumos que minha vida tomou ao longo desses 50 anos.

Por acaso, os rumos de meus trabalhos se encontram com as ações do ISBET em muitos momentos, confundindo-se ainda mais a partir de 1985, quando participamos da primeira grande virada institucional. A partir daí, os laços se estreitaram cada vez mais e se mesclaram de tal forma que a minha história e a do ISBET tornaram-se quase a mesma coisa.

Nasci em Governador Valadares, em Minas Gerais, em 1943. Cresci numa cidade pequena do interior e de lá saí para cursar o seminário onde se formavam futuros padres para a Congregação Missionária dos Padres do Espírito Santo. Lá obtive minha formação acadêmica básica: ginásio clássico, noviciado e filosofia.

Ao deixar o seminário, por razões puramente pessoais, iniciei minha trajetória de trabalho formal como Orientador Social no Serviço Social do Comércio (SESC) de São Paulo. Na década de 1970, fui convidado a implantar e assumir a direção do Campus Avançado do Vale do Jequitinhonha (CAVJ), do projeto Rondon – aqui aconteceu meu primeiro *approach* com o estágio de estudantes.

No SESC, foram dez anos de atuação. Após tanto tempo, resolvi alçar novos voos. Entrei no Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE) de São Paulo, onde tive o privilégio de conviver com seu fundador e superintendente, o profes-

sor Victório D'Achille Palmieri. Foram outros dez anos de convivência e muito aprendizado. Ali, aprendi a amar e me dedicar totalmente ao terceiro setor. Em todas essas andanças, o jovem carente e alijado da sociedade passou a ser a minha meta e preocupação maior.

Em 1971, teve início meu contato com o ISBET, então SBEP, através do Centro Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal para a Formação Profissional (CENAFOR), em São Paulo. Naquele ano vivemos a grande mudança legislativa da educação no Brasil por meio da Lei nº 5.692/1971, que fixou diretrizes e bases para a educação nacional e mudou a organização educacional no Brasil à época, tornando o ensino profissional obrigatório no então chamado 2º grau, atual nível médio.

Nesse contexto, naquele mesmo ano foi fundada a Sociedade Brasileira de Estudos Pedagógicos (SBEP) — que em 2001 foi rebatizada de Instituto Brasileiro Pró-Educação, Trabalho e Desenvolvimento (ISBET) — com o dever de contribuir para a implantação e o desenvolvimento dos aspectos legais e funcionais da nova legislação.

A partir daí, passaram-se 50 anos, com muitos altos e baixos, como se acostumar. É importante ressaltar que 50 anos é muito tempo! É meio século, são cinco décadas, 600 meses, 2.400 semanas, 18.250 dias, 438.000 horas e, muito mais que tudo isso, uma boa parte das nossas vidas. E todos nós, fundadores, conselheiros, colaboradores, estagiários, jovens aprendizes, entre outros, oferecemos nosso dia a dia na construção dessa instituição, pois ela não é feita de paredes nem de utensílios, mas sim da dedicação e da vida de seus colaboradores.

“O tempo é o senhor da razão”, e muito tempo se passou sem que tivéssemos um registro escrito sobre a saga do ISBET. Seus primeiros anos de atividades se perderam nas brumas do passado. Alguns anos após sua fundação, a então SBEP entrou em fase de hibernação, mantendo, tão somente, o necessário para se manter viva. Nessa época, toda sua história e o acervo até então acumulado ficaram guardados numa escola no bairro de Santo Amaro, na Zona Sul de São Paulo, pertencente a um de seus fundadores.

Uma das muitas enchentes que até hoje assolam a cidade de São Paulo alagou a referida escola e destruiu todo o acervo da SBEP. Sobrou intacto apenas o livro de atas, que ficava na residência do então Presidente: Ivo Sinhô Caliente.

Em 1983, resolvi dar uma guinada de 360º na minha vida. Demiti-me do CIEE e mudei-me de São Paulo para o Rio de Janeiro. Em 1985, andando pelas ruas da capital fluminense, encontrei-me com o então Presidente da

SBEP, o professor Dorival Ignácio de Medeiros. Depois de muito papo, resolvemos transferir a SBEP para o Rio, exercendo, também, o papel de Agente de Integração. A partir daí, tem início uma nova história da instituição em terras cariocas.

Ao longo dos seus últimos 20 anos, o ISBET consolidou-se como uma instituição sólida que visa a incluir na sociedade o jovem marginalizado da periferia. Essa é a nossa função, que fazemos com base em dois instrumentos legais: o estágio de estudantes, previsto na Lei nº 11.788 de 2008 e o programa de aprendizagem, estabelecido na Lei nº 10.097 de 2000 — regulamentada pelo Decreto nº 5.598/2005, posteriormente revogado pelo Decreto nº 9.579/2018.

De lá para cá, já foram abertas 70 unidades Brasil afora, sendo que aproximadamente 30 estão em atividade atualmente e, o mais importante: mais de 1,5 milhão de jovens já foram atendidos e cerca de 400 mil inseridos no mercado de trabalho (contratos firmados) como fruto desta história que, agora, temos a honra de registrar neste livro.

No aniversário de 50 anos do ISBET, comemorado em 2 de agosto de 2021, estava prevista a celebração com uma grande festa. Todavia, a pandemia de Covid-19 iniciada em 2020 impossibilitou qualquer planejamento nesse sentido. A escrita deste livro surgiu, então, como uma simbólica alternativa, repleta de significado. Afinal, esta obra não é apenas o registro das primeiras memoráveis cinco décadas da instituição. É, sobretudo, o compilado dos primeiros capítulos de uma história que, espero, continuará sendo escrita por todos os que seguem dando sua garra e energia não apenas para o crescimento do ISBET, mas em busca de preparar cada vez mais jovens brasileiros para o mercado de trabalho.

Algumas vertentes da psicologia afirmam que nossos valores, nossas convicções e nosso caráter se plasmam, de maneira mais consolidada, entre os 10 e 20 anos de nossas vidas. Sabemos que somos fruto do meio em que vivemos, de nossas experiências pessoais, de nossas vivências. Entidades, instituições, empresas não são coisas isoladas que se firmam através dos tempos. Ao contrário, são fruto do idealismo e da proatividade de pessoas, líderes, paladinos que se envolvem com uma causa e passam a buscar sua institucionalização por meio de organizações humanitárias e voltadas para o mesmo ideal.

A simbiose “pessoa/instituição” é algo que pode ou não ocorrer. Às vezes, como dizia o Professor Palmieri: “é preciso não só vestir a camisa da instituição, mas, mais que isso, degluti-la, ruminá-la até que ela entre em seu metabolismo e seja quase impossível separar a pessoa da instituição.”

Talvez, por causa desse processo, ISBET e eu nos permeamos em muitos momentos. Meus valores e sentimentos mais nobres foram construídos em meu tempo de seminário católico, onde fiquei dos 10 aos 20 anos. Ali, através dos ensinamentos, da convivência, do dia a dia com padres holandeses da Congregação do Espírito Santo CSSP, plasmei em mim mesmo os valores da ética, da responsabilidade, do método, da preocupação com o outro, principalmente os menos favorecidos, do otimismo, da fé e da crença no ser humano.

Desse modo, os valores institucionais do ISBET são: Ética, Responsabilidade, Promoção Humana, Credibilidade e Qualidade. Todos interagem diuturnamente com os meus. Disseminados e metabolicamente inseridos em todos seus colaboradores, os valores são afirmados e confirmados cada vez mais, em uma troca profícua e enriquecedora tanto para seus colaboradores como para a própria instituição.

Isso não quer dizer que sejamos santos, mas apenas revela que o ISBET e seus colaboradores estarão sempre perquirindo a ótima qualidade de suas ações. Esse tem que ser um exercício diário e permanente e só é possível concretizá-lo através da educação. É como diz o educador suíço Pierre Furter: a educação é permanente. Deve ocorrer do berço ao túmulo. É essa educação permanente que move nossas visões e nossos valores. Quando buscamos ampliar nossos números, nossas ações, nossa capilaridade, o que nos move é a busca incansável de cada vez mais consolidar a visão e os valores institucionais do ISBET.

Que venham, portanto, as próximas páginas desta história!

Luiz Guimarães Mesquita,
Diretor-Executivo

1

UMA VERDADEIRA PAIXÃO PELO ENSINO

A mudança seria radical. Em 1971, durante o AI-5, o período mais duro do governo militar, foi promulgada a Lei n.º 5.692 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que alterava completamente a organização do ensino no Brasil. O então 2º grau, hoje Ensino Médio, passaria a ter como principal objetivo a profissionalização. Surgiram, portanto, os cursos técnicos profissionalizantes.

Até então, a educação no país era composta pelos cursos primário, secundário (que podia ser clássico ou científico) e superior — esses últimos, porém, eram escassos, presentes, apenas, nas grandes cidades.

Com a chegada da reforma prevista com a nova lei, escolas públicas e privadas de 2º grau em todo o território nacional deveriam se tornar profissionalizantes. Havia mais de 100 habilitações possíveis de cursos a serem oferecidos aos estudantes, como auxiliar de escritório ou de enfermagem, técnico em edificações, contabilidade, agropecuária, entre outros. Ao término do 2º grau, o aluno receberia um certificado de habilitação profissional¹.

O Brasil vivia o chamado “milagre econômico”. A grande transformação da economia do país, de agrícola para industrial, havia começado em 1956, no governo de Juscelino Kubitschek, com a criação do emblemático Plano de Metas, cujo lema era crescer “50 anos em 5”, visando ao desenvolvimento do país.

Quinze anos depois, porém, a indústria se viu diante do seguinte dilema: a falta de profissionais capacitados para atuar como elo entre os operários do chão de fábrica e os diretores e gestores das organizações. A necessidade de mão de obra qualificada foi o argumento do governo de Emílio Médici e do seu minis-

1. Fonte: Agência Senado. Disponível em <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2017/03/03/reforma-do-ensino-medio-fracassou-na-ditadura>>. Acesso em 06/01/2021

tro da Educação Jarbas Passarinho na concepção da reforma do ensino. Desse modo, os cursos técnicos de 2º grau surgiram com o intuito de formar trabalhadores, embora haja quem avalie que a medida tenha sido, na realidade, uma tentativa de o governo reduzir a procura por vagas em universidades, cortando gastos governamentais com o ensino².

Independentemente do real objetivo da reforma, os cursos técnicos de nível médio promoveram grande revolução na educação brasileira à época, o que funcionou por um tempo, até que surgiram necessidades de novas mudanças. Isso porque, ao longo das décadas seguintes, o conhecimento dos estudantes passou a se tornar demasiadamente técnico e, com a falta de educação em áreas gerais do conhecimento, habilidades e conceitos importantes para a vida em sociedade deixaram de ser ensinados nas escolas. Com isso, em 1996 aconteceria uma nova reforma (Lei n.º 9.394), estabelecendo, entre outras medidas, o retorno do nível médio convencional puro (ou seja, sem ser técnico).

Ainda nos idos de 1971, no entanto, para atender a implementação da reforma, mostrou-se necessário qualificar especialistas para lecionar nos cursos técnicos nas escolas Brasil afora. Se o curso era de edificações, por exemplo, o legislador inicialmente pensou que bastaria a escola contratar um engenheiro civil para dar as aulas. Esqueceu-se, todavia, que, embora os profissionais dominassem a teoria, nem sempre possuíam a melhor didática para transmitir seu conhecimento aos alunos. Era preciso qualificação em ensino.

Alguns anos antes, em 1969, havia sido instituído, na cidade de São Paulo, o Centro Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal para a Formação Profissional (CENAFOR)³, fundação vinculada ao Ministério da Educação (MEC), cuja principal finalidade era a preparação e o aperfeiçoamento de docentes, técnicos e especialistas em formação profissional no país. O estado de São Paulo sempre foi a locomotiva do país, onde estão localizadas as principais empresas. O ABC paulista, por exemplo, na Região Metropolitana, concentrava praticamente todas as montadoras de automóvel; havia polos industriais também na região de Sorocaba e Campinas, entre outras. Por esse motivo, embora naquela época a sede do governo já estivesse em Brasília, não havia melhor localização para a sede do CENAFOR do que a capital paulista.

2. Conforme declaração do professor emérito da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) Luiz Antônio Cunha à Agência Senado. Disponível em <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2017/03/03/reforma-do-ensino-medio-fracassou-na-ditadura>>. Acesso em 06/01/2021.

3. O CENAFOR foi instituído pelo Decreto-Lei n.º 616/1969.

Com a reforma educacional, diretores e professores preocupados com as mudanças propostas pela nova legislação começaram a se preparar para a aplicação da nova lei, buscando capacitação. Nesse contexto, o CENAFOR passou a buscar profissionais aptos a oferecer treinamentos de pedagogia, técnicas e dinâmicas de ensino aos professores dos cursos técnicos em todo o país.

Na rua Rodolfo Miranda, 636, no bairro do Bom Retiro, região central da cidade de São Paulo, localizava-se a sede do centro, para o qual alguns profissionais de educação já prestavam serviços à época como *freelancers* — ou seja, não possuíam vínculo empregatício. Porém, as mudanças previstas pela lei causaram alta demanda por treinamentos de pedagogia e técnicas de ensino em todo o território nacional, tornando-se uma tarefa incompatível de ser realizada por *freelancers*, cuja atuação é pontual e esporádica.

O trabalho era grande e exigia muitas pessoas para executá-lo. Desse modo, no dia 2 de agosto de 1971, uma plêiade de educadores se reuniu em uma sala de um prédio na rua Doutor Cincinato Pomponet, 227, na Lapa, na zona oeste de São Paulo, e fundou a Sociedade Brasileira de Estudos Pedagógicos (SBEP) com o objetivo de prestar serviços ao CENAFOR.

O CENAFOR procurava uma organização idônea que tivesse condições de oferecer os serviços de:



Foto: Anderson Klaus

Endereço na Rua Dr. Cincinato Pamponet, 227, na Lapa, em São Paulo, onde foi feita a ata de criação da SBEP

1 – profissionais capacitados para ministrar cursos de capacitação com base na Lei n.º 5.692/1971 para professores e diretores das escolas de 1º e 2º graus em todo o Brasil;

2 – pesquisadores que fizessem a atualização de dois livros: *Legislação brasileira do ensino de 2º grau: coletânea dos atos federais*; e *Coletânea da legislação federal brasileira de ensino*.

A SBEP prestaria tais serviços ao CENAFOR, seria remunerada pelo centro e pagaria o trabalho dos professores. Para isso, logicamente, seria necessária a criação de um estatuto de entidade sem fins lucrativos, com objetivos claros, como consta na ata de fundação:

“Art. 3º – A Sociedade Brasileira de Estudos Pedagógicos tem por finalidade promover estudos e pesquisa de caráter pedagógico, com vistas ao aperfeiçoamento de seus associados na área educacional e prestar-lhes assistência quanto a novos sistemas, métodos e técnicas de ensino.

§ Primeiro – A SBEP manterá centros regionais de pesquisa nos vários estados, a fim de ampliar seu campo experimental.

§ Segundo – Poderá ainda a SBEP manter estabelecimentos de ensino sob administração direta ou mediante convênios.”



Foto: Gabriel Rosa

Edifício da Avenida São João, 1.333, na República, no centro de São Paulo, onde uma das salas foi a primeira sede da SBEP em São Paulo

A instituição foi sediada em uma sala no terceiro andar do prédio de número 1.333 da Avenida São João, no centro da cidade. O fundador, Carlos Alberto Tropiano, tinha 19 anos à época. Ele estudava contabilidade no Colégio Campos Salles, na Lapa, na Zona Oeste de São Paulo, e foi estimulado a tomar a iniciativa pelo seu então professor Henrique da Silva Cabrera, a quem dedicava grande admiração e respeito. Cabrera, aliás, foi eleito o primeiro presidente do Conselho Deliberativo.

Tanto o nome quanto o logotipo da sociedade foram criados por Tropiano. O símbolo inicial, era a sigla SBEP estilizada. O fundador fez o desenho em sua mesa de trabalho: as letras da sigla, escritas em preto, formavam um quadrado. O S e o B ficavam em cima; e o E e o P embaixo, sobre um fundo vermelho (veja na foto da capa do livro de contabilidade mais adiante).

Por causa das mudanças promovidas pela reforma educacional, Cabrera já vinha ministrando cursos pelo Brasil e a sociedade, inicialmente, surgiu como um “laboratório de currículos” que estavam sendo desenvolvidos para as escolas utilizarem em seus cursos profissionalizantes, recorda Tropiano. O professor Cabrera era coordenador do curso de contabilidade do Colégio Campos Salles, onde idealizou a criação de métodos de ensino para atender as exigências da reforma. Nesse laboratório eram realizadas atividades, experiências e experimentações dos currículos em desenvolvimento. Cabrera também produzia livros específicos sobre contabilidade, sua área de domínio.

“Foi uma verdadeira paixão pelo ensino”, recorda-se Tropiano, acrescentando que ele e seu mestre Cabrera passavam madrugadas a fio conversando e montando apostilas, currículos e manuais para os treinamentos.

Segundo o fundador, naquela época, Cabrera o convidou para participar de um treinamento que seria realizado em Maringá, no Paraná, para ensinar professores de contabilidade sobre a utilização de uma metodologia desenvolvida no Colégio Campos Salles chamada “Escritório Modelo na Escola”. Esse método havia sido desenvolvido por Cabrera juntamente ao fundador do Complexo Educacional Campos Salles, professor Augusto Guzzo. Tratava-se de um escritório montado dentro da sala de aula para que os alunos aprendessem contabilidade na prática. Tropiano foi ao treinamento em Maringá como convidado mas, durante o curso, foi surpreendido por uma solicitação de Cabrera para que apresentasse aos 45 professores que faziam o treinamento um resumo do uso da metodologia em sala de aula. Tropiano foi pego de surpresa, mas acabou “tornando gosto pela coisa”, revela, e também tornou-se professor.

A SBEP tinha um grupo fixo de menos de dez professores, recorda-se Tropicano. Entre eles, estava Dorival Ignácio de Medeiros, que à época era professor do curso de contabilidade do Colégio Salesiano em Araçatuba, no interior paulista. Ele adotava livros de professores do Colégio Campos Salles em São Paulo para suas aulas e, certo dia, recebeu o telefonema do professor Guzzo para falar sobre educação, como recorda Dona Alzira Bragança Medeiros, viúva de Dorival — falecido em 1998, como relatado no próximo capítulo. Alzira acompanhou todo o trabalho do início da SBEP, além de ter atuado como pesquisadora para a sociedade. Segundo ela, alguns dias após o telefonema de Guzzo, Dorival recebeu um segundo contato, dessa vez do professor Cabrera, com quem participou de uma reunião.

Dorival recebeu duas propostas distintas resultantes dessas conversas: de Guzzo veio o convite para lecionar aulas de contabilidade no quadro do Campos Salles, uma vez que professores estavam de saída para alçar novos voos; de Cabrera, foi convidado para fazer parte do grupo que deixava o complexo educacional para criar uma editora e produzir livros e materiais didáticos em atendimento à demanda da reforma educacional, que dava ênfase ao ensino técnico. Dorival optou pela segunda opção e juntou-se aos seus colegas professores. Assim, por volta da mesma época da criação da SBEP, nascia, também, a Editora Lidi, que se propunha a criar material didático para os cursos técnicos.

Alzira recorda que participavam do grupo inicial que fundou a editora junto com Cabrera os professores João Sinhô Caliente Ivo e Bernardete Nagy, além de Tropicano e Dorival. O grupo alugou uma casa na Rua Nossa Senhora da Lapa, no bairro da Lapa, e lá montaram as instalações para trabalharem. Posteriormente, outros professores entraram porque a demanda era grande. Havia também a equipe de vendas.

Assim, a Editora Lidi “decolou”, conta Alzira. Saíram à luta e as vendas esouraram, ao ponto que logo precisaram mudar a sede da editora para uma casa bem maior na Rua Brigadeiro Gavião Peixoto, também no bairro da Lapa. Com a reforma, as escolas tinham pressa para receber o material impresso. Assim que os pedidos entravam, saíam à procura de diversas editoras com parque gráfico instalado para a impressão, de forma que os livros ficassem prontos rapidamente. “A animação era total, mas o pior aconteceu”, recorda-se Alzira. Uma crise nacional de fornecimento de papel impediu a impressão dos exemplares e, infelizmente, não houve outra alternativa: a editora foi obrigada a fechar as portas, sendo adquirida à época pela Editora Ática.



Livro de contabilidade de autoria do professor Henrique da Silva Cabrera publicado pela editora Lidi

Se, de um lado, a editora de livros foi à falência, paralelamente seguia alta a demanda pelos treinamentos e capacitações de ensino pedagógico. Segundo as recordações de Tropiano, enquanto menos de dez pessoas formavam a equipe fixa de professores, profissionais locais eram treinados para dar aulas a depender do lugar onde o curso se realizaria. Grande parte das vezes, porém, o grupo fixo de professores saía de São Paulo de carro e percorria milhares de quilômetros para lecionar em diversos estados brasileiros. Alzira afirma que muitas vezes os professores ficavam de duas semanas a um mês fora. Havia também viagens mais curtas, de um final de semana, como descreve Tropiano:

“Saíamos na sexta-feira de manhã, chegávamos à noite e, a depender do lugar, dávamos a primeira parte do curso ainda na sexta à noite. Depois, continuávamos no sábado o dia inteiro e no domingo até a hora do almoço. Basicamente, eram 60 horas de curso. Quando acabava, pegávamos o carro e na segunda-feira de manhã estávamos de volta a São Paulo”, relata. Fazer isso era mais barato do que ir de avião, meio de transporte ainda bastante custoso, mas quase inacessível naqueles tempos.

Importante trabalho realizado à época foi com a Companhia Vale do Rio Doce em Itabira, instaurando o que hoje é uma universidade, mas começou como curso de contabilidade, ressalta Tropiano. “Treinávamos as pessoas e fazíamos a multiplicação do conhecimento”.



Livros produzidos pela SBEP e publicados pelo CENAFOR/MEC em 1978

Tropiano também atuou na produção das coletâneas com a consolidação das leis de ensino do país, como demandado pelo CENAFOR. Por dois anos, frequentou uma biblioteca pública municipal em São Paulo para pesquisar todos os Diários Oficiais desde a Abertura dos Portos, em 1808. Os dois livros encomendados foram publicados pelo CENAFOR/MEC em 1978. Lembra que entrava inteiramente paramentado na sala do arquivo, com máscaras e luvas, para não danificar o material que era mantido conservado. Desse modo, manuseou todos os DOUs, um por um, para fazer a consolidação. Alzira também atuava nas pesquisas para a produção das duas coletâneas sobre as leis de ensino. Embora passar o dia na biblioteca fazendo tal trabalho tenha sido cansativo, declara, ao final, foi bastante produtivo e interessante.

O trabalho com as coletâneas e os cursos duraram, aproximadamente, quatro anos. Depois disso, a “multiplicação” do conteúdo não se demonstrou sustentável em longo prazo. Aos poucos, as escolas ficaram preparadas, as demandas pelos treinamentos foram acabando e, conforme terminavam os cursos, os professores partiam em busca de outros serviços. De acordo com Tropiano, algumas atividades esporádicas ainda aconteceram ao longo dos anos que se seguiram, mas logo a entidade ficou sem receita e o trabalho cessou. Mesmo assim, a SBEP não foi fechada. Os professores continuaram fazendo as reuniões anuais necessárias para eleger a diretoria e a instituição seguiu viva, mas sem atividade financeira.

Isso porque, para se fechar uma instituição, é necessário fazer uma série de protocolos, ou seja, fechar é mais difícil do que abrir. A sociedade ficou, portanto, no “fogo morto”.

Segundo as recordações de Alzira, no primeiro momento, após o término dos trabalhos, Dorival passou a prestar serviços para escolas particulares em São Paulo, época em que o assunto dele era um só: o estágio que os alunos dos cursos técnicos tinham de fazer para receber o diploma ou certificado de conclusão de curso. Pensou em falar com o grupo de professores para transformar a SBEP em um Centro de Integração entre as escolas e as empresas, todavia, com a dispersão dos professores para outras ocupações, a ideia não foi adiante — pelo menos, não nesse primeiro momento.

Dorival chegou a trabalhar um tempo no Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE) em São Paulo. Foi informado da possibilidade pelo professor Cabrera e fez uma entrevista com o professor Victório D’Achille Palmieri, que havia fundado o CIEE na década de 1960. Voltou animado da conversa, pois foi aceito para o trabalho, mas, segundo Alzira, de certa forma, estava entristecido: o trabalho do CIEE era exatamente o que ele queria ter feito com a SPEB. Logo em seguida, recebeu oferta para ir a Niterói, no Rio de Janeiro, atuar em um programa de educação à distância desenvolvido no Centro Educacional de Niterói (CEN), no ano de 1982.

Naqueles idos, eu, que havia atuado esporadicamente para alguns trabalhos de *freelancer* no CENAFOR e soube do trabalho da SBEP na época de sua inauguração, não tendo participado das atividades por possuir outros compromissos de trabalho, aproximei-me de Dorival, colega de profissão que conhecia dos velhos tempos.

Eu havia trabalhado no CIEE de São Paulo de 1973 a 1983, tendo ingressado como Chefe da Divisão Técnica e saído como Coordenador do Sistema Nacional do CIEE. Ao longo de uma década de atuação no centro, fui um dos que montaram o sistema que o CIEE possui até os dias atuais no Brasil todo. Optei por sair do CIEE em 1983 e mudei-me com a família para o Rio de Janeiro.

Em 1985, encontrei-me ao acaso com Dorival pelas ruas da capital fluminense e fiquei sabendo que ele estava morando em Niterói, onde era diretor do Centro Educacional da cidade. Sentamos para conversar e tomar um chope no tradicional bar Amarelinho, na Cinelândia, no centro do Rio. Conversa vai, conversa vem, relembramos dos velhos tempos e surgiu o tema da SBEP. Foi quando um confidenciou ao outro o desejo “arquivado” de fazer da sociedade

um Agente de Integração. E, assim, fruto desse encontro “ocasional”, as cinzas da SBEP foram sopradas, permitindo aquecer as brasas e acender o fogo para recomeçar sua história.

1971

O ANO DA FUNDAÇÃO DA SBEP

Nada acontece por acaso; nada surge do nada. No contexto da época, existe um lugar, país, uma história. Em 1971, assuntos ganharam destaque no noticiário nacional e internacional:



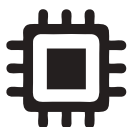
Pelé fez sua última partida vestindo a camisa canarinho, jogou contra a Iugoslávia. A partida ficou empatada em 2 X 2.



Nos Estados Unidos, foram inaugurados o Walt Disney World e o Magic Kingdom Park. O primeiro parque Disney que encanta milhões de crianças no mundo.



Lamentavelmente, também neste ano, morreu Louis Daniel Armstrong, aos 70 anos. Ícone do jazz, que alcançou a fama com magistrais interpretações de What a Wonderful World e La vie en Rose.



Na área tecnológica, surgiu o primeiro microcomputador Intel 4004, capaz de fazer até 1.200 cálculos por segundo.



Em agosto de 1971 foi promulgada a Lei 5.692/1971 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.



O Clube Atlético Mineiro se consagrou o primeiro campeão do Campeonato Brasileiro de Futebol.



Para atender à implementação da Lei 5.692/1971, uma plêiade de educadores se reuniu em São Paulo e fundou a Sociedade Brasileira de Estudos Pedagógicos (SBEP).

2

CIDADE NOVA, SBEP NOVA



O tradicional bar Amarelinho da Cinelândia, no centro do Rio, completa um século de existência em 2021

O Amarelinho é um bar histórico localizado na região central do Rio de Janeiro. Inaugurado em 1921, completa um século de existência no mesmo ano em que o ISBET celebra metade desse tempo de vida — aniversário comemorado, como menciono na introdução, com a publicação deste livro. Coincidência ou não, sentados nas cadeiras amarelas desse estabelecimento tido como símbolo da boemia fluminense, Dorival Ignácio de Medeiros e eu tomamos a decisão de levar a então “paulista” SBEP para as terras cariocas.

Aproximadamente dez anos haviam passado desde o cessamento das intensas atividades de cursos e treinamentos realizados pela SBEP Brasil afora. No encontro, Dorival, que então ocupava o posto de presidente da instituição, revelou-me os acontecimentos passados. Disse-me que os trabalhos tinham sido interrompidos, que estava “tudo parado” e confidenciou-me não saber o que fazer: fechar definitivamente a SBEP ou não?

Então, o antigo desejo de transformar a instituição em Agente de Integração começou a aflorar em nós. Dorival não sabia se valia a pena investir na ideia e me pediu ajuda para fazer um estudo de viabilidade. Sem falsa modéstia, eu era a pessoa certa e tinha todos os subsídios necessários para realizar tal pesquisa. Minha principal experiência era justamente na área de integração entre

empresa e escola. Há apenas dois anos havia deixado o CIEE, onde, por uma década, fui peça fundamental para toda a expansão das unidades da instituição pelo país, tendo me destacado como Coordenador Nacional. Mais do que isso, havia participado ativamente em Brasília da confecção da primeira Lei de Estágio, a Lei n.º 6.494/1977, e de sua posterior regulamentação pelo Decreto 87.497/1982. Sabia, portanto, de “cor e salteado” todas as regras sobre estágio e o funcionamento de um Agente de Integração, bem como as melhores localidades para atuação.

Além disso, eu também tinha bastante interesse em voltar para a área de atuação, que sempre estimei e pela qual nutro até hoje verdadeira paixão. Isto posto, mergulhei de cabeça nos estudos de forma voluntária, pois a SBEP, evidentemente, não possuía qualquer caixa para me remunerar pelo trabalho.

Em minhas pesquisas, concluí que havia espaço para transformar a instituição em Agente de Integração. Naquela época, havia, apenas, duas “concorrentes” com tal atuação no país: o CIEE, criado em 1964 em São Paulo pelo professor Palmieri, cujo funcionamento eu conhecia profundamente; e o Instituto Euvaldo Lodi (IEL), criado em 1969 pela Confederação Nacional das Indústrias (CNI). Nesse segundo caso, os serviços já faziam parte do mesmo grupo que compõe a Federação das Indústrias, o Sesi e o Senai em cada estado, que, atualmente, são financiados por um imposto compulsório que as indústrias pagam ao governo¹. Mais tarde, soube que à época havia ainda uma terceira entidade no Rio que oferecia cursos de desenvolvimento social em comunidades carentes e que também se transformou em Agente de Integração em 1985. Hoje existem inúmeras instituições que prestam o serviço em todo o país — e há espaço para todas.

Naquele tempo, entretanto, ao analisar tal cenário, cheguei à conclusão de que havia, sim, campo para SBEP começar a funcionar como Agente de Integração, mas não em São Paulo. Isso por dois motivos: primeiro porque Dorival, o então presidente, vivia no Rio; segundo porque seria um grande desafio começar a atuar com estágio do zero em São Paulo, estado onde o CIEE era bastante consolidado e dificilmente permitiria a entrada de uma segunda instituição; a SBEP não sobreviveria.

Por outro lado, eu sabia que, no Rio de Janeiro, havia espaço e que, lá, o CIEE não teria forças para impedir o surgimento de um novo Agente de

1. Criado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) em 29 de janeiro de 1969, o IEL iniciou suas atividades com a proposta de aproximar os estudantes das linhas de montagem por meio de estágios supervisionados. Fonte: <http://www.portaldaindustria.com.br/iel/institucional/historia/>. Acesso em 15/01/2021.

Integração. Por conhecer a fundo todos os trâmites para o funcionamento de uma instituição do tipo, era algo que eu poderia colocar em prática novamente com certa facilidade. Se eu fosse fazer cursos de informática, talvez desse “com os burros n’água”, porque não seria minha área. Porém, na época em que o professor Palmieri estava vivo, adorava dizer que no Brasil havia, apenas, duas pessoas que entendiam de estágio, ele e eu. Entendíamos porque vivenciamos a história.

Devidamente elaborado, o plano foi proposto em assembleia realizada no dia 15 de dezembro de 1985, em São Paulo, com a participação dos então integrantes do Conselho Deliberativo da SBEP — tendo em vista que qualquer mudança vital numa instituição precisa ser aprovada em assembleia geral e extraordinária, uma reunião entre diretores e conselheiros devidamente convocada².

No encontro, foram colocadas em pauta as situações difíceis em que a sociedade se encontrava, tema seguido da proposta de alargamento de objetivos, alteração de estatuto e mudança da sede para o Rio de Janeiro com o fim de fazer a instituição alçar novos voos. Detalhei que fazer isso seria a única forma de a instituição voltar a ter vida e continuar com seu propósito básico de atender à sociedade com um auxílio que o governo deveria fornecer — mas não o faz — e encontrar estágio para jovens. Oriundas de tal reunião, como consta na ata da assembleia, que foi registrada em cartório após a aprovação e assinatura dos conselheiros, as finalidades da SBEP passaram a ser:

“Promover estudos e pesquisas de caráter técnico e pedagógico; capacitar recursos humanos e desenvolver métodos, técnicas e recursos para o ensino, bem como desenvolver ações que contribuam para aproximar de maneira efetiva o mundo de formação de recursos humanos, as Instituições de Ensino, o mundo do trabalho e as empresas, exercendo assim o seu papel de Agente de Integração.”

Ainda segundo o documento, ficou definido que a SBEP desenvolveria suas atividades na sede no Rio de Janeiro e em todas as demais unidades da federação por meio de centros regionais criados em assembleia geral ou, ainda, de postos avançados ou representantes.

A partir de então, aconteceu a grande mudança da SBEP, não só de endereço, da capital paulista para a fluminense, como de constituição estatutária. A

2. As reuniões devem ser convocadas dentro do prazo de antecedência de dez dias. É necessário mandar a convocação para todos e fixá-la em local público. As pessoas se reúnem, num primeiro momento, com um número de maioria mais um; e, num segundo momento, com quem estiver presente.

instituição passou a ser Agente de Integração para trabalhar com estágio em todo o país.

Todavia, embora os conselheiros sejam responsáveis por dar respaldo, idoneidade e seriedade para a instituição, eles não têm ação direta. Os atuantes são aqueles que estão à frente do negócio e era preciso definir quem “arregaçaria as mangas” para o recomeço. O professor Dorival seguiu como Presidente do Conselho e da Diretoria e eu fui eleito o Vice-Presidente do Conselho, além de Tesoureiro da instituição.

Nesse primeiro momento, ficou acordado que eu contribuiria com a SBEP voluntariamente à distância — ou seja, sem receber qualquer remuneração — e seguiria tocando minhas atividades profissionais. Após a saída do CIEE, eu ingressei como empreendedor em um negócio de venda de sementes forrageiras, o que propiciava boa qualidade de vida para minha família: minha esposa Sônia Pelay e nossos três filhos Luiz Rodrigo, Ivan Roberto e Elisabeth Karinya. Desse modo, Dorival seria o responsável por tocar as atividades da instituição em terras cariocas, indo atrás de convênios com empresas para viabilizar a oferta das vagas de estágio aos estudantes brasileiros. Mesmo assim, assumiu a tarefa em paralelo ao seu trabalho no Centro Educacional de Niterói.

Acordo feito, a primeira coisa a ser feita no reinício foi calcular o custo de operação, o que incluía aluguel de sala, equipamento, e pessoal. Foi então inaugurada a sede no Rio. Foram alugadas duas salas de 20 metros quadrados — de números 702 e 704 — num prédio na Rua Evaristo da Veiga, 35, no centro da cidade. O endereço, simbolicamente, ficava a um quarteirão do Amarelinho, na Praça Floriano. Com isso, bar se tornou não apenas o marco da retomada da SBEP, como referência de localização. Alguns móveis antigos foram aproveitados, cada um arrumou cadeiras, uma mesa, e assim o escritório foi montado e tudo começou. Dorival, então, foi atrás de firmar os primeiros convênios.

Se em 1971 a verba para a realização das atividades da SBEP vinha do CENAFOR, que remunerava a entidade pelos cursos, treinamentos e pesquisas que fazia, agora, como Agente de Integração, o dinheiro passaria a vir das empresas, que fariam o pagamento quando recebessem um estagiário — futuramente o mesmo aconteceria com os jovens aprendizes, após a regulamentação da contratação de aprendizagem no país, ocorrida em 2005. Com isso a SBEP também poderia, a exemplo do CIEE, ganhar a sua forma de manutenção financeira. Afinal, embora haja instituições cujas fundações, um mecenas ou o próprio go-

verno a patrocinam, no caso do ISBET isso nunca aconteceu: ele funciona com o dinheiro do trabalho que os seus funcionários produzem.

Em 1985, o trabalho do Agente de Integração era feito com base na primeira lei do estágio, a qual eu havia atuado, avidamente, para ser confeccionada quando estava no CIEE. Para melhor contextualização, abro parênteses na história e volto um pouco no tempo para explicar a importância dessa nova legislação.

A primeira lei do estágio

Quando comecei a trabalhar no CIEE, em 1973, não havia no Brasil nenhuma legislação para programas de estágio. O que vigorava era a Portaria Ministerial n.º 1.002, publicada em 1967 pelo então ministro do Trabalho e da Previdência Social, o coronel Jarbas Passarinho. A medida dizia que estudantes de nível técnico e superior podiam estagiar nas empresas sem que isso criasse vínculo empregatício. O estágio não podia colidir com o horário na escola técnica ou universidade e o estudante deveria ter um seguro de acidentes pessoais. A portaria, que antecedeu a reforma da legislação educacional em 1971, já visava atender a demanda por mão de obra qualificada na indústria nacional à época.

Porém, sem a força de uma lei, a regra poderia ser mudada a qualquer momento por um novo ministro. Preocupado com essa instabilidade, conversei, internamente, com o então superintendente do CIEE, o professor Palmieri, buscando alertá-lo sobre a importância de haver uma lei do estágio no país, e propus que o CIEE fizesse alguma ação para que isso acontecesse.

Palmieri era o grande criador do sistema de estágio de nível técnico e superior no Brasil, de modo que reconheceu a importância de se fazer tal movimento. Com isso, o CIEE investiu para que eu ficasse uma semana em Brasília, todos os meses, para falar com os parlamentares e abrir os caminhos para a criação de uma nova legislação de estágio no país.

Eu tinha contato mínimo com um único deputado, cujo nome sequer recordo, e não conhecia mais ninguém em Brasília. Mesmo assim, encarei o desafio ciente da importância do trabalho. Todo mês, durante a semana que ficava na Capital Federal, dirigia-me diariamente ao Congresso e batia de porta em porta na sala dos parlamentares. Tanto fiz que encontrei interessados em encampar a bandeira da criação da nova lei. Apresentava-me e dizia ser do CIEE que, embora ainda não fosse uma entidade muito conhecida à época, nasceu com o aval da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP). Além disso, o

presidente do conselho do CIEE de São Paulo naquele tempo era o economista João Batista Leopoldo Figueiredo, primo do então presidente do Brasil, o general João Baptista de Oliveira Figueiredo.

O apoio chegou e os parlamentares formaram comissões para discutir o projeto, das quais participei ativamente. Como resultado dessa empreitada, em 1977 foi publicada a primeira Lei do Estágio no Brasil, a Lei n.º 6.494. Sua redação era praticamente igual à da portaria publicada dez anos antes, mas agora tinha o poder de lei, ou seja, não poderia mais ser alterada por qualquer ministro, a qualquer momento. Cinco anos depois, ocorreu a regulamentação pelo Decreto n.º 87.497/1982. No regulamento, havia artigo afirmando que, entre a escola, a empresa e o estudante, poderia haver a participação de um Agente de Integração. Isso é o que nos interessava.

Portanto, deixei o CIEE em 1983 com o sentimento de missão cumprida: ajudei a abrir os caminhos para o estágio no Brasil — ao menos até aquele momento, pois, em 2008, já à frente do ISBET, juntamente ao meu filho Ivan Roberto, seríamos responsáveis por promover outras importantes mudanças na legislação, reforçando a possibilidade do estágio para estudantes de nível médio, mas isso é tema para os próximos capítulos.

Em busca de um sonho

Em 1985, com base na primeira Lei do Estágio, a SBEP começou a atuar. O grande desafio era fazer todo o ciclo que envolve o estágio funcionar: contato com as escolas para ter uma base de alunos cadastrados; convênios com as empresas para a oferta de vagas; pré-seleção dos estudantes mais adequados para o perfil de cada oportunidade; encaminhamento de opções para empresa fazer a seleção; intermediação do contrato entre a empresa, o estagiário e a escola; avaliação do andamento do estágio, no mínimo, a cada seis meses.

Começamos com empresas pequenas, pois começar qualquer coisa é extremamente difícil. Tomo sempre como exemplo a vida: quando nascemos, somos dependentes, não sabemos andar, nem comer. Com o tempo, ao depender do nosso entorno, adquirimos habilidades, competências, e crescemos para a vida. Uma instituição é a mesma coisa: uma empresa pode nascer com aporte financeiro e tudo se resolve na base do dinheiro, mas uma instituição como a nossa, que era pobre e sem dinheiro, ela somente pode ir devagar, com muita persistência e com muito trabalho e competência.

Desse modo, Dorival aproveitou empresas de seu entorno, bem como alguns convênios de estágio que já eram feitos no Centro Educacional de Niterói, onde era diretor, para trazer as primeiras empresas para a SBEP — afinal, ele não tinha experiência com vendas, era um educador. De acordo com Dona Alzira, que esteve ao lado dele na retomada, inicialmente poucos funcionários os ajudavam a executar as atividades. Alguns faziam contato com as escolas, outros iam atrás das empresas para explicar o trabalho da SBEP e procurar fechar os convênios. “No começo foi muito difícil, mas tudo é difícil no começo, até as pessoas pegarem confiança (...). Mas, depois de um certo tempo, as coisas começaram a ficar mais fáceis porque as escolas tinham interesse e mandavam os estudantes se inscreverem; nós os encaminhávamos para as empresas e ficavam todos entusiasmados.”

Aos poucos, os estudantes passaram a indicar a SBEP para os amigos, o número de cadastrados foi crescendo e a instituição, ganhando espaço como Agente de Integração no Rio, chegando a atingir 360 estagiários ativos com diversas empresas — o que dava para pagar os custos operacionais e o aluguel. Esse crescimento sustentou o ISBET no Rio de Janeiro esse tempo todo.

Em 1998, um triste episódio mudaria os caminhos da instituição mais uma vez. Dorival sofreu complicações de saúde devido a um problema nos rins e precisou ser internado na UTI. Durante o tratamento, Dona Alzira dividiu seu tempo entre cuidar do marido e tocar a instituição. De três a quatro meses depois, todavia, o companheiro veio a falecer. Ela assumiu a diretoria por um tempo, mas logo decidiu se afastar das atividades. Hoje, Alzira tem certeza que Dorival, de onde quer que esteja, está muito orgulhoso dos rumos que a instituição tomou: “o sonho dele era ver a SBEP crescer. Ele sempre foi um professor muito dedicado ao estudo, ao aluno, à escola. Quando saiu a lei, ficou todo entusiasmado porque exigia o estágio; e o Dorival achava que o aluno tinha mesmo que sair da escola e fazer estágio. Então, ele sempre lutou muito por isso. Sempre digo ao Sr. Mesquita que o Dorival está realizado onde quer que esteja, porque o sonho dele era que o trabalho continuasse, que nunca a SBEP fechasse”, declara.

Naquele ano, porém, com o falecimento do Presidente Dorival Ignácio Me-deiros e a saída de Dona Alzira, alguém precisava assumir o posto. A situação estava complicada. Devido aos meses tumultuados do tratamento de saúde de Dorival, o número de estagiários ativos havia caído para 160, quantidade insuficiente para sustentar a instituição. Sem uma luz no fim do túnel, num primeiro momento decidiu-se acabar com a SBEP.

Contudo, como os trâmites obrigatórios para se fechar uma instituição são muitos, antes de tomar a decisão final, os conselheiros resolveram pensar em alternativas. Então, um deles lembrou que, em 1985, eu havia tido papel fundamental para fazer a alteração do estatuto e colocar a SBEP para funcionar como Agente de Integração, e propôs que eu assumisse o posto de Presidente.

Embora desejasse muito ocupar tal cadeira, ponderei que não tinha condições de trabalhar voluntariamente, como acontece com os conselheiros, pois tinha uma família para sustentar e precisava de uma renda. Eu sabia que reerguer a SBEP do ponto em que estava exigiria dedicação integral de trabalho. Algo dentro de mim, porém, fez-me refletir e pensar na seguinte possibilidade: me dispus a tentar durante seis meses, com a condição de que, se tudo desse certo, seria contratado como superintendente e, portanto, receberia um salário. Se não desse certo, fecharíamos a instituição.

Naquele momento as atividades estavam sendo tocadas, apenas, por duas funcionárias: uma senhora que era professora e logo viria a se aposentar, e uma estagiária. Sem recursos para contratar um funcionário para me ajudar na empreitada de reerguer a instituição, vi como alternativa contar com a ajuda dos meus familiares, pois confiava neles e, acima de tudo, eram pessoas que poderiam se dispor a “arregaçar as mangas”, mesmo que com baixa remuneração. Devido a isso surgiu a participação de uma figura importantíssima, peça fundamental para aquilo que a entidade se tornaria futuramente: meu filho Ivan Roberto entrou na SBEP. Ele foi a primeira pessoa que acreditou no ressurgimento da entidade, no crescimento dela e, sobretudo, em mim.

Na ocasião, já fazia alguns anos que minha esposa Sônia e eu havíamos decidido deixar o Rio de Janeiro e nos mudar com os filhos para Indaiatuba, no interior paulista, preocupados com a qualidade de vida e a segurança da família. Em 1998, quando assumi a SBEP, nosso primogênito Luiz Rodrigo estava com 22 anos e cursava faculdade de Administração em Piracicaba, no interior paulista. Primeiramente, o procurei para saber se poderia me auxiliar a reerguer a entidade, mas, para isso, seria necessário que ele se mudasse para o Rio. Luiz Rodrigo optou por ficar em São Paulo e terminar a faculdade. “Eu precisava pagar a faculdade e a SBEP necessitava da nossa dedicação em tempo integral. Não tínhamos dinheiro e era preciso ganhar o menor salário possível para reinvestir o que entrava na instituição. Tínhamos que trabalhar para que primeiro a instituição existisse”, recorda-se Luiz Rodrigo.

Portanto, fiz o mesmo convite ao segundo filho, o Ivan Roberto, então com seus 18 anos, que encarou o desafio e aceitou me ajudar no ressurgimento da SBEP. Ele estudava Educação Física em Sorocaba, também no interior de São Paulo, trancou o curso e se mudou para o Rio de Janeiro. Lá, foi morar num quarto de empregada alugado por uma senhora na Rua Belfort Roxo, em Copacabana, onde ficou por um bom tempo, e se matriculou no curso de Direito, área mais relacionada às atividades da instituição. Estudava à noite e passava o dia na SBEP em busca de fechar parcerias com empresas que sustentassem a continuidade das atividades.

Segui morando em Indaiatuba, pois na época estava à frente de uma consultoria de Recursos Humanos em Campinas. Após a saída do CIEE, além do negócio de sementes, cheguei a fundar o Partido Social Cristão (PSC) em Indaiatuba. A experiência, todavia, serviu para eu descobrir que aquilo não era para mim e logo abandonei a vida política, permanecendo com as atividades na área de RH, de onde tirava o sustento da família à época. Nos intervalos desse trabalho, ia ao Rio e auxiliava Ivan Roberto por uns dias — para economizar com hospedagem, dormia no sofá da salinha da SBEP. Às 19h o prédio fechava e eu não saía mais até as 7h do outro dia, quando o edifício abria novamente. Não era fácil, mas era o que podia e tinha que ser feito, não havia outro jeito.

Foi um período árduo, mas fruto desse trabalho é que surgiu, então, o primeiro grande convênio para vagas de estágio de nível médio, firmado por Ivan Roberto com a rede de lanchonetes Bob's. O então diretor de Recursos Humanos do Bob's, Geraldo Gonçalves, acreditou no trabalho da instituição e fechou, aproximadamente, 500 vagas de estágio para a rede. “O Bob's necessitava muito de uma empresa que nos atendesse no Brasil todo. E a estrutura que a SBEP tinha era muito compatível com a minha necessidade”, revela Gonçalves. Apesar de a sede da rede ser no Rio, ela precisava de estagiários para os franqueados em outros estados. Era bastante complexo para o RH do Bob's fazer a seleção dos estagiários. “A SBEP tinha a capilaridade e contato com a mão de obra que eu necessitava”. Apesar de a rotatividade ser alta, principalmente porque o trabalho nas redes de *fast food* é cansativo, Gonçalves recorda que o Bob's preocupava-se em adequar as vagas de estágio para atender as demandas da lei, permitindo que os estudantes fizessem rotatividade em diversas áreas e dando oportunidades de crescimento para os que demonstrassem interesse.

Um importante diferencial que Gonçalves identificou na SBEP refere-se à facilidade de negociação e a empatia no atendimento por parte tanto de Ivan Roberto como minha. Essa proximidade e relação de confiança levou-o, inclusive, a se tornar conselheiro da instituição por alguns anos.

Graças ao Bob's, o número de estagiários que a entidade intermediava à época saltou de 160 para 660. Imagine o que é isso? Foi um grande *boom* para a instituição. Foi uma felicidade tão grande que meu filho me ligou e comemoramos juntos na mesma hora. Até hoje celebramos esse momento na instituição sempre que fechamos um grande convênio. É um negócio espetacular, sempre vibramos muito com tais conquistas.

Com esse convênio para estágio de nível médio, a SBEP se firmou como Agente de Integração para valer, trazendo a segurança que eu precisava para deixar as demais atividades que realizava e dedicar-me integralmente ao trabalho na instituição, que agora tinha recursos para pagar meu salário. No dia 5 de janeiro de 1999, é feito o registro em minha carteira profissional como Superintendente Executivo (cargo que futuramente passaria a ser chamado de Diretor Executivo), tornando-me funcionário CLT e, portanto, deixando de ser conselheiro. Essa contratação foi fundamental para a construção das bases que, tão logo, sustentariam grande crescimento.

O trabalho do Agente de Integração com o estágio

Toda empresa tem uma responsabilidade social com a comunidade onde está inserida, e oferecer oportunidades de estágio a jovens que buscam inserção no mercado de trabalho é uma delas. O Agente de Integração tem a missão de conscientizar as empresas desse importante papel social, explicar que não há como exigir de um estagiário vasta experiência anterior. O jovem busca estágio justamente para adquirir experiência. Alguém precisa dar a primeira oportunidade.

Com base nisso, a legislação para o estágio supõe um vínculo entre empresa, escola e estudante. A quarta figura envolvida é o Agente de Integração, o interveniente no processo.

Nesse contexto, o estágio existe quando uma empresa abre uma vaga para um estudante. Como é uma tarefa difícil para as empresas irem até a escola selecionar os candidatos com o perfil adequado, o Agente de Integração faz esse

“meio de campo”. Cabe a ele ter uma base cadastrada de estudantes para selecionar os melhores candidatos às empresas, de acordo com o perfil de cada vaga. Para isso, faz divulgação para que os estudantes se cadastrem — no passado isso acontecia presencialmente, em visita às escolas, mas atualmente todo o processo de cadastro é feito on-line.

O Agente de Integração faz uma pré-seleção dos candidatos e os encaminha à empresa. Além de fazer o encaminhamento, o ISBET particularmente sempre se preocupou em fazer uma orientação profissional para cada candidato, transmitindo informações sobre como se preparar para a entrevista e todo o processo seletivo. Muitos são jovens carentes que nunca tiveram qualquer informação sobre como concorrer a uma vaga de estágio.

O ISBET direciona à empresa três candidatos por vaga, exceto quando a oportunidade é muito difícil de ser preenchida. Nesse caso, informa a empresa das dificuldades. Feitos os ajustes, assim que o candidato é escolhido pela empresa, o Agente de Integração faz o contrato, a escola assina e a empresa reconhece.

O estagiário pode ficar no máximo dois anos na mesma empresa. Depois disso ele pode sair ou ser admitido. Em geral, 70% são admitidos. Há quem saia antes porque realmente não sente afinidade com a função e até desista do curso, porque experimentou na prática e percebeu que não é o que queria para a vida.

A cada seis meses, o Agente tem obrigação legal de fazer uma avaliação do estágio — em alguns casos o ISBET faz isso por conta própria a cada três meses —, além de pagar o seguro do estudante, que é obrigatório por lei.

A empresa, por sua vez, paga mensalmente um valor mínimo à instituição por cada estagiário intermediado. O volume de estagiários intermediados é o que mantém a entidade viva. Com esse valor, ela paga seus funcionários e planeja sua expansão.

1985

ANO DA REFORMULAÇÃO ESTATUTÁRIA DA SBEP



Ano importante no automobilismo brasileiro: o dia 21 de abril de 1985 ficou marcado pela primeira pole e vitória de Ayrton Senna, considerado um dos grandes nomes da história do esporte brasileiro, na Fórmula 1. Em julho, Nelson Piquet ganhou o GP da França. e Emerson Fittipaldi conquistou a primeira vitória de um brasileiro na Fórmula Indy.



Fim da Ditadura Militar: a Ditadura Militar no Brasil, que durou 21 anos, terminou no dia 15 de março de 1985. Tancredo Neves (PMDB-MG) foi eleito presidente pelo Colégio Eleitoral, ainda em eleição indireta, ao derrotar o candidato Paulo Maluf. A chapa de Neves com o vice José Sarney foi formada após a derrota no Congresso, em abril de 1984, da emenda Dante de Oliveira, que previa eleições diretas para a presidência.



Morte de Tancredo Neves: na véspera da posse, em 14 de março de 1985, o presidente eleito Tancredo Neves foi internado em estado grave no Hospital Base de Brasília. Depois de sete cirurgias em Brasília e São Paulo, ele faleceu no dia 21 de abril de 1985. O vice José Sarney assumiu como o Presidente após a Ditadura Militar.



Estreia do Rock in Rio: a primeira edição do Rock in Rio aconteceu entre os dias 11 e 20 de janeiro de 1985. O festival recebeu um total de 1,380 milhão de espectadores, e contou com bandas conhecidas como Queen, Iron Maiden, AC/DC, Scorpions e Barão Vermelho, além de cantores como George Benson, James Taylor e Rod Stewart.



Russo se tornou o mais jovem campeão mundial de xadrez: o enxadrista Garry Kasparov se tornou, aos 22 anos, o mais jovem campeão mundial de xadrez. Em novembro de 1985, o russo derrotou Anatoly Karpov.

3

**UM NOVO
NOME PARA
ALCANÇAR
AS ESTRELAS**

“O bom filho à casa torna”, já diz o ditado popular. Após Ivan Roberto conseguir o tão celebrado convênio com o Bob’s, a SBEP obteve a força necessária para partir em busca de novos horizontes. A expansão natural e esperada era galgar espaço em terras paulistas, voltando às origens. Para que isso fosse possível, lançamos mão de um sistema de vendas infalível chamado PAP — ou, para ser mais claro, o tradicional “Porta a Porta”.

A princípio abrimos um escritório em Campinas, onde anos antes eu havia instalado minha consultoria de Recursos Humanos. Aproveitei o espaço e o transformei no primeiro escritório da SBEP fora do Rio. Campinas era uma cidade grande localizada a apenas 25 quilômetros de Indaiatuba — onde eu morava e que à época funcionava quase como um “bairro” de Campinas. Indaiatuba cresceu bastante e hoje possui 250 mil habitantes, enfrentando todas as mazelas que acompanham tal crescimento, mas, em meados de 1999, tinha aproximadamente 25 mil. Era, portanto, muito boa para se morar, mas demasiadamente pequena para se trabalhar.

Para tornar a SBEP conhecida em Campinas, todos os dias, eu chegava ao escritório e me dirigia ao Jardim do Trevo, uma zona de muitas indústrias e comércio local. Lá estacionava o carro, pegava minha pasta e batia à porta de cada uma das empresas pedindo para falar com o responsável pela contratação de pessoal. Às vezes me recebiam, às vezes não; outras me entregavam um cartão para que eu ligasse e marcasse uma visita.

Aos poucos conseguimos os primeiros contratos com empresas pequenas da região e avaliamos que havia chegado a hora de estendermos os trabalhos para a cidade de São Paulo, onde, afinal de contas, estava a maioria dos negócios. Refleti que, assim como eu havia ajudado na expansão do CIEE Brasil afora no passado, o mesmo poderia ser feito com a SBEP. Fazer crescer supõe estar na

capital paulista; e já podíamos voltar para São Paulo porque haviam se passado cerca de 15 anos desde minha saída do CIEE.

Começamos na Avenida Vieira de Carvalho, no bairro da República, no Centro, bem perto de onde o CIEE tinha sua sede antigamente. Tal localização foi uma escolha estratégica, bastante usual no mundo dos negócios, pois o estudante já estava acostumado a ir para lá na hora de procurar estágio. É a mesma regra de quando um novo restaurante é inaugurado perto de outros, uma vez que os frequentadores já estão habituados a ir à determinada região para almoçar ou jantar.

Com o passar dos anos, porém, fomos crescendo e mudando de localização para ter mais espaço. Da Vieira de Carvalho fomos para a Rua 24 de Maio, também na República, depois retornamos para o endereço anterior, mas num espaço maior. Em 2021, ano da escrita deste livro, a unidade em São Paulo ocupava a sobreloja de um edifício na Rua Pedro Américo, na esquina com a Praça da República, numa área de quase mil metros quadrados e capacidade para até 2,5 mil alunos dos cursos de aprendizagem — por ironia do destino, o espaço foi reformado e inaugurado pouco antes do confinamento social provocado pela pandemia de Covid-19, em 2020, e as salas recém-inauguradas ficaram vazias durante todo aquele ano, mas isso é assunto para as próximas páginas.

Em 1999, todavia, ainda trabalhávamos apenas com estágio e, assim como no Rio, começamos bem pequenos: alugamos duas salas de vinte metros quadrados cada, área suficiente para desenvolver os processos de entrevistas, testes e encaminhamento dos estagiários. Nessa mesma época, meu filho Luiz Rodrigo já havia se formado e começou a trabalhar conosco em São Paulo. Ele, inclusive, foi o responsável por providenciar uma importante aquisição para a entidade: a compra dos nossos três primeiros computadores, sendo dois para São Paulo e um para a sede no Rio de Janeiro, pois até então usávamos máquinas de escrever. Sem dúvida, um importante avanço! As primeiras máquinas de datilografar e de fax utilizadas por nós, aliás, estão até hoje num “mini museu” instalado na unidade da capital paulista. Nesse momento de retomada, também contei com a ajuda de meu irmão, que trabalhou por alguns anos na instituição.

A primeira coisa que fiz depois que alugamos o espaço na capital, inclusive, foi entrar em contato com o CIEE em São Paulo, casa onde eu tinha estado e ajudado a desenvolver durante dez anos. Procurei-os para informá-los da introdução da SBEP na cidade e dizer que, embora concorrentes, teríamos boas relações, com certeza. Na ocasião, falei diretamente com o Superintendente do CIEE em São Paulo à época, o comunicador, jornalista e professor Luiz Gonza-

ga Bertelli. Retornei à instituição apenas em 2019, quando o atual Diretor Executivo, Humberto Casagrande Neto, promoveu um evento de comemoração na instituição e homenageou vários profissionais que colaboraram para a história e crescimento da entidade, sendo eu um dos homenageados.

Ganhar espaço em São Paulo não seria fácil, pois o CIEE era bastante forte na cidade. Todavia, mais uma vez, a sorte “bateu à nossa porta” e não demorou muito para sermos agraciados com um novo convênio de extrema relevância para a instituição. Dessa vez com o Grupo Pão de Açúcar. O contrato não somente elevou a SBEP para outro patamar, como impulsionou a ampliação Brasil afora: chegamos a ter 4 mil estagiários de nível médio espalhados pelo país, demanda que exigiu, mais uma vez, que nos desdobrássemos para atender. A implantação do estágio de nível médio nessa época, aliás, acontecia conforme o previsto na nova reforma na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a LDB n.º 9.394/1996. De repente, nos vimos com o desafio de abrir unidades em estados como Bahia, Ceará, Minas Gerais, Santa Catarina, Piauí e Maranhão, por exemplo — cada inauguração tem sua história particular. Algumas delas estão narradas no próximo capítulo, sobre nossa expansão pelo Brasil.

Uma curiosidade é que conseguimos o convênio com o Grupo Pão de Açúcar por uma razão totalmente diferente da do Bob's: a diretora de RH do Grupo Pão de Açúcar havia sido minha vizinha quando ela tinha apenas 10 anos. Eu era amigo dos pais dela, ela acreditou na minha palavra e nos deu a oportunidade de atender a empresa. O convênio foi firmado com a central deles em São Paulo, localizada na Avenida Brigadeiro Luís Antônio, perto do Parque Ibirapuera. A propósito, a história do Grupo Pão de Açúcar começa nessa avenida, onde antigamente ficava uma doceria do pai do Abílio Diniz. Devagar eles começaram a ampliar o comércio para um supermercado, o negócio cresceu e se transformou no conglomerado que é hoje — mas o velho português tinha ali uma doceria!

Missão dada, missão cumprida. O convênio com o Pão de Açúcar exigiu que corrêsemos contra o tempo para ampliarmos nossa estrutura de atendimento. Precisávamos causar a melhor impressão possível para o novo grupo atendido. É dessa necessidade que surgiu a genial estratégia de uma funcionária que trabalhava conosco chamada Nívea Renata. Ela cuidava tanto do administrativo como do financeiro e, para dar a entender que a SBEP era maior e estruturada, ora atendia o telefone como Nívea, ora como Renata, a depender do assunto a ser tratado, se administrativo ou financeiro. Foi a saída que ela encontrou para disfarçar o fato de que havia apenas uma pessoa trabalhando nas duas áreas.

Uma das pessoas que recorda até hoje da história da Nívea Renata, aliás, é Orlando Leal, nosso atual Gerente Nacional Financeiro, que entrou na instituição naquela época, mais precisamente no dia 4 de novembro de 1999 — ou seja, em 2021 ele completa 22 anos de casa. Quando saiu o convênio com o Pão de Açúcar, precisamos contratar pessoal devido ao crescimento da demanda de trabalho e ele veio para nos ajudar. Recorda-se, com humor, de ver a Nívea Renata alternando os nomes ao atender telefonemas. “O senhor Mesquita tinha a visão de que precisávamos crescer muito rápido porque se o Grupo Pão de Açúcar descobrisse que o ISBET era tão pequeno e desestruturado, iria parar de trabalhar com a gente”, recorda-se. Orlando era amigo de faculdade do meu filho Luiz Rodrigo. Recém-formado em Administração, procurava emprego após ter deixado o trabalho num lava rápido, onde atuou por seis anos. Ocorre que o Luiz Rodrigo não o recomendou, pois somente conhecia seu comportamento das festas e agitos da juventude e não quis correr o risco de indicá-lo e depois ser responsabilizado por algum problema que viesse a acontecer com a contratação. Um dia, contudo, minha esposa Sônia, que conhecia o pai do Orlando, ficou sabendo que o rapaz realmente buscava uma oportunidade e “intercedeu” para darmos uma chance a ele, o que fizemos, como o próprio Orlando se recorda:



Orlando (esq.) comigo no dia da inauguração do novo escritório do ISBET em São Paulo, em 2012

“Um dia o senhor Mesquita me chamou na casa dele e falou assim: ‘sou contra, não acredito que isso vai dar certo, mas me convenceram a te dar uma oportunidade. Só quero uma coisa: que você me prometa que, se não der certo, vai continuar sendo amigo do meu filho e continuará frequentando a nossa casa’. Orlando aceitou a proposta e, em seguida, fiz-lhe um ultimato: “amanhã às 5h30 passo na sua casa, esteja de roupa social e gravata”. Mas ele não tinha roupa social e nunca sequer havia usado uma gravata na vida. Pegou os trajes emprestados com seu irmão e seu pai: “tudo fora do padrão. A calça era larga, a gravata era pequena, mas fui. Falaram pra mim que eu faria três meses de experiência, se não desse certo, a gente continuava amigo, mas eu sairia do ISBET”, conta.

A necessidade da época era de pessoas para atender as lojas do Grupo Pão de Açúcar na cidade de São Paulo, o que incluía os supermercados das marcas Pão de Açúcar, Extra e Barateiro. Orlando, que até então morava no interior, passava os dias rodando pela capital paulista e cidades da Região Metropolitana, como Barueri e Itapevi, visitando as lojas da rede e abrindo vagas de estágio. Ficava o dia inteiro na rua e voltava para o escritório ao fim da tarde. Sequer sabia o que era um fax, aparelho bastante útil na época, quando o acesso à internet e a *e-mails* era bastante restrito. Certa vez, recebeu a demanda para enviar um formulário via fax e suou frio. Ao voltar para o escritório, correu, na sala da nossa então secretária, a Estela, e falou: “pelo amor de Deus, o que é fax? Me ajuda que tenho que mandar esse troço pro homem no Pão de Açúcar”. Estela, morrendo de rir, apresentou-lhe o “moderno” equipamento.

Um mês e meio depois de ele ter começado conosco, ou seja, na metade do período de experiência, Orlando chegou por volta das 17h ao escritório e recebeu o aviso da secretária que eu o esperava na minha sala. “Pronto, acho que a minha experiência acabou hoje. Vai me mandar embora”, pensou. Na verdade, disse-lhe para ele trazer sua carteira de trabalho, pois seria efetivado. Era final de 1999. Saímos para o recesso de Natal e Ano Novo e, em janeiro do ano seguinte, Orlando voltou e, desde então, já foi para tudo quanto é lado para nos ajudar a crescer, como narrado nos próximos capítulos.

Enquanto acontecia a expansão em São Paulo, a unidade do Rio continuava com as operações a todo vapor. Devido ao crescimento da demanda, também, em 1999, minha filha caçula, Elisabeth Karinya, começou a trabalhar na instituição. Ela estava no ensino médio e fazia um curso técnico de administração,

entrando como estagiária do setor administrativo e financeiro. Cuidava de toda a parte de preenchimento de contratos de estágio e pagamentos dos estagiários. “Eu fazia 1.500 cheques na mão, preenchia um a um. Era um trabalho insano de ser feito na época de pagamento”, recorda-se. Elisabeth ficou nessa área por aproximadamente um ano. Em 2000, ingressou no curso de Pedagogia e, interessada em RH, mudou-se para o setor de Recrutamento e Seleção — porém, como éramos pequenos, seguiu fazendo “de tudo um pouco”, cuidando também de alguns afazeres administrativos.

Nessa mesma época, também mudamos de endereço no Rio, trocando as duas salas alugadas na Rua Evaristo da Veiga por um lugar maior, na avenida Gomes Freire, num prédio em que o CIEE tinha estado anos antes.

A última integrante da família a ingressar na SBEP foi minha esposa, Sônia Pelay. A decisão de se juntar aos familiares para trazer forças à instituição aconteceu no início de 2001 e exigiu que ela abdicasse do posto de Diretora de Esportes do município de Indaiatuba, o que lhe garantia toda a estabilidade de um cargo público. Ela também tinha uma academia de ginástica e dava aulas de natação, pois é formada em Educação Física e já trabalhava há duas décadas na área.

Quando viu que eu estava precisando de ajuda para reerguer a entidade e que todos os filhos estavam engajados na causa, decidiu se unir a nós. “A família estava toda espalhada por São Paulo, Rio, interior de São Paulo, e pensei: ‘vamos nos juntar de novo e trabalhar unidos nessa história’”, lembra-se Sônia. Ela então se exonerou do cargo público na Prefeitura de Indaiatuba e nos mudamos para o Rio de Janeiro, onde ela começou uma nova etapa de vida e profissional, em suas próprias palavras, mudando “da água para o vinho, saindo da Educação Física e do esporte para a Educação e o trabalho social”.

Sônia assumiu a área administrativa e de RH da entidade. Passou a ser responsável por toda a parte de recrutamento, contratação e treinamento de pessoal. “Contratei todos os colaboradores da instituição de 2001 até 2010, dos estagiários aos analistas. Em 2010, começamos a crescer mais e os coordenadores contratavam seus estagiários e assistentes, mas os cargos de gestão, os postos mais estratégicos, faço questão de contratar até hoje”, afirma.



*Sônia (esq.) foi a última integrante da família a entrar na instituição.
Nesta foto ela está com o Orlando (centro) e comigo*

Vale ressaltar que, desde o início, sempre priorizamos preencher as novas vagas com estagiários. Se tudo corre bem e a pessoa se engaja no espírito da organização, ela é contratada como profissional. Esse esquema é bom tanto para o estagiário — pois, se ninguém dá oportunidade aos jovens, eles jamais irão adquirir experiência — como para a instituição. Todo negócio precisa crescer e ninguém consegue fazer tudo sozinho. Ter estagiários é ótimo para qualquer organização, que pode treiná-los para a função que necessita, tendo a opção de contratá-los quando o período de estágio acabar — ou antes do prazo, se conveniente para ambas as partes. Outro benefício é que o jovem traz novos conhecimentos e atualizações de mercado à instituição.

Do mesmo modo, todos os membros da família sempre estiveram dispostos a entrar na instituição para ganhar menos, acreditando no potencial de crescimento. Obviamente, naquela época fizemos as contas e vimos que era possível, para a renda familiar, que a Sônia abrisse mão de seu salário de concursada, embora isso incutisse todos os riscos inerentes a qualquer negócio. Inclusive Luiz Rodrigo, cujo perfil é de alguém que valoriza bastante a estabilidade, chegou a questioná-la, dizendo algo como: “poxa, mãe, você é maluca! Vai largar uma vaga que você é efetiva, ganha muito bem, para se aventurar nesse negócio que pode dar certo ou pode dar errado”. Hoje, porém, colhemos os frutos de tal decisão, pois graças a todo o trabalho desenvolvido a partir daí chegamos ao patamar atual.

Mudança de nome

Em 2001, conforme a instituição crescia, começamos a nos deparar com a dificuldade de ter de explicar às empresas que, embora nosso nome fosse Sociedade Brasileira de Estudos Pedagógicos (SBEP), trabalhávamos como Agente de Integração de estágio. O nome não carregava mais relação com nossa principal atividade e aproveitamos o aniversário de 30 anos da instituição para estabelecer o que chamo de novo marco institucional: mudar o nome da SBEP para algo que carregasse maior relação com as novas atividades.

Para tal missão, contei com a consultoria de Leonel Ramos de Oliveira, ex-Vice-Presidente Executivo do CIEE de São Paulo. Ele foi um dos primeiros funcionários do CIEE, tendo ingressado em 1964, ano da fundação, e saído 32 anos depois, em 1996, quando se aposentou. Leonel foi meu colega de trabalho e eu sabia que ele conhecia com profundidade o trabalho de um Agente de Integração. Era, portanto, a melhor pessoa para me ajudar a pensar no novo nome.

Muito honrado com o convite, Leonel se pôs a fazer estudos e pesquisas, até ter a inspiração para a seguinte sabedoria: “se você quiser atingir com uma flecha a copa de uma árvore, aponte a sua flecha para as estrelas”. Veio então à sua mente o novo nome *Instituto Brasileiro Pró-Educação, Trabalho e Desenvolvimento (ISBET)*, que era abrangente o suficiente para que a instituição “alcançasse as estrelas”, pois as pretensões eram amplas. Com isso, foi dada uma ressignificação à SBEP, com uma readequação da marca aos novos momentos e circunstâncias, preparando-a para o futuro.

“A sigla da SBEP é bonita e eufônica. Como era uma espécie de transição, porque não aproveitar algo do que já existia antes? (...) Pensei num nome cuja sigla fosse mais ou menos parecida. Assim, quem ouvisse falar do ISBET não estranharia muito. Ficaria de fácil assimilação. Na verdade, o nome em si ficou completamente diferente, mas a sigla não mudou tanto”, explica Leonel, que conclui: “como o nome foi aprovado, considero-me o padrinho do ISBET!”. Leonel ressalta que a sociedade brasileira precisa de instituições não governamentais de direito privado que não dependam de governo e que não estejam atreladas a ele, e que possam desenvolver esforços como uma grande contribuição para o Brasil. “O ISBET foi, está sendo e continuará sendo muito útil para os jovens estudantes brasileiros”, ressalta.

Já o novo logotipo não foi feito por ninguém especializado. Surgiu a partir de um *brainstorming* que fizemos, fruto do qual pensamos em colocar um capelo escuro sobre um círculo, como se fosse o rosto de uma pessoa, onde estaria escri-

to ISBET. Um dos nossos estagiários à época fez o desenho que é utilizado até hoje! Mantivemos as cores de quando surgiu a SBEP: preto, vermelho e branco. A propósito, criei uma interpretação simbólica para cada uma: o negro representa o caos; o vermelho, o sangue, a luta, a garra e a vontade de mudar; o branco traz a ideia de que, ao lutarmos no caos, obtemos paz, conquistas e a felicidade.

Com o tempo, o ISBET foi disseminando sua marca nova e hoje, se essa história não estivesse sendo contada nessas páginas, muito provavelmente quase ninguém mais saberia que um dia existiu uma SBEP — exceto as pessoas que nela ou com ela atuaram, obviamente.

Gosto de dizer que, na verdade, a essência do nosso trabalho seguiu a mesma; mudamos, apenas, o rótulo. Inclusive, a minha explicação na época era a seguinte: “se você pegar uma garrafa de cerveja da Brahma e colocar nela o rótulo da Antártica, o conteúdo que fica dentro continua sendo Brahma”. SBEP e ISBET é a mesma coisa, mudou o nome apenas para maior adequação ao que fazemos.

Quando Leonel Ramos de Oliveira nos apresentou a nova marca, vi que estava completamente adequada para o que nos propomos a fazer. A palavra instituto tem um significado mais amplo do que sociedade, e, quando temos educação e trabalho, geramos o desenvolvimento. Isso responde àquilo que na época e posteriormente o ISBET queria continuar fazendo, que é inserir o jovem carente no mercado de trabalho, entrando pela porta da frente. Foi exatamente isso que realizamos nos 20 anos seguintes, a começar pela expansão Brasil afora.

2001

SBEP FAZ 30 ANOS E PASSA A SER ISBET



Posse de George W. Bush: no dia 20 de janeiro de 2001, aos 54 anos, Bush tomou posse como o 43º Presidente dos Estados Unidos.



Morte do Mário Covas: o então Governador do Estado de São Paulo Mário Covas morreu de câncer na bexiga em 6 de março de 2001, aos 70 anos. Geraldo Alckmin assumiu o posto.



Nobel da Paz para Kofi Annan: o então secretário-geral da ONU, Kofi Annan, recebeu o Nobel da Paz.



Morte de George Harrison: o guitarrista da lendária banda The Beatles morreu de câncer aos 58 anos, nos Estados Unidos, no dia 29 de novembro de 2001.



Cédula de 2 reais: a cédula de R\$ 2,00 foi lançada no Brasil, cuja marca d'água tem uma tartaruga marinha.



Rebelião do PCC: a organização criminosa PCC (Primeiro Comando da Capital), de origem paulista, organizou a maior rebelião de presídios do país, envolvendo 29 penitenciárias no Estado de São Paulo.



Apagão de energia: em 1º de julho de 2001, entrou em vigor no Brasil o plano de redução do consumo de energia elétrica, racionamento que ficou conhecido como “apagão”.



Ataque ao World Trade Center: no dia 11 de setembro de 2001, a organização fundamentalista islâmica al-Qaeda promoveu uma série de ataques suicidas nos Estados Unidos. Os terroristas lançaram aeronaves contra os prédios do Pentágono, em Washington, e ao World Trade Center, as “Torres Gêmeas”, em Nova York, deixando quase 3 mil mortos.



4

ISBET BRASIL AFORA

A expansão do ISBET Brasil afora seguiu a regra natural da vida: nascemos pequenos e em formação, não grandes e prontos. Com o passar do tempo, fomos crescendo, nos desenvolvendo e nos adaptando conforme as necessidades.

O convênio firmado com o Grupo Pão de Açúcar previa vagas de estágio em diversos estados e tivemos de nos adaptar para atendê-los com qualidade e em tempo. Os estagiários trabalhavam nas lojas das marcas Pão de Açúcar, Extra e demais supermercados do grupo pelo Brasil. Em cada cidade, tínhamos de encontrar candidatos nas escolas locais — afinal, a escola é quem produz nosso insumo, sobretudo no estágio, pois somente pode estagiar quem está estudando.

Era preciso também ir pessoalmente falar com os gerentes de cada loja e traçar o perfil dos estudantes a serem encaminhados. Portanto, entre 1999 e 2000, unidades do ISBET foram abertas em estados como Ceará, Bahia, Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro e Piauí — além de São Paulo e Rio de Janeiro. Ao longo deste capítulo, trago recordações não apenas minhas, mas também de pessoas que considero peças fundamentais para a inauguração e crescimento de alguns desses espaços.

Embora seja bastante glamouroso falar de uma expansão em território nacional, na prática tudo aconteceu com muito esforço e poucos recursos. Afinal, por mais que existisse a demanda do Pão de Açúcar para as vagas de estágio, não tínhamos qualquer verba para alugar salas e montar a estrutura necessária para as unidades. Meu filho mais velho, Luiz Rodrigo, que nos auxiliou a contatar as pessoas que nos ajudariam a começar em estados como Bahia e Ceará, recorda-se das dificuldades daqueles tempos: “a gente tinha que fazer tudo na raça. Pense numa loucura. Era trabalhoso, das seis da manhã às dez da noite, todo santo dia, porque tínhamos que estruturar a empresa, mas não tínhamos dinheiro para

fazer isso. Aproveitamos os recursos do Pão de Açúcar para montar uma equipe e depois conhecer pessoas que fizessem a empresa crescer. Foi uma época difícil.”

Inicialmente, contamos com a ajuda de pessoas que acreditaram na nossa palavra e na missão do ISBET, arregaçaram as mangas e nos ajudaram a construir os alicerces do escritório em cada nova cidade. Elas estavam dispostas a trabalhar inicialmente em lugares improvisados, como salas de suas próprias casas ou até mesmo no porta-malas de seus carros, como aconteceu em Fortaleza!

Para implantar o escritório na capital cearense, a primeira pessoa que tivemos referência, por meio dos contatos do Luiz Rodrigo, foi a Dona Graça Batista, uma senhora que dava consultorias de RH naquela cidade. O Luiz Rodrigo foi até lá, hospedou-se na casa de um amigo, e se reuniu com ela. Era uma pessoa formidável, maravilhosa, e a contratamos. Ela tinha um Del Rey cujo porta-malas era bem grande. A princípio, como não tínhamos sala alugada em Fortaleza, ela marcava as entrevistas com os candidatos na praça de alimentação do shopping e, quando o estudante era aprovado, ia com ele ao estacionamento, tirava a máquina de escrever do porta-malas, pegava as folhas das pastas e preenchia os formulários e cartas de encaminhamento no estacionamento do shopping center. Portanto, nosso escritório em Fortaleza, que hoje é um dos maiores do país, começou no porta-malas de um Del Rey.

A Dona Graça fazia isso porque acreditou na instituição e, sobretudo, em nós. Éramos do Sudeste e não tínhamos qualquer contato com ela anteriormente. Todavia, ela tinha respaldo da irmã dela que trabalhava no Pão de Açúcar em Fortaleza e assegurou que éramos “pobres”, mas sérios. Inclusive, depois ela ainda ficou conosco por um tempo e o escritório do ISBET mais lindo que foi inaugurado naquela época era o de Fortaleza, padrão que segue até hoje. Atualmente estamos num prédio que já foi uma universidade, no centro da cidade, porque lá temos mais de mil jovens e precisamos de espaço.

Também não tínhamos recursos para viajar de avião, então muitas vezes eu pegava um ônibus partindo de São Paulo ou do Rio e ia pessoalmente a cada uma das regiões para as quais precisávamos expandir. Chegando lá, falava com as pessoas da cidade para saber como tudo funcionava, conhecia os lugares, avaliava possibilidades, fazia reuniões com empresários e visitava as escolas.

A escola é um lugar extremamente social, um aluno que conhece o ISBET conta para todos os amigos dele, e os amigos vinham até nós. Há um boca a boca muito forte. A história da abertura em Teresina ilustra perfeitamente esse cenário. O Pão de Açúcar tinha uma demanda por vinte estagiários naque-

la capital e precisávamos selecionar os estudantes praticamente da noite para o dia. Porém, não tínhamos qualquer contato naquela cidade e precisávamos correr. Dei um jeito e fui para Teresina de avião. Marquei uma data com o Pão de Açúcar e os avisei que precisava fazer todo o processo de seleção dos estudantes dentro do escritório deles, porque ainda não estávamos presentes naquele município.

Lá chegando, fui direto para uma escola de ensino médio, próxima à unidade do Pão de Açúcar. Cheguei pela manhã, mas a escola estava fechada: eu não havia me dado conta, mas eram férias de julho! Preocupado, tive de improvisar para encontrar os candidatos. Bati numa casa nas redondezas e perguntei se ali morava alguém que estudava na escola — ou, ao menos, que conhecia algum aluno.

Para a minha grata surpresa, lá vivia uma menina que estudava no segundo ano do ensino médio. Contei a ela minha história, disse-lhe que estava selecionando estudantes para vagas de estágio, e ela falou: “pode deixar comigo! Para onde eu mando o pessoal?”. Respondi que era lá no Pão de Açúcar, ponto conhecido por todos no bairro, e pedi a ela que fosse também. Marcamos o encontro para uma hora depois. Voltei ao Pão de Açúcar e, no horário marcado, apareceram 60 estudantes para eu atender. Claro que a Valdirene, a menina que me ajudou, foi nossa primeira funcionária em Teresina — ela eu não deixei ir para o Pão de Açúcar, pois ficou como estagiária do ISBET!

Logo arrumamos um espaço na cidade com um funcionário do Pão de Açúcar, cuja mãe alugava umas salas. Fechei o aluguel na hora, comprei móveis de segunda mão, que era o que dava para comprar, aloquei a Valdirene lá, a instruí sobre seus principais afazeres e, no terceiro dia, fui embora. A Valdirene ficou conosco um tempão e começou a fazer faculdade de Pedagogia subsidiada pelo ISBET. Depois ela acabou saindo e logo precisamos fechar o escritório em Teresina porque a cidade era muito pequena na época e não conseguimos crescer muito. Perdi Valdirene de vista, mas, da última vez que tive notícias dela, estava trabalhando como professora da Secretaria de Educação do Piauí. Portanto, a forma que encontrávamos para expandir era usar a criatividade e, diante de um problema, criar a solução. Para cada lugar há uma maneira, e em Teresina foi essa.

Também acontecia de novas unidades serem inauguradas em decorrência de acontecimentos imprevistos, às vezes alheios à nossa vontade. Era o caso de pessoas próximas ou funcionários que estavam de mudança para uma nova cidade e

se ofereciam para abrir um escritório no local de destino. Ou seja, na história do ISBET, nem sempre a expansão acontece de forma tão planejada assim.

Em São Luís, foi assim: havia uma empresa em São Paulo que também tinha unidade na capital maranhense, cidade onde precisava de estagiários. Eu tinha um funcionário no escritório do Ceará que morava sozinho em Fortaleza. A mãe dele, já idosa, vivia em São Luís. Um dia ele me procurou e perguntou se poderia trabalhar em São Luís para nós, porque, assim, poderia ficar próximo da mãe. São histórias da vida que acontecem. Sentamos para conversar, ele foi para lá e o primeiro escritório no Maranhão foi na casa da mãe dele! Com o tempo, ampliamos, alugamos um local e a unidade está em funcionamento até hoje — não com ele, que infelizmente veio a falecer.

Embora a expansão inicial tenha sido influenciada pela demanda do Pão de Açúcar, com o tempo, novas empresas foram firmando convênios conosco. O Bob's e o Pão de Açúcar funcionaram como vitrine, pois quando você tem a primeira empresa grande com você, outras iguais ou menores chegam com maior facilidade. Inclusive, depois que a Sônia entrou para a instituição, ela passou a me ajudar com o aluguel de salas, aquisição de mobília e seleção de pessoas que seriam peças-chave da instituição em cada novo local.

O mais importante, entretanto, é que, desde essa época, já colocávamos um representante em cada estado onde o ISBET tem unidade. A grande maioria, como já mencionei, começa como estagiário. Se o perfil se encaixa no da instituição, efetivamos o contrato para que todos se manifestem e possam crescer. Assim, compartilho a seguir algumas histórias de pessoas fundamentais dessa primeira fase de expansão, que ajudaram o ISBET a ser o que é hoje.

Fortaleza

Após a inauguração em Fortaleza, feita por Dona Graça no porta-malas de seu Del Rey, conseguimos nos instalar na cidade e abrimos um escritório no centro. Em meados de 2003, porém, passávamos por dificuldades e não conseguimos fechar novos convênios com as empresas. O número de estagiários intermediados pela unidade era baixo, ameaçando a continuidade do escritório local.

Certa vez, telefonei do Rio para a pessoa que então era a responsável pela unidade e, durante a conversa, disse-lhe que a situação estava difícil e, infelizmente, teríamos de dispensar Glaylson Rodrigues, o estagiário contratado fazia poucos meses. O rapaz, porém, estava próximo à pessoa na hora do te-

lefonema e escutou a conversa. Eu ainda estava na ligação quando o jovem gritou, de sua mesa:

— Por favor, pede a ele uma chance! Não posso ficar pelo menos mais um mês pra ajudar e a gente vê juntos como podemos reverter essa situação?

Glaysen recorda-se até hoje daquela ligação e conta o seguinte:

“Parece que o senhor Mesquita me ouviu do outro lado e imediatamente falou, com seu tom de voz característico, pois fala alto e é muito expansivo, ele disse assim:

— Fale pra ele que não dou um mês, dou dois meses! Ele tem uma chance de mudar essa situação.

Eu fui do inferno ao céu, pois tinha ficado desempregado e, em pouco tempo, voltei a estar empregado na condição de ter uma chance e mostrar o meu valor”, recorda-se.

Os meses que se seguiram foram de muito trabalho. Glaysen, que era estudante de Pedagogia e tinha pouca experiência com a área comercial, passou a pensar em estratégias para firmar novos convênios. “Sou pedagogo de formação, sou professor e sempre quis trabalhar nessa área. Não era minha intenção sair de um trabalho interno na minha área para fazer a parte comercial, mas a instituição precisava. Então, não era simplesmente ir para uma empresa e vender. Eu entendia isso, tinha absorvido a missão da instituição. Eu ia para fechar parcerias”, revela.

Começou, então, a fazer ligações do escritório e agendar visitas com algumas empresas. Para seu sucesso e sua sorte, na primeira semana, disse já ter fechado um primeiro contrato para uma vaga de estágio com uma *delicatessen*. Isso o motivou a seguir na busca. Na semana seguinte, pegou um catálogo e teve a ideia de entrar em contato com a matriz de uma rede pequena, com 18 supermercados. “Pensei: se eu fechar com a matriz, vou fechar com 18 lojas, pois se houver, pelo menos, um estagiário em cada uma, são 18 estagiários a mais pro escritório. E foi dito e feito, isso aconteceu”, recorda-se Glaysen.

Certa vez, o jovem estava de saída para visitar uma empresa, quando apareci no escritório em Fortaleza. Eu havia pego um ônibus do Rio, viajado três dias e três noites, pois não tínhamos dinheiro para pagar avião. Lembro-me de que

cheguei lá no Dia das Mães, pois fazíamos sacrifícios naquele tempo e trabalhávamos na linha de frente de maneira dura. Eu estava acostumado a priorizar o trabalho em detrimento de compromissos pessoais sempre que necessário. Naquele tempo, em São Paulo, muitas vezes ia às dez, onze horas da noite às escolas públicas para encontrar estudantes para serem estagiários do ensino médio. Enfrentamos momentos difíceis. Quem vê o ISBET hoje não imagina tudo isso, pois felizmente hoje em dia nossa realidade mudou muito e temos uma estrutura sólida.

O fato é que fui até a unidade de Fortaleza pessoalmente para ajudar a reerguê-la. Glayson abria a porta, de saída para uma visita, quando se deparou comigo, de chegada.

— Senhor Mesquita, estou saindo para uma visita! — Disse o jovem, que usava uma bolsa carteiro simples, comum a estudantes, e carregava a pasta repleta de materiais de divulgação do ISBET.

— Então eu vou com você! — Afirmiei.

— Mas nós vamos de ônibus, e é na BR-116 — Alertou-me.

— Não tem problema algum! — Respondi.

“Ele guardou a malinha dele, porque tinha viajado de ônibus do Rio de Janeiro, um senhor com mais de 60 anos (...), e eu comecei a admirá-lo como pessoa. A gente precisa se identificar com o gestor, e essa atitude dele me animou (...). Foi para mim uma lição de humildade naquele momento, porque eu estava começando”, conta Glayson.

Naquela ocasião, fiquei mais de um mês trabalhando com ele em Fortaleza, treinando-o para a área comercial. Saíamos a pé, pois a venda era de porta em porta, entregando panfletos e divulgando a instituição. “Fizemos dez quilômetros na BR 116, que é a parte industrial, onde tem muitas empresas em Fortaleza. Eu ia para um lado da BR e ele ia para o outro, e combinávamos de nos encontrar dali a duas, três horas”, lembra-se.

Era exatamente assim que conquistávamos novos convênios. Certa vez, peguei um ônibus e cheguei na BR 116 em Fortaleza às 8h. Comecei a ir de empresa em empresa, a pé, e cheguei ao bairro de Messejana por volta do meio-dia. Almocei, passei para o outro lado da rodovia e desci novamente de porta em porta, até as 16h. Não tinha vendido nada, mas havia pego contatos com os porteiros, que me deram cartões e números de telefone. Às 16h, entrei na última

empresa. O dono estava lá, me recebeu, e falou que precisava do nosso serviço. Eu já tinha deixado todos meus folhetos e materiais nas empresas anteriores e, exatamente na hora de fechar negócio, eu já não tinha mais nada. “Amanhã às oito da manhã estarei aqui”, disse a ele. E assim o fiz: na hora marcada, eu estava lá com tudo pronto e fechei um convênio com uma empresa que até hoje é conveniente nossa em Fortaleza.

A oportunidade aparece para quem trabalha, se eu tivesse parado ao meio dia e ido embora, eu não teria conseguido. Há dias que trabalhamos o dia inteiro e não ganhamos nada também, pois a venda é inesperada, não sabemos onde está o resultado dela, temos de estar presentes e convictos em todas as visitas para fazer acontecer. Glayson aprendeu isso muito bem e, naquela ocasião, antes de pegar o ônibus de volta para o Rio, disse a ele que ainda não tínhamos condições de contratá-lo, mas daríamos um aumento na bolsa auxílio de estágio e ele continuou com a gente.



Glayson Rodrigues comigo, em 2013, no dia que ganhamos o Selo Social Diamante do projeto ViraVida, entregue pelo Conselho Nacional do Sesi, no Estádio Nacional Mané Garrincha, em Brasília

Glayson ficou como estagiário por, aproximadamente, um ano, as coisas começaram a melhorar e, no ano seguinte, ele foi efetivado. “Continuei muito feliz. Para mim foi uma conquista muito grande e não me esqueço nunca disso. Fico muito emocionado até hoje. Já fazem quase 20 anos praticamente, mas ainda carrego essa história de como entrei na instituição.”

Ele ficou conosco por muito tempo, tendo sido responsável por aberturas de unidades, inclusive, em outros municípios do Ceará, como Juazeiro do Norte e Sobral. Quando saiu, em 2007, ele já era o coordenador do escritório de Fortaleza. Anos mais tarde, ele voltaria para um novo ciclo na instituição, quando já trabalhávamos com aprendizagem. Mas isso é assunto para o próximo capítulo.

Salvador

Há uma história um tanto quanto cômica a respeito do primeiro lugar que providenciamos para abrir nosso escritório na capital baiana, em meados de 1999 ou 2000. Na época, o Luiz Rodrigo conseguiu contatos em Salvador com um cliente da metalúrgica onde ele trabalhava. Como não tínhamos dinheiro para pagar nossa hospedagem quando estávamos na cidade, pedimos ajuda das pessoas que trabalhariam conosco para alugar uma casa que servisse de escritório e, ao mesmo tempo, tivesse um quarto nos fundos para dormirmos quando fôssemos para lá.

Foi alugado um espaço num bairro muito periférico, de difícil acesso tanto para nós quanto para os estudantes. Eu e minha esposa Sônia estávamos acostumados a ficar em hospedagens simples, mas o local não era apropriado para ser a sede do ISBET. Mal a Sônia chegou ao imóvel com a Dona Alzira (ela mesma, uma das fundadoras, que foi esposa do professor Dorival, aquele que restabeleceu a instituição comigo em 1985), elas perceberam que não seria possível ficar ali. “A casa era até arrumadinha, mas ficava no pé do morro!”, recorda-se Sônia, aos risos.

O endereço foi alugado pelo irmão da Juceline Paixão, que começou conosco naquele endereço aos 19 anos e saiu, apenas, 20 anos depois, em 2019, como coordenadora da unidade em Camaçari (BA). “Assumi bem novinha o ISBET e comecei a fazer de tudo, da recepção e atendimento à parte financeira da instituição. Até boleto eu confeccionava na máquina de datilografar”, conta. Ela se lembra com humor da história daquela primeira casa alugada:

“Essa casinha que a Dona Sônia ficou ‘pê da vida’ era no Largo do Tanque (...). Para mim, o lugar era uma ladeira, mas ela chama de morro [risos]. Lembro que Dona Sônia chegou e ficou apavorada. Ela tinha dito o seguinte: que tivéssemos um lugar para colocar o escritório, mas que também tivesse um quarto para eles dormirem quando viessem a Salvador, porque viriam fazer visitas. Aí, meu irmão arranjou. Quando ela chegou, acho que ficou uma semana e já mu-

damos de endereço. Até hoje ela conta essa história (...). É muita coisa pra gente se lembrar, muita coisa engraçada”, diz.

Juceline, aliás, nos acompanhou em muitas mudanças pela capital baiana. Lá, assim como nas demais localidades do ISBET, as trocas de endereço sempre acontecem por um desses dois motivos: ou crescemos e precisamos de um espaço maior, ou ocorre o movimento oposto. Uma vez, a receita em Salvador caiu muito e, preocupado, precisei telefonar para ela, dando um prazo para que nos ajudasse a reverter a situação, caso contrário, teríamos de fechar o escritório. Juceline foi atrás de novas empresas e deu certo. “E o que foi que aconteceu? A receita cresceu e não precisamos fechar (...). O ISBET me ensinou muito a lutar pelas coisas”, afirma Juceline.

Assim como a Valdirene, ex-coordenadora do escritório no Piauí, Jeceline também fez faculdade de Pedagogia estimulada por nós e com subsídios da instituição. “Fiz Pedagogia e não me arrependi. Devo muito ao Sr. Mesquita por essa escolha, que foi bem assertiva. A partir daí, comecei a estudar e o ISBET continuou tendo uma contribuição muito importante na minha vida profissional através do pagamento da minha faculdade. O ISBET me financiou por muito tempo e devo muito ao ISBET por essa graduação.” Juceline chegou a pensar em trancar a faculdade algumas vezes, pois tinha um filho pequeno para cuidar, mas sempre a estimulamos a seguir com os estudos.



1. Juceline Paixão entrou no ISBET em Salvador aos 19 anos e ficou conosco por duas décadas

2. Equipe do ISBET de Salvador e Camaçari, na Bahia, em um momento de descontração

Nas duas décadas em que esteve conosco em Salvador, Juceline passou por vários setores no escritório, pois, em suas próprias palavras, como a instituição é pequena, “funcionário do ISBET acaba virando Bombril”, com mil e uma utilidades. Ela avalia que ter feito Pedagogia a ajudou, inclusive, na abordagem e relacionamento com os clientes, pois os conhecimentos de pedagogia a fundamentavam e davam o respaldo necessário para falar sobre a atuação da instituição com os jovens.

Ao longo de todos esses anos, Juceline se envolveu bastante com as discussões do Fórum Baiano de Aprendizagem Profissional (FOBAP), no qual entrou pelo ISBET. Tornou-se secretária executiva do Fórum, posição que manteve mesmo após a saída da instituição. “O ISBET sempre teve um papel muito fundamental, foi uma empresa mãe para mim.”

Belo Horizonte

Naqueles idos de 2000, o convênio com o Pão de Açúcar previa a abertura de 60 vagas em duas lojas dos Hipermercados Extra em Belo Horizonte, sendo 30 estagiários para cada uma. Ivan Roberto e Orlando Leal partiram rumo à capital mineira, onde ficaram por três dias, de quarta a sexta-feira, e fizeram todo o processo seletivo dos estudantes. Voltaram com a demanda atendida e o chefe do RH da rede ficou plenamente satisfeito com o resultado.

Passado um tempo, esse diretor me procurou com uma dificuldade: o convênio com o ISBET era para estágio de ensino médio, mas eles tinham uma vaga de ensino superior em Psicologia aberta há duas semanas com outro Agente de Integração e ainda não tinham recebido o encaminhamento de nenhum candidato. Ele viu a qualidade do nosso trabalho com o ensino médio e propôs que o ajudássemos com a vaga em questão.

Ao final da tarde daquele mesmo dia, quando o Orlando voltou para o escritório em São Paulo, expliquei-lhe a situação e pedi que pegasse um ônibus rumo a Belo Horizonte ainda naquela noite:

— Vá hoje e amanhã, chegando lá, encaminhe um monte de gente pra esse diretor entrevistar — disse a Orlando, que se lembra de eu ter dito, em seguida: — Só mais uma coisa, vou te dar um livro de três páginas para você ler, mas só o abra quando entrar no ônibus e estiver saindo da rodoviária!

“Peguei minhas coisas e só deu tempo de passar em casa, tomar um banho e correr para a rodoviária. Quando entrei no ônibus, peguei o livrinho que recebi e era uma história chamada *Uma Mensagem a Garcia*”, recorda-se Orlando.

A história, cujo título original em inglês é *A Message to Garcia*, é um ensaio de autoria do filósofo americano Elbert Hubbard publicado ao final do século 19 que se passa durante a Guerra Hispano-Americana. O autor relata que o então presidente dos EUA, William McKinley, precisava entregar uma mensagem para o general Calixto Garcia Íñiguez, líder das forças rebeldes cubanas durante a guerra. Porém, McKinley não sabia o paradeiro de Garcia e teria dado a missão a “um camarada de nome Rowan” que, sem fazer qualquer pergunta, deu seu jeito e entregou a mensagem do presidente ao general Garcia.

Segundo Orlando, Rowan não fez perguntas como: quem é o Garcia? Onde que ele está? Como faz para falar com ele? Por que você não vai lá entregar? O que diz a mensagem? Por que é importante? Em vez disso, guardou o envelope e foi atrás de cumprir a missão. “Na hora que estava lendo aquilo no ônibus, entendi que o que o Sr. Mesquita queria me dizer era algo como: “vai lá e faz o que você tem que fazer!”.

Naquela ocasião, Orlando ainda não tinha organizado nenhum processo seletivo para nível superior e sequer conhecia faculdades em Belo Horizonte. Na noite do dia seguinte, ligou-me a cobrar e disse: “o Pão de Açúcar vai fazer entrevista amanhã com 15 candidatos”, e voltou para São Paulo. Curioso(a) para saber como o “Rowan” do ISBET cumpriu sua missão? Eis seu relato:

“Desci na rodoviária e não conhecia nada em Belo Horizonte. Tinha ido daquela vez com o Ivan fazer um recrutamento, mas não lembrava mais de nada. Naquela época, existia lista telefônica. Então, saí da rodoviária e fui andando até o centro da cidade pensando no que fazer. Vi uma loja da Telemar [concessionária de telefonia à época], entrei e conversei com uma pessoa que me deu uma lista telefônica daquelas de páginas amarelas. Fui na seção de faculdades, comprei um cartão telefônico, entrei numa cabine e liguei para umas 12 faculdades até arrumar uma”, conta Orlando.

Segundo ele, em cada ligação, era preciso se apresentar e explicar o que era o ISBET. Uma das faculdades aceitou recebê-lo às 15h daquele mesmo dia, ele foi e conseguiu convencê-los ajudá-lo com candidatos. Retornou às 19h, quando os estudantes chegavam para as aulas. O coordenador do curso de Psicologia reu-

1. Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Mensagem_a_Garcia. Acesso em 10 de fevereiro de 2021.

niu 30 candidatas e, dessas, Orlando encaminhou metade para o Pão de Açúcar selecionar. Às 22h, pegou seu ônibus de volta a São Paulo.

Com o passar do tempo, a estudante de psicologia selecionada para aquela vaga foi efetivada e inclusive, atuou como a chefe do RH do Pão de Açúcar de Belo Horizonte, tendo, inclusive, ajudado Orlando na expansão do ISBET naquela cidade, recomendando fornecedores do grupo para a instituição. Isso porque, um pouco depois disso, propus que Orlando se mudasse para lá para abrir oficialmente o escritório do ISBET em BH.

Para começar, alugamos por telefone um espaço num prédio antigo no centro. Ao chegar lá, ele conta que encontrou a sala “com um palmo de terra e poeira” e tacos revirados ao chão. “Comecei do pó mesmo, do nada, mas estamos lá até hoje. A sala que eu comecei tinha 30 metros quadrados, mas aquele foi só o comecinho e já mudamos um monte de vezes para lugares maiores (...). Fiquei lá quatro anos, de maio de 2000 até metade de 2004. Fiz tudo o que precisava e quando saí de lá tínhamos no ISBET de Belo Horizonte, Contagem e Betim mais de 600 estagiários e de 250 clientes. O escritório era totalmente autossustentável e existe até hoje.”

Ao sair de Belo Horizonte, Orlando atuou em nossa unidade em Indaiatuba, no interior de São Paulo, que, inicialmente, funcionou num anexo da casa onde eu morava antes da mudança para o Rio de Janeiro. Um tempo depois, ele realizou a abertura de unidades do ISBET em Taubaté e São José dos Campos, na região do Vale do Paraíba. Desde 2009, gerencia toda a área financeira do ISBET.

Indaiatuba (SP)

Abrimos um escritório em Indaiatuba porque eu vivia nessa região com minha família, antes da mudança para o Rio de Janeiro. Assim como nas demais localidades, começamos muito pequenos na cidade. Sem recursos para pagar o aluguel de uma sala, a melhor alternativa encontrada foi usar um espaço numa espécie de porão que tínhamos na nossa casa para instalar a unidade do ISBET.

Nesse escritório improvisado dentro de um porão, a Cíntia de Oliveira Legendre, hoje à frente da representação do ISBET em Brasília (explico mais adiante o que é uma representação), começou a trabalhar conosco como estagiária. Era meados de 2004 e abrimos uma oportunidade de estágio para um estudante nos ajudar com os afazeres administrativos e financeiros em Indaiatuba.

tuba. A Cíntia estava com 18 anos, havia acabado de entrar na faculdade e se candidatou à vaga.

O responsável por realizar a entrevista com os candidatos era o Orlando, que, ainda, cuidava da unidade em Minas Gerais, mas também nos auxiliava em Indaiatuba. Quando a Cíntia chegou em casa procurando pelo Orlando, porém, deparou-se comigo limpando a piscina no jardim e pensou que eu fosse o caseiro.

“Quando cheguei para a entrevista, fiquei receosa porque era uma casa num bairro bem residencial. Toquei a campainha e foi muito engraçado porque o senhor Mesquita, que eu não sabia quem era na ‘fila do pão’, apareceu de camisa florida e uma peneira de piscina na mão. Disse a ele que eu tinha uma entrevista com o senhor Orlando, que até então imaginava ser alguém na casa dos 70 anos, e o senhor Mesquita falou que era lá mesmo. Entrei e vi o senhor Mesquita limpando a piscina, então, pensei comigo mesma: ‘esse aí é o caseiro e o senhor Orlando deve ser o dono da casa’. Ele limpou a piscina, entrou, e o Orlando apareceu de terno e gravata, bem jovem. Então, concluí: ‘ele é bem jovem e tem um caseiro muito velho, né?’ Fiz a entrevista com o Orlando e só depois é que fui descobrir quem era aquele senhor que limpava a piscina no dia da entrevista!”

Naquela época Orlando ficava a maior parte do tempo em Belo Horizonte. A cada quinze dias, passava uma semana em Indaiatuba. Isso significava que Cíntia teria de trabalhar a maior parte do tempo sozinha, pois, naquela época, a Sônia e eu dividíamos nosso tempo entre o escritório do Rio, Fortaleza e as visitas e treinamentos às demais localidades. “Aquilo para mim foi assustador, porque eu nunca tinha trabalhado na vida, nunca tinha atendido um telefone de empresa”, relata a jovem. Mesmo assim, aceitou o desafio: passou por um treinamento com a Sônia e começou a trabalhar.

Cíntia recorda-se que a sala de trabalho tinha, apenas, uma mesa, um fax, uma impressora e um computador — este tinha de ser dividido com o Orlando quando de suas idas ao escritório. “Ele nessa época fazia o fechamento dos convênios com as empresas. Conforme foi fechando com redes que tinham lojas e franquias em outras cidades, brincávamos que nossa metrópole era Campinas e cuidávamos da Região Metropolitana de Indaiatuba!”

Com o passar do tempo, os 50 a 60 estagiários iniciais que Cíntia foi contratada para administrar saltaram para, aproximadamente, 250 espalhados não somente por municípios do interior paulista, como Itu, Salto, Sorocaba e Jundiaí, como por outros estados, a exemplo de Goiânia (GO) e Lavras (MG). Quando

o Orlando estava fora, ela também fazia, de ônibus, algumas visitas a empresas de cidades da região, mas a maior parte das atividades era executada por telefone, inclusive as seleções dos estagiários. “Tinha vários dias que eu saía com as duas orelhas queimando porque era o tempo inteiro ligando para tentar falar com alguém. A cada ligação eu tinha que me apresentar ao estudante, oferecer a vaga, falar o horário, o valor da bolsa, as atividades. Depois, a pessoa perguntava: ‘é verdade mesmo?’ Eu dizia que sim, explicava, marcava o horário e passava o endereço da empresa.”

Outra curiosidade daqueles tempos, recorda-se Cíntia, é que a internet da sala-escritório era discada e, quando em uso, ocupava a linha telefônica. Então, ela precisava “se virar nos 30” para enviar e-mails em horários estratégicos de forma a liberar o telefone em caso de alguém querer falar com ela. Para isso, conectava-se à internet assim que chegava, baixava os e-mails no Outlook, desconectava a internet e, ao longo da manhã, respondia as mensagens e as deixava salvas na caixa de saída. Na hora do almoço — uma marmita que esquentava na cozinha de casa porque não havia local para almoçar nos arredores —, voltava a acessar a internet para enviar os e-mails. Já anexos com informações e arquivos grandes eram enviados via fax, como os relatórios de frequência dos estagiários a serem usados pelas empresas.

Uma das pessoas que telefonava para ela diariamente, aliás, era o próprio Orlando, com seu jeito “desconfiado” de controlar o horário de trabalho de Cíntia à distância. “Ele telefonava todos os dias às 8h30 em ponto [seu horário de entrada]. Se eu tivesse uma dor de barriga e estivesse no banheiro, nem que eu tivesse chegado às 7h30, ele ligava 8h30 pra saber se eu estava no ISBET para atender o telefone. Já meu horário de saída era às 17h e ele ligava 16h59 para saber se eu não tinha saído um minuto mais cedo”, recorda-se, acrescentando que, brincadeiras à parte, cresceu muito por essas atitudes de Orlando, que a fizeram aprender e a valorizar o trabalho.

Cíntia ficou cerca de dois anos em Indaiatuba. Depois de um tempo, abrimos de fato um escritório no centro da cidade, com a devida estrutura, e contratamos outra pessoa para ficar lá. A Cíntia, já efetivada, foi transferida para São Paulo, onde trabalhou na parte financeira e foi também foi minha secretária.

“Tudo o que eu sou no ISBET na minha vida profissional, falo que é ‘50% senhor Mesquita e 50% Orlando’. São as duas pessoas mais ‘cri-cris’ e, ao mesmo tempo, maravilhosas de se trabalhar. Cobram quando tem que cobrar, elogiam quando tem que elogiar, perseguem quando tem que perseguir”.

Porta de entrada para o mercado

Ainda em meados de 2000, fizemos uma parceria com a Associação Comercial de São Cristóvão, um dos bairros mais tradicionais do Rio, que nos cedeu por um tempo um espaço dentro da sede da organização para servir de escritório do ISBET na região.

Não me recordo exatamente como conheci o então presidente da associação, Athus Ferreira, mas, naquela época, nos aproximamos de alguma forma, visitei São Cristóvão e ele refletiu que seria boa ideia levar o ISBET para a região; fizemos, então, a tal parceria. Além disso, ele foi nosso conselheiro por um período.

Graças a essa aproximação, Athus Ferreira viabilizou um encontro fundamental para o desenvolvimento do estágio de nível médio em território nacional na época: possibilitou que eu me reunisse com o então ministro do Trabalho Francisco Dornelles², que também foi governador do Rio de Janeiro, além de ser sobrinho de Tancredo Neves.

Francisco Dornelles sempre morou no Rio de Janeiro e Athus Ferreira, por ser presidente da associação comercial de São Cristóvão, tinha grande influência e conhecia o ex-ministro, que me recebeu para que eu pudesse defender a importância do estágio de nível médio no país.

Os ministros muitas vezes visitam a antiga capital federal e despacham dos locais onde eram as sedes dos ministérios no passado. Na ocasião, ele despachou comigo e tive a oportunidade de dizê-lo que, embora o estágio de nível médio tivesse embasamento legal na ocasião, muitos fiscais do Trabalho implicavam com sua aplicação. Expliquei o quanto isso era prejudicial ao país, devido ao importante papel do estágio de nível médio sobretudo para estudantes de baixa renda, que muitas vezes saem do ensino médio sem qualquer experiência de trabalho, encontram dificuldade para pleitear um emprego e, assim, encontram na criminalidade um caminho mais fácil.

Sofríamos certa resistência de fiscais do trabalho para a implementação do estágio de nível médio porque eles não aceitavam o embasamento legal previsto em um artigo da Lei n.º 9394/1996 (a Lei de Diretrizes e Bases da Educação). Como a legislação era assinada pelo Ministério da Educação, os auditores do extinto Ministério do Trabalho a ignoravam. A principal interpretação deles era a de que as empresas aproveitavam dos estagiários para substituição de mão de

2. Foi ministro do Trabalho de 1º de janeiro de 1999 até 8 de abril de 2002, durante o governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Francisco_Dornelles. Acesso em 19 de abril de 2021.

obra barata. Desse modo, perturbavam as empresas em suas fiscalizações, que reclamavam conosco porque éramos o agente de integração.

Portanto, mostrei ao ex-ministro Dornelles que o estágio de nível médio estava embasado na lei, que os estagiários faziam rodízio de funções e eram treinados para uma profissão. Defendi que fosse reforçada aos fiscais a importância disso principalmente para os estudantes da periferia, que dificilmente saem do nível médio direto para o ensino superior — ainda mais duas décadas atrás, quando o acesso à universidade por jovens de baixa renda era ainda mais restrito do que na atualidade. A reunião foi positiva e nos abriu caminhos. Com o tempo e a publicação da nova Lei de Estágio, em 2008, não tivemos mais problemas.

Quem se recorda com clareza do trabalho que fizemos em prol do estágio de nível médio naqueles anos é o nosso advogado Carlos Rogerio Couto Baptista, que atua conosco há duas décadas.

Baptista conta que as pessoas tinham uma interpretação equivocada de que o estágio de ensino médio era inválido porque nele o jovem não necessariamente aplicava no trabalho aquilo que aprendia nas aulas — característica que é mais marcante no estágio de nível superior, no qual o estudante está mais direcionado a desenvolver um trabalho formal em área pré-estabelecida. Entretanto, o objetivo do estágio de nível médio é preparar o jovem para ter uma profissão de entrada no mercado de trabalho. “Em uma interpretação muito simples, o estágio tem que oferecer um crescimento, um ganho para o jovem no sentido de inserção no mercado de trabalho. Então, no estágio é importante que haja um rodízio de atividades, e nisso o ISBET foi pioneiro (...). O estagiário tem uma visão completa do que seria o trabalho”, explica.

Porém, as Delegacias Regionais do Trabalho (DRT) e o Ministério do Trabalho não enxergavam por esse viés na época, esclarece Baptista. “A lei não era completamente explícita com a forma de acompanhamento do estágio. É claro que existiam empresas que queriam aproveitar o trabalho do jovem para diminuição de custos trabalhistas, mas essa não era a grande realidade das empresas que buscavam estágios. Apesar disso, o DRT e o Ministério Público tratavam como se quase todos tivessem essa única intenção”, recorda.

De acordo com o advogado, como a legislação não era explícita na forma de fiscalização, nas responsabilidades das partes envolvidas, nem a respeito de qual era o número de estagiários possíveis em uma empresa, isso era interpretado como uma tentativa de burlar a lei trabalhista. “Com o passar do tempo, tudo foi aperfeiçoado e foram criados percentuais possíveis de estagiários [nas em-

presas] para não haver esse impacto em relação aos empregados de CLT e carteira assinada. Então, o ISBET foi absolutamente proeminente nessa discussão junto aos órgãos para a adequação da lei para a realidade nacional”, ressalta.

Baptista que chegou a ir a audiências trabalhistas onde o magistrado, ao iniciar sua fala, declarava acreditar que o estágio era uma fraude, um absurdo. “Lembro-me como se fosse hoje de uma juíza dizendo que era repugnante o fato de empresas privadas contratarem estagiários”, diz o advogado, acrescentando que absurda mesmo era a visão da magistrada, porque é absolutamente justificável que uma empresa privada contrate estagiários.

“Então, sim, a gente enfrentou muito preconceito (...). Enquanto parte de alguns órgãos públicos entendiam [o estágio de nível médio] como uma tentativa capitalista exclusivamente de burlar os custos trabalhistas, o ISBET apostava e tentava incentivar os seus contratantes que dessem a oportunidade de emprego para um jovem por meio do estágio, como uma inserção no mercado de trabalho.”

Graças a todo esse nosso trabalho, entretanto, hoje o estágio de nível médio é amplamente aceito. “O senhor Mesquita é uma espécie de defensor absoluto do jovem brasileiro, do estágio e do contrato de jovem aprendiz. Foi ele, pessoalmente, por meio de contato com políticos e autoridades e em inúmeras reuniões nesses anos todos que conseguiu criar nas pessoas uma interpretação efetiva de como o ISBET trabalha corretamente dentro da legislação, tanto que os órgãos hoje pedem auxílio ao ISBET para decisões a respeito de alterações e normas específicas sobre a lei. Eles reverteram o cenário, de uma situação de dificuldade se tornaram uma espécie de ‘lâmpioes’ da legislação a respeito”.

Quantos estagiários as organizações podem ter?

O ISBET foi atuante na confecção da nova Lei do Estágio (Lei n.º 11.788/2008). Assim como fiz na década de 1970 pelo CIEE com relação à primeira Lei do Estágio (Lei n.º 6.494/1977), meu filho Ivan Roberto representou o ISBET nas discussões em Brasília para a confecção da nova legislação, em vigor atualmente. Preocupados com a seriedade do papel dos programas de estágio dentro das organizações, sugerimos a redação de artigo prevendo as cotas de estagiários dentro das empresas, que foi incluído na lei.

A Coordenadora Adjunta da unidade de Brasília Alana Rosa de Almeida, que nos acompanhou nas visitas ao Senado à época, recorda-se da alegria de

Ivan Roberto quando viu o resultado do empenho: “foi uma conquista do Ivan Roberto. Ele foi o idealizador (...). Na época, quando o Ivan viu aquele quadrinho valendo para o Brasil, você não tem ideia da felicidade que ele ficou!”.

Abaixo, o artigo:

Art. 17. O número máximo de estagiários em relação ao quadro de pessoal das entidades concedentes de estágio deverá atender às seguintes proporções:

- I** – de 1 (um) a 5 (cinco) empregados: 1 (um) estagiário;
- II** – de 6 (seis) a 10 (dez) empregados: até 2 (dois) estagiários;
- III** – de 11 (onze) a 25 (vinte e cinco) empregados: até 5 (cinco) estagiários;
- IV** – acima de 25 (vinte e cinco) empregados: até 20% (vinte por cento) de estagiários.

Brasília

Em 2008, Cíntia e Ivan Roberto deslocaram-se a Brasília para promover a reabertura do nosso escritório no local. Cerca de uma década antes, eu havia inaugurado uma salinha na Capital Federal para ser um escritório de representação institucional. Fiz isso porque sempre acreditei que tudo, em nível legal e institucional ocorre em Brasília, e o ISBET não poderia ficar fora. Aluguei, então, uma sala para marcarmos nossa presença por lá. Na maior parte do tempo, o local ficava fechado ou apenas com uma estagiária para receber documentos e fazer encaminhamentos.

Naquele tempo, porém, Ivan e Cíntia precisaram começar praticamente do zero, porque, quando chegaram, o escritório estava fechado e quase vazio, com exceção de alguns móveis, um deles, inclusive, marcou a memória de Cíntia até hoje: “chegamos tinha uma cadeira e um sofá que era vermelho da cor do ISBET, comprado pelo sr. Mesquita quando ele inaugurou a unidade, mas tinha ficado na janela tomando sol ao longo de muitos anos. Então, toda vez que sentávamos naquele sofá, a roupa saía vermelha. Sabe quando o tecido vida pó? Os pedacinhos desgrudavam no sofá e colavam na roupa,” lembra, aos risos.

De acordo com ela, os dois começaram “na cara e na coragem”, com o foco ainda, somente, em estágio. A unidade intermediava apenas dois estagiários, e, para mudar aquele cenário, Cíntia decidiu usar a estratégia que tinha aprendido

em Indaiatuba: procurar as empresas por nome na lista telefônica, o principal meio de pesquisar endereços na época.

Gravou na memória o dia em que, repleta de ingenuidade, ligou para uma grande construtora da região pedindo para falar diretamente com o dono. A secretária disse: “ahhh... Mas de onde você é?”. E Cíntia, confiante, respondeu que era do ISBET e queria apresentar o programa de estágio para ele. “Lógico que nunca consegui falar com o dono e nunca consegui fechar parcerias com eles, mas sabe quando você dá uma bola fora e pensa, ‘Isso é cair de cabeça mesmo? Vou continuar ligando para as empresas, uma hora vai dar certo!’, disse. E deu certo. Hoje temos uma representação grande e forte em Brasília, com mais de mil jovens aprendizes e centenas de estagiários.

No começo, Cíntia fazia os agendamentos nas empresas e Ivan Roberto, a parte comercial. “Ele sempre foi muito bom, tinha muita lábia e conseguia fazer os fechamentos. Ele só falava: ‘me coloca dentro da empresa que o resto eu faço!’, porque a parte mais demorada é conseguir falar com o responsável, apresentar o ISBET e marcar o horário. Ele ia e voltava com o convênio fechado. Tinha o dom de fazer as pessoas realmente comprarem a ideia dele. Foi uma época muito boa porque eu marcava, ele fechava, trazia as vagas e eu fazia o preenchimento das vagas”, recorda-se Cíntia. Tanto fizeram que, em determinado momento, a demanda cresceu tanto que os dois precisaram de ajuda e, nas palavras de Cíntia, “foi aí que entrou a Alana na nossa vida”.

Alana Rosa de Almeida fez a entrevista no sofá vermelho e saiu com a roupa — e o coração — tingida com o vermelho do logo do ISBET. “Ela não tinha muita experiência profissional, mas eu a olhava e sentia que tinha vontade de fazer acontecer. Foi contratada como estagiária, ficou e é o braço direito da minha vida em Brasília até hoje.”

Com 12 anos de empresa, Alana recorda-se, com lágrimas nos olhos, das histórias daqueles tempos. “Entrei no ISBET e o amor que ambos [Ivan e Cíntia] tinham pela instituição era fora do comum, principalmente o Ivan Roberto. O amor que ele tinha por aquilo que contava... Ele contava como se o ISBET fosse a maior empresa do Brasil. Ele tinha uma idolatria pelo ISBET”, conta Alana.

Quando a Alana chegou, o escritório intermediava cerca de 30 estagiários. “Tínhamos que alavancar Brasília, porque eles estavam chegando de São Paulo e estava tudo muito novo. Eu cheguei para dar esse apoio. (...) Trabalhamos, trabalhamos, trabalhamos e, depois de muita luta, conseguimos alavancar o es-

tágio e [a representação em BSB] nos tornamos um dos primeiros do Brasil”, diz Alana, que, assim como Cíntia e Ivan Roberto, fala com brilho no olhar sobre a missão da entidade: “é um prazer imenso trabalhar com jovens e dar a primeira oportunidade no mercado de trabalho, eu sempre gostei disso. Para mim é muito gratificante.”

Alana, assim como todos os que completam mais de cinco anos na instituição, recebeu nossas homenagens. “Com cinco anos de ISBET, o Sr. Mesquita foi uma das pessoas que me homenageou. (...) Já recebi do ISBET troféus de cinco anos, dez anos. O Sr. Mesquita é uma pessoa muito especial na minha vida, só tenho a agradecer. Tenho muita gratidão.”

Representações e polos

Além de abrir nossos escritórios próprios regionais, conforme fomos crescendo desenvolvemos também o modelo de representação visando ampliar as possibilidades de crescimento da instituição Brasil afora. Trata-se de um formato bastante específico, cujo contrato firmamos apenas com pessoas de confiança e muito próximas à entidade, geralmente ex-funcionários que estiveram conosco por muitos anos.

Atualmente, temos três representações em funcionamento: em Brasília, em Nova Friburgo (RJ) e na Baixada Fluminense (RJ).

A representação funciona como uma franquia: um terceiro assume o comando de uma unidade do ISBET, comprometendo-se a manter todos os padrões de qualidade e excelência de nossas unidades próprias, sempre com a preocupação de colocar os jovens em primeiro lugar. Tudo é ISBET, não muda nada nas diretrizes e procedimentos, apenas o setor financeiro funciona separadamente.

Atuamos também com uma estrutura que chamamos de polo, que se trata de um pequeno espaço do ISBET subordinado a uma unidade. O polo conta com o suporte da unidade à qual ele pertence e tem uma estrutura menor — geralmente é instalado em uma sala dentro de uma associação comercial ou instituição com a qual firmamos parceria, por exemplo. Quando um polo chega ao patamar de 100 jovens com contratos em andamento (de estágio ou aprendizagem), automaticamente é convertida em unidade em função do número de atendimentos. O polo, portanto, é um formato sustentável de iniciarmos as atividades em algumas cidades e testar o desenvolvimento local antes de aluarmos espaços maiores que demandam a contratação de um coordenador e de

sua equipe. Dessa forma, reduzimos os riscos de maiores perdas caso o ponto do ISBET não vá para a frente na localidade.

Foi a forma que encontramos de crescer. O Brasil somente é grande porque os bandeirantes entraram país afora na marra e abriram as fronteiras. Às vezes precisamos ter esse espírito desbravador. Uma instituição sem fins lucrativos como a nossa deve ir cavando o seu dia a dia para crescer e se sustentar; ou ela tem essa virtude, ou não vai para a frente.

Existem vários polos e representações que começamos e fechamos, mas esse movimento também faz parte do processo de expansão — o que não significa que tais iniciativas não tiveram sua importância enquanto funcionaram!

Uma dessas experiências, por exemplo, foi a representação aberta há cerca de dez anos em Sete Lagoas (MG) por um de nossos atuais conselheiros, Roberto Renato Pontello, e sua esposa, Maria Geraldo Dionizio Pontello, a Dona Lia.

Conheci o Roberto há 68 anos, quando ele, se não me engano, tinha 14 anos e eu, apenas 10. Estudamos juntos o que hoje equivale ao ensino fundamental e médio, em Itaúna, no interior de Minas.

Ele seguiu a vida acadêmica, tornou-se professor e trabalhou na Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). Ao longo dos anos, sempre mantivemos contato como amigos. Certo dia, em meados de 2010, nos encontramos para colocar o papo em dia, conversa vai, conversa vem, ele se demonstrou interessado pelo trabalho social do ISBET e decidimos abrir uma representação em Sete Lagoas, onde o casal vive.

Para viabilizar essa ideia, Roberto e Lia viajaram para o Rio de Janeiro para fazer um treinamento com nossa equipe, entenderam a forma de abordar as empresas, as escolas e como atender os estudantes. Depois disso, voltaram para Sete Lagoas e implementaram a representação naquela cidade, que a princípio foi muito bem. “Trabalhamos bastante com alunos da escola técnica, com vários cursos, e conseguimos colocar uma série de estudantes nas empresas”, recorda-se Roberto.

Dona Lia, já aposentada na época, havia sido pedagoga na rede estadual e conhecia de cor as escolas em Sete Lagoas, portanto, sua experiência com educação lhe abriu caminhos para falar com os diretores e anunciar as vagas para os estagiários.

Ambos afirmam que tinham muita satisfação por ser o elo entre os estagiários e as empresas. “Isso tudo nos fez um bem muito grande, porque efetivamente é importante fazer um trabalho social que venha a produzir resultados

positivos para todos os lados. Percebemos que para nós, pessoalmente, para a empresa e para os estudantes produziu resultados eficazes”.

Apesar dos esforços, porém, as despesas para a manutenção do escritório estavam maiores do que a receita e decidimos por encerrar as atividades na cidade. Ficam, contudo, as boas recordações — além dos frutos colhidos pelos jovens que foram beneficiados. “Foi um momento muito importante da nossa vida e o ISBET deixa saudade em Sete Lagoas. As pessoas [das empresas] ainda nos perguntam se temos estagiários e se estamos trabalhando com contratação. O melhor de tudo é o agradecimento dos estagiários. Até hoje encontro com alguns que me dizem: ‘a senhora abriu uma porta para mim’”, recorda Dona Lia, orgulhosa.

Juntos para estreitar laços e nortear caminhos

Em meio ao crescimento das unidades pelo Brasil, numa tentativa de aproximar as equipes espalhadas por diferentes estados, desde 2000 realizamos uma série de encontros periódicos envolvendo representantes de todas as unidades da instituição com o intuito de compartilhar informações, fazer reciclagens e reforçar conhecimentos importantes a todos os funcionários. Aproveitamos também as reuniões para uniformizar documentos, criar uma estrutura única de trabalho e construir relatórios. Tais reuniões visam tornar a comunicação mais fluida entre os escritórios de diferentes estados, bem como a integrar os colaboradores.

Inicialmente, quando atuávamos somente com o estágio, fechávamos as atividades da instituição de sexta a sábado e reuníamos todos em determinada região — geralmente ficávamos em uma pousada ou hotel. Integrantes de outras unidades viajavam e era um momento importante para trocas e aprendizados, além de ser um momento de confraternização. “Reuníamos todos esses jovens que trabalhavam conosco, vamos dizer que eram nossos ‘filhos’ (...) para desenvolver a equipe. Era uma festa para nós, era excelente”, recorda-se Sônia.

Com o passar dos anos, devido ao crescimento da instituição, não foi mais possível fechar as unidades e reunir todos os colaboradores em um mesmo encontro, mas eles seguem sendo organizados entre representantes ou áreas de interesse sempre que necessário — e, quando possível, uma vez que tais realizações foram impossibilitadas a partir de 2020, devido ao isolamento social imposto pela pandemia de Covid-19, situação que permanece em 2021.



Encontro Nacional de Coordenadores do ISBET em Indaiatuba, em 2011, num momento de descontração na pausa para o almoço

Os frutos de tais ações são reconhecidos por quem participa, como é o caso de Alana de Almeida, que hoje atua como Coordenadora Adjunta na representação em Brasília: “a primeira viagem que fiz no ISBET foi inclusive minha primeira viagem de avião também, foi um encontro que aconteceu em Fortaleza. Você imagina que está vivendo num mundinho pequenininho ali e, quando chega e vê a equipe imensa ali, isso toma outra dimensão”, afirma. Segundo ela, é muito gratificante passar por outros “ISBETs” e fazer essa troca para saber no que os demais estão trabalhando.

Opinião parecida tem Kelly Cristina dos Santos, coordenadora em Porto Alegre, que disse ter participado de diversos encontros. “Participei do primeiro Encontro Nacional de Aprendizagem no Rio de Janeiro que foi magnífico. Houve muita troca de experiência tanto no aspecto pedagógico quanto sobre as novidades para a gente trazer para o jovem, para falarmos todos a mesma língua, obviamente, respeitando as regionalidades, foi espetacular”, recorda-se. Kelly também destaca o encontro de Recursos Humanos no qual aconteceram discussões sobre o uso do sistema, dos processos de contratação, contabilidade, entre outras temáticas. Ela cita, ainda, o encontro dos coordenadores para planejamento do ano de 2019, onde metas e estratégias foram abordadas. “Foram experiências bem enriquecedoras”, salienta.

Cada encontro tem um tema específico, que é escolhido considerando-se áreas vulneráveis ou com grande potencial de crescimento a ser explorado. A partir de 2001, quando ingressou na instituição, Sônia assumiu a dianteira dessas reuniões, tendo preparado um resumo de cada um para esta obra. Como ressaltado por ela, todos sempre seguiram nossa filosofia de estreitar laços com nossos colaboradores, além de trabalhar assuntos em destaque, como detalhado a seguir.

Encontros realizados de 2000 a 2019

Dezembro 2000 – Indaiatuba (SP)

Foi nosso primeiro encontro de coordenadores. Participamos eu como superintendente e respondendo por São Paulo; Ivan Roberto, então coordenador do Rio de Janeiro; e Dona Graça, então coordenadora de Fortaleza. As demais unidades ainda não tinham coordenadores. Assuntos abordados: ampliação dos números no Nordeste e dificuldades encontradas na implantação das unidades.

Maio 2003 – Indaiatuba (SP)

Esse encontro contou com minha participação como superintendente; a de Sônia, como superintendente adjunta; e os demais participantes foram Ivan Roberto, Orlando Leal, Elisabeth Pelay, Gabriela Bravin, Cíntia Legendre, Juceline Paixão, Glaylson Rodrigues e Valdirene Reduzino (Piauí). Na ocasião, todos abordamos temáticas e pontos importantes envolvendo os estados da Bahia, Ceará, Minas Gerais, Piauí, Rio de Janeiro e São Paulo.

Junho 2004 – Teresópolis (RJ)

O encontro foi realizado no Sítio Nossa Senhora de Assunção das Freiras Asuncionistas, em Teresópolis (RJ). Participaram todos os integrantes do encontro do ano anterior, mais representantes de Niterói e Baixada Fluminense. A temática abordada foi o crescimento em cada localidade para a continuidade dos trabalhos nestas.

Janeiro 2005 – Indaiatuba (SP)

Contou com a participação de representantes de todos os escritórios estaduais existentes até então (incluindo a criação da unidade do Recife), e representantes regionais, visto que ampliamos, incluindo Paraíba, cidade de Campinas e região do Vale do Paraíba (SP). Houve realização de trocas de experiências e relatos sobre as diferenças regionais.

Março 2007 – Salvador (BA)

Realização de novo encontro de coordenadores, visto que muitos eram novos de casa e precisavam entender da Missão, Visão e Valores que norteiam a instituição. A partir dessa ocasião, não foi mais possível reunir todos os colabo-

radores porque a instituição cresceu e não era mais possível manter a unidade fechada. Participaram desse encontro os coordenadores de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia, Ceará, Maranhão e do então escritório institucional de Brasília.

Outubro 2010 – Caucaia (CE)

Encontro nacional de coordenadores e responsáveis pelos recrutamento e seleção (RH) e Aprendizagem. Estiveram presentes todos os coordenadores e responsáveis por ambas as áreas. A reunião foi bastante gratificante em função do aprofundamento de conhecimento sobre o programa de aprendizagem. O número de participantes chegou a 30 e todos se reuniram em uma pousada em Cumbuco para a elaboração de documentos e metas para 2011.

Junho 2011 – Indaiatuba (SP)

Encontro de coordenadores de unidades para a implantação do novo sistema de aprendizagem. Serviu para aproximar todos os membros do ISBET e fidelizar a atuação de todos.

Agosto 2012 – Fortaleza (CE)

Encontro de coordenadores e responsáveis pelo programa de aprendizagem em função de mudança de portaria. Participaram coordenadores de São Paulo, Rio de Janeiro, Pará, Ceará, Minas Gerais, Bahia, Maranhão, Pernambuco, Distrito Federal e Rio Grande do Sul.

Outubro 2015 – Rio de Janeiro (RJ)

Encontro de instrutores com mais de 50 participantes para a construção de material didático e propostas educativas para atividades extraclasse com os jovens. Foi extremamente produtivo tanto na parte pedagógica quanto na de relacionamento pessoal entre todos os instrutores do ISBET.

Novembro 2017 – Rio de Janeiro (RJ)

Encontro de analistas de Recursos Humanos de todas as unidades do ISBET para treinamento sobre a condução das atribuições do RH dentro do sistema e na sua operacionalização. Teve como intuito padronizar nossos processos em nível nacional.

Agosto 2018 – Rio de Janeiro (RJ)

Encontro de coordenadores estaduais para treinamento da equipe que formamos naquele ano para administrar as maiores unidades: São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Salvador. Teve também o intuito de apresentar a missão, visão e valores do ISBET, além de abordar temas comuns à nossa atividade nas unidades nos diversos setores existentes.

Maio 2019 – Petrópolis (RJ)

Encontro realizado em um hotel com os participantes do Comitê Executivo (COEX), que são os responsáveis nacionalmente por setor, norteando as atividades desenvolvidas por todos os colaboradores. Nossa meta foi criar ferramentas de controle dos processos desenvolvidos pelos setores, para a melhoria na entrega dos serviços às nossas empresas parceiras.

Uma reestruturação necessária

A expansão pelo Brasil teve início, principalmente, em 2000 motivada pela demanda do Pão de Açúcar, porém, alguns anos depois, o convênio com o grupo foi encerrado e tivemos de nos reestruturar mais uma vez. Na época tínhamos de 4 a 5 mil estagiários espalhados pelo Brasil com o Grupo e, por sorte, as vagas foram sendo fechadas paulatinamente (conforme os contratos de estágio em vigor se encerravam). Desse modo, nosso caixa não quebrou totalmente e tivemos um tempo para nos reestruturar. Paralelamente, os coordenadores dos escritórios regionais foram estimulados a buscar novos convênios, reforçando o importante trabalho de alguns dos personagens já citados neste capítulo, como Glayson em Fortaleza, Juceline em Salvador, Orlando em Belo Horizonte, Cíntia em Indaiatuba, e assim por diante.

No caso da unidade da capital paulista, em meio a essa reestruturação, tivemos de nos mudar para um espaço menor. Ficamos somente com três salas do espaço de um andar e meio que ocupávamos no centro da cidade. Nesse contexto, a jovem Gabriela Bravin Kian, então com 17 anos, foi contratada pela Sônia. “É nossa fiel escudeira, nossa menina dos olhos. Começou como estagiária de ensino médio e terminou concluindo a faculdade”, recorda-se Sônia. Foi também por volta desses tempos que Luiz Rodrigo foi aprovado em um concurso público e deixou a instituição. Devido a isso, Sônia e eu nos mudamos para a

cidade de São Paulo para cuidar do escritório — embora seguissemos viajando constantemente pelas unidades Brasil afora.

Gabriela tem registrada a data exata que entrou na instituição: 11 de junho de 2002. Ela conta que entrou como estagiária do Programa Jovem Cidadão³ do Governo do Estado de São Paulo. “Comecei mexendo no Excel, no administrativo, fechando folhas (...). Eu fazia tudo manualmente porque não tínhamos sistema”, revela, explicando que inicialmente Sônia lhe ensinou todo o trabalho administrativo.

Quando entrou no ISBET, em 2002, Gabriela estava no último ano do ensino médio, mas em 2003 ela ingressou na faculdade de Administração de Empresas e ficou conosco como estagiária de ensino superior até o final de 2003. Após esse período, foi efetivada e, mais uma vez, tem a data anotada do ocorrido: dia 5 de janeiro de 2004.

Gabriela também recebeu bolsa do ISBET para custear a faculdade — incentivo que, em alguns períodos, foi parcial, em outros, integral, tal como fazíamos com outros funcionários. “Sou muito grata por tudo o que fizeram, porque ajuda muito”, afirma.

E, assim, ela foi crescendo dentro da instituição, assumindo novas responsabilidades, até chegar ao cargo de gerente administrativa e financeira. Quando implantamos um sistema para controle administrativo e financeiro, Gabriela nos ajudou dando treinamentos nos demais escritórios, tendo viajado para diversos estados para ensinar as pessoas a utilizar a ferramenta.

Gabriela conta que sempre se dedicou ao máximo ao ISBET. “Eu pessoalmente gosto bastante de trabalhar, quando estou numa empresa, me dedico 200%”, revela. Inclusive, recorda-se de uma história interessante com relação ao seu perfil de executora. Quando estava em frente ao computador, concentrava-se ao máximo no trabalho, a ponto de sequer parar o que estava fazendo e olhar para o rosto de quem, porventura, dirigia-lhe a palavra com alguma dúvida ou solicitação. “Lembro de uma história com a Dona Vilma, que era Secretária Executiva do senhor Mesquita. Ela era uma senhora, tinha muito mais idade do que eu. Eu tinha a mania de ficar trabalhando no computador e quando ela entrava na sala para falar alguma coisa comigo, eu não parava de

3. É um programa de caráter social do Governo do Estado de São Paulo, instituído pelo Decreto Estadual n.º 44.860 de 7 de abril de 2000, complementado pelo Decreto Estadual n.º 45.761, de 19 de abril de 2001 e Decreto Estadual n.º 53.807, de 11 de dezembro de 2008, por intermédio de parceria entre governo, empresas da iniciativa privada ou entidades sem fins lucrativos. Fonte: <http://www.meuprimeirotrabalho.sp.gov.br/jovem/paginas/conheca-o-programa.html>. Acesso em 10 de fevereiro de 2021.

trabalhar, mas estava ouvindo o que ela dizia. Não é educado, claro. Mas na época, para mim, eu pensava: ‘estou ouvindo, pode falar’. Era muito sem educação, mas eu não tinha noção disso. Certa vez, ela falou: ‘senhor Mesquita, a Gabriela tem que parar de fazer o que está fazendo e falar comigo olhando para mim’. E assim eu aprendi a lição, porque, antes, para mim era só trabalhar, trabalhar e trabalhar”.



Ao completar dez anos de ISBET, Gabriela Bravin Kian recebeu uma homenagem (plaquinha comemorativa) da instituição. Na foto, ela (centro) está com a Sônia e comigo no dia da entrega

Em outubro de 2009, resolveu alçar novos voos e nos deixou para passar um tempo na Austrália. Depois que voltou ao Brasil, em 2011, teve uma segunda passagem pela instituição, tendo sido a primeira funcionária home office do ISBET. Isso porque ela moraria em Aracaju e acordamos que ela trabalharia remotamente. Nesse segundo momento, ela nos ajudou dando suporte ao Departamento Pessoal e ao controle de regulamentos internos da instituição. Seu gosto por controles e planilhas continuou mesmo fora do ISBET. Em suas anotações, ela tem a somatória exata, numa planilha, de quanto tempo esteve conosco: “fiquei um total de 11 anos e meio na instituição, 4.140 dias!”, nesse período, acompanhou nosso crescimento:

“Quando comecei, eram dois escritórios no sétimo andar. Era uma recepçãozinha, uma sala para os estudantes fazerem cadastros, bem pequenininha, uma sala do coordenador e a gente atrás, numa mesinha. (...) Depois, vi a instituição crescendo para o outro lado, e todo o sétimo andar passou a ser nosso. Em

seguida, subimos para o nono, pois começaram as aulas [do Jovem Aprendiz]. De lá, fomos para um prédio super bonito, de três ou quatro andares, se não me engano, só do ISBET, que tinha até elevador, cantina. Então, foi um crescimento! (...) Foi muito legal mesmo, pois participei desse crescimento. Foi uma experiência maravilhosa.”

Gabriela nos acompanhou quando o programa de aprendizagem ganhou força na instituição, o que aconteceu sobretudo a partir de 2008, o que considero um novo marco da instituição e conto, detalhadamente, no próximo capítulo.

2008

ANO QUE MARCA A CHEGADA DA APRENDIZAGEM NO ISBET



Renúncia de Fidel Castro em Cuba: em fevereiro, Fidel Castro renunciou à Presidência de Cuba após 49 anos no poder. Ele estava afastado do cargo desde agosto de 2006 por motivos de saúde e foi substituído por seu irmão, Raúl Castro.



Quebra do Lehman Brothers: o quarto maior banco de investimentos dos Estados Unidos pediu concordata no dia 15 de setembro, num episódio tido como o marco inicial do que ficou conhecido como a crise do subprime (crédito imobiliário para pessoas consideradas com alto risco de inadimplência), que se espalhou pelo mundo.



Barack Obama é eleito presidente dos EUA: no dia 4 de novembro, o democrata Barack Obama foi eleito o 44º presidente dos EUA. Aos 47 anos, tornou-se o primeiro negro a governar o país, ao derrotar o rival republicano John McCain.



Morte de líder das Farc: as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia confirmaram, em maio, a morte de seu líder e fundador, Manuel Marulanda, conhecido como Tirofijo. Para o lugar de Marulanda, a guerrilha indicou Guillermo Sáenz, conhecido como Alfonso Cano.



Olimpíadas em Pequim: em agosto, a capital chinesa sediou os Jogos Olímpicos de 2008, que tiveram a própria China como grande vitoriosa. De acordo com o quadro de medalhas, o país conquistou 51 ouros, contra 36 dos Estados Unidos.



Crise chega ao Brasil: em dezembro, a crise econômica internacional atingiu o Brasil, com diversos setores da economia apresentando sinais de desaquecimento. Diante da escassez de crédito disponível no mercado, o governo injetou uma série de estímulos na economia com o intuito de aumentar o consumo no país.



5

APRENDIZAGEM: UMA REALIDADE PARA O ISBET

Em dezembro de 2005, um decreto do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva regulamentou a Lei da Aprendizagem, que obriga as empresas a contratarem jovens aprendizes, e estendeu o desenvolvimento do programa de aprendizagem a entidades sem fins lucrativos que tenham por objetivos a assistência ao adolescente e à educação profissional. Antes, a formação técnica do aprendiz era exclusiva ao Serviço Nacional de Aprendizagem, o conhecido “Sistema S”. A partir de então, a aprendizagem tornou-se uma realidade para as entidades sem fins lucrativos como o ISBET.

Naquele ano, porém, o ISBET estava com foco na expansão do estágio e não direcionou seus trabalhos para a aprendizagem — mesmo porque, tratava-se de um assunto muito novo e não tínhamos qualquer vivência ou experiência com a formação de jovens aprendizes. Ninguém sabia direito como fazer e, na época, não havia equipe formada no antigo Ministério do Trabalho para dar orientações sobre o funcionamento da aprendizagem. Anos depois, aliás, quando o ISBET já estava familiarizado e “entendido” no assunto, não foi raro sermos nós a explicarmos detalhes sobre as regras do programa em fóruns ou encontros de aprendizagem.

Em 2008, em uma fiscalização a um supermercado em Araruama (RJ), o fiscal do trabalho falou que, de acordo com as regras, aquele comércio precisava ter 20 jovens aprendizes. O estabelecimento procurou o ISBET com a demanda, mas não estávamos preparados para atendê-los de imediato. Portanto, Elisabeth Karinya, que atuava no Rio, levou o assunto para São Paulo em uma reunião do nosso Comitê Executivo.

Ela atuava como gerente de RH e se atentou ao crescimento da aprendizagem nas empresas após a nova legislação. Em suas pesquisas, soube que o programa tinha passado a ser obrigatório para todos os segmentos do mercado em

2000 e que, em 2005, entidades sem fins lucrativos puderam começar a trabalhar com a aprendizagem. Havia, portanto, algo promissor para o ISBET, concluiu.

“Eu conhecia uma instituição que estava começando com o programa de aprendizagem e na época também li uma reportagem num jornal falando sobre a lei e sua importância. Achei que poderia ser válido a gente entrar nessa área também, pois imaginava que iria crescer, já que era uma lei”, recorda-se.

Embora a Elisabeth tenha acreditado no potencial da aprendizagem naquele momento para o ISBET, o Comitê Executivo da entidade, a princípio, preferiu não investir esforços no projeto. Eu fui um dos que foram contra. Acreditávamos que fazer isso dividiria forças na instituição, tanto comerciais quanto operacionais, porque o foco até então era o estágio. Lembro-me bem que, naquela reunião, mal ela começou com a história de que o ISBET tinha que pensar em Jovem Aprendiz e eu já recusei a ideia, dizendo que continuaríamos só com o estágio. Seguimos a reunião e, um tempo depois, ela retomou o assunto:

— Acho que vale a pena a gente estudar o Jovem Aprendiz — insistiu.

— Não vale a pena. Nós trabalhamos com estágio — afirmei, já um pouco impaciente.

Passado mais um tempo, ela fez a sugestão uma terceira vez, no que minha paciência foi para o espaço:

— Não se fala mais nisso. Para você não me perturbar mais, faça uma experiência lá no Rio. Se der certo, a gente conversa — sentenciei.

Elisabeth voltou para o Rio e montou, então, um projeto-piloto para ser testado no supermercado. O plano previa, em caráter experimental, a realização das aulas de formação técnica dentro da própria unidade.

Tudo era muito novo para nós e não tínhamos sede em Araruama. Então, o responsável pelo projeto no supermercado disse que cederia um local dentro da unidade para que fossem realizadas as aulas. Como muitos supermercados possuem uma área de treinamento para os funcionários, imaginou-se que eles também possuíam tal espaço e demos início à formação dos aprendizes no local.

Pouco tempo depois, no entanto, após a primeira supervisão, a Elisabeth veio a descobrir que as aulas estavam sendo lecionadas no depósito do supermercado e que os jovens eram acomodados em cadeiras de bar e caixas de bebidas foram

improvisadas como mesas. Estava tudo errado. Aquilo não podia acontecer de jeito nenhum e Elisabeth imediatamente encerrou o programa.

A experiência, contudo, nos trouxe aprendizados, sendo que o grande lema que sempre nos guiou desde o princípio é “aprender fazendo”. Toda novidade carrega um ar de dificuldade que só pode ser superada com a vivência e a experiência. Aprendemos à medida que fazemos, e fazemos à medida que aprendemos, são duas ações conjuntas. Esse inclusive já era um pensamento entre os filósofos gregos, pois a práxis e a teoria são uma ideia de Platão. É também esse raciocínio que norteia os programas de estágio e aprendizagem: que os jovens tenham a teoria e a prática e possam aprender fazendo.

É importante registrar, porém, que eu só soube que o projeto-piloto em Araruama não havia vingado um tempo depois do seu encerramento. Isso aconteceu quando eu estava em Fortaleza e uma empresa conveniente nos procurou com uma demanda envolvendo quatro jovens aprendizes. Por ironia do destino, fui eu que atendi o telefone. Do outro lado da linha, a pessoa ficou feliz por estar falando diretamente comigo e disse que estava com um problema: o fiscal do trabalho havia estado no local e dito que precisavam ter quatro aprendizes. Pedi que me mandasse a notificação via fax e, após analisar o arquivo, vi que a demanda procedia e marquei uma reunião na empresa. No encontro, concluímos que o processo seria simples e em uma semana estaria tudo certo. Como já havíamos implantado a aprendizagem no Rio, eu pegaria tudo de lá e facilmente começaria em Fortaleza, imaginei.

Liguei, então, para o Rio para pedir orientação sobre como proceder. Qual foi minha surpresa quando fiquei sabendo que o projeto no supermercado em Araruama não tinha dado certo! Na ocasião, fazia pouco tempo que a Elisabeth havia saído do ISBET, pois ela passou um período fora da instituição para vivenciar outras experiências no mercado. Entretanto, ela havia deixado um plano de ação escrito sobre como funcionava o programa de aprendizagem, incluindo os primeiros passos para sua aplicação. Portanto, pedi para o pessoal do Rio me mandar tudo o que tinham de literatura sobre o Jovem Aprendiz porque agora não tinha como voltar atrás: eu havia me comprometido com o conveniente e implantaria o programa em Fortaleza.

Foi uma confusão para arrumar tudo em uma semana. Adaptei a sala do escritório que usávamos para entrevistas dos estagiários e ela virou sala de aula para a formação dos aprendizes. Foi tudo improvisado. Às vezes, descobrimos que alguma coisa é difícil fazendo. E aprendemos muito nesse processo. Co-

meçamos com alguns deslizes por falta de conhecimento. O certo é o aprendiz fazer seis horas diárias de trabalho, mas ainda não sabíamos disso e começamos com oito — um detalhe é que o próprio fiscal do trabalho também não sabia dessa informação e, inicialmente, aceitou as oito horas. A princípio também não tínhamos o registro no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e precisei explicar para o então Ministério do Trabalho que já havíamos sido autorizados no Rio e em Brasília, sendo que logo em seguida conseguimos a autorização em Fortaleza.

Foi uma bagunça geral, mas, no fim das contas, tudo deu certo. Começamos com os quatro aprendizes em Fortaleza e, a partir de então, não paramos mais. Quando enxergamos o potencial que a Elisabeth havia vislumbrado lá atrás para a aprendizagem, pedi ajuda para Ivan Roberto e decidimos ampliar a atuação para os demais estados — pois nessa época, como já disse, a Elisabeth atuava fora do ISBET. Fomos nos adaptando e nos organizando e a aprendizagem começou a ganhar corpo e a crescer dentro da entidade, espalhando-se pelo país. Conforme a aprendizagem foi ganhando força, Ivan Roberto tornou-se nosso primeiro Gerente Nacional de Aprendizagem

Iniciamos também uma relação com o extinto Ministério do Trabalho, atual Secretaria do Trabalho pertencente ao Ministério da Economia, e passamos a participar das discussões e fóruns envolvendo entidades em todo o país, aprendendo com eles e eles conosco. Hoje, somos referência nacional quando o assunto é o programa de aprendizagem, inclusive na parte de EAD (educação a distância), pois talvez tenhamos a melhor plataforma no país.

Além disso, a realização do programa também exige a elaboração dos cursos que, inicialmente, foram montados pela nossa equipe do Rio. Hoje contamos com equipes multidisciplinares compostas por pedagogos, sociólogos, assistentes sociais, psicólogos, professores de história, advogados, especialistas em administração, entre outros. Sempre que montamos um curso em uma nova área de conhecimento, contratamos um especialista para nos ajudar com a elaboração do material e lecionar as aulas. Montamos a grade, a metodologia, os fundamentos e enviamos para a Secretaria do Trabalho aprovar — apenas após aprovação é que podemos oferecer o curso. Porém, tudo isso tivemos que aprender na “marra”, pois inicialmente não sabíamos como fazer.

Lei da Aprendizagem no Brasil

Historicamente, a aprendizagem é regulada no país pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), assinada por Getúlio Vargas em 1943. Naquele ano, foi inserida na legislação a previsão do então chamado “Menor Aprendiz”, que funcionava como um treinamento ao filho do industrial, de forma que aprendesse um ofício fora da educação formal, mas dentro da linha profissional, para atuar na indústria.

Ao longo de muitas décadas, os programas de aprendizagem podiam ser desenvolvidos exclusivamente pelo Serviço Nacional de Aprendizagem, o conhecido “Sistema S” (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – Senai; Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – Senac; Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – Senar; Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte – Senat; e Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo – Sescop). O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, por exemplo, foi menor aprendiz. Ele foi empregado numa metalúrgica aos 14 anos, admitido no curso técnico de torneiro mecânico do Senai¹.

Em 19 de dezembro de 2000, o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso sancionou a Lei nº. 10.097, conhecida como “Lei da Aprendizagem Profissional”, alterando dispositivos da CLT sobre o aprendiz — entre eles, abrindo o programa para demais áreas e segmentos do mercado, além da indústria. Porém, a regulamentação da lei aconteceu apenas no governo Lula, ex-menor aprendiz, por meio do Decreto nº 5.598, de 1º de dezembro de 2005. Naquela época, o país sofria uma crise de desemprego entre os jovens, e o programa passa a ser chamado de “Jovem Aprendiz”.

A legislação e o decreto estabelecem que todas as empresas de médio e grande porte estão obrigadas a contratar adolescentes e jovens entre 14 e 24 anos. Trata-se de um contrato especial de trabalho por tempo determinado, de no máximo dois anos. A cota de aprendizes está fixada entre no mínimo 5% e, no máximo, 15% do total de empregados do estabelecimento cujas funções demandam formação profissional, cabendo ao empregador, dentro dos limites fixados, contratar o número de aprendizes que melhor atender às suas necessidades.

A lei diz também que a duração do trabalho do aprendiz não deve exceder seis horas diárias; e que o jovem inserido no programa deve fazer a formação técnico-profissional no Sistema S ou em entidades sem fins lucrativos, que tenham por objetivos a assistência ao adolescente e à educação profissional, registradas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. Desde

então, a aprendizagem tornou-se realidade para entidades sem fins lucrativos como o ISBET.

Além disso, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), aprovado pela Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, também prevê o direito à aprendizagem, dando-lhe tratamento alinhado ao princípio da proteção integral à criança e ao adolescente.

Modernizações com relação à aprendizagem também aconteceram com a publicação da Lei nº 11.788 (25 de setembro de 2008) e, em 2018, o decreto presidencial de 2005 foi revogado pelo Decreto nº 9.579/2018.

Paralelamente, portarias ministeriais publicadas ao longo dos anos reciclam e pautam os programas de aprendizagem no Brasil. Atualmente a formatação dos programas de aprendizagem está pautada nas Portarias nº. 723/12, nº. 1005/2013 e nº. 634/2018 do extinto Ministério do Trabalho, atual Secretaria do Trabalho pertencente ao Ministério da Economia.

Aprendendo com a aprendizagem

Assim que começamos a investir na aprendizagem, notamos que a estrutura que possuíamos para atender o estágio não seria suficiente para a nova empreitada. Enquanto bastam duas ou três salas para se começar a desenvolver o estágio — que requer a área da recepção, a sala de processo seletivo e a de orientação profissional —, a aprendizagem exige muito mais espaço, pois pressupõe salas de aula, biblioteca, equipamentos didáticos, carteiras, quadro negro, retroprojetor. O estágio é menos dispendioso nesse aspecto.

Uma história que nos marcou com relação a essa adaptação foi a implantação da aprendizagem em Belo Horizonte. Na época, fechamos um grande convênio com uma empresa na cidade e precisamos mudar de local, pois o espaço que possuíamos não seria o suficiente para montar a estrutura necessária para as aulas.

Encontramos um lugar central na Avenida Amazonas, uma das principais vias da cidade, num prédio bonito, e lá instalamos a equipe. Alugamos meio andar e montamos as áreas comuns e as salas de aula. Uma universidade nos deu cerca de 100 carteiras escolares de madeira que já estavam velhas e defasadas para eles, mas que, para começar, servia para nós. Feito isso, contratamos um psicólogo, um pedagogo e estagiários para nos auxiliar. Deixamos, então, tudo pronto, pois o escritório já tinha um coordenador.

Não sabíamos que uma das exigências para a formação de aprendizes é a de que as instalações tenham dois banheiros para os jovens, um feminino e um masculino. Nosso escritório era pequeno e havia um só banheiro, unissex. Porém, descobrimos esse erro da pior forma possível, quando a fiscal do trabalho apareceu para fazer uma vistoria. Eu não estava na sede quando a visita aconteceu, mas a Sônia estava lá e recebeu toda a carga negativa da situação, pois a fiscal escolheu as piores palavras de seu vocabulário para descrever nossas instalações. Falou que o espaço era uma porcaria e que daquele jeito não autorizaria o nosso funcionamento.

“Ela deu uma reprimenda tão dura em mim que, quando saiu de lá, comecei a chorar de desespero”, recorda-se. Na época, Sônia já tinha mais de 50 anos e a fiscal, mais jovem, começou a lhe dar “uma aula” de aprendizagem, questionando-a sobre como tínhamos assumido tamanho compromisso em um escritório tão pequeno. A fiscal não estava completamente errada, pois de fato desconhecíamos algumas regras — como a necessidade de oferecer banheiros por gênero. Porém, sequer deu oportunidade para a Sônia se explicar, pois estávamos começando pequenos, mas assim que recebêssemos o primeiro pagamento da empresa, melhorariamos e aumentariamos as instalações. “Ela estava inconformada de termos ganhado uma concorrência de 800 aprendizes só em Belo Horizonte, e entendo o olhar dela, pois encontrou um lugar onde cabiam 20 aprendizes. Como colocaríamos 800 lá dentro? Mas não me deu nem a oportunidade de explicar. Eu disse: ‘nós estamos iniciando, a empresa vai começar com 30 aprendizes e nós arrumamos o espaço para receber esses 30. Isso é uma proposta em crescimento. Teremos a primeira injeção de dinheiro e vamos mudar e melhorar os espaços. A gente sempre fez isso’”, lembra Sônia.

A fiscal nos deu duas semanas. Disse que nos investigaria e ameaçou acabar com o ISBET em Belo Horizonte caso não providenciássemos as mudanças. Assim que ela foi embora, Sônia me ligou, arrasada. Da noite para o dia, tive que resolver esse problema. Fui para Belo Horizonte, conversei com a fiscal e disse-lhe que buscaria tudo o que foi exigido. Afinal, já tínhamos vendido curso para a empresa, os alunos estavam para começar, não dava para parar no meio do caminho.

Naquela época, algumas faculdades estavam ingressando com o ensino a distância e muitas tinham aulas presenciais apenas à noite, ficando com os espaços vazios durante o dia. Encontrei o endereço de uma delas na lista telefônica e os procurei com a proposta de alugar as instalações no período da manhã. Eles

aceitaram, fiz o contrato de locação, tirei fotos das estruturas, mandei para o Ministério do Trabalho e a fiscal autorizou.

Alugamos as salas da universidade por pouco tempo, pois logo montamos uma nova unidade que atendia a todos os requisitos para a aprendizagem. A fiscal passou a nos visitar com frequência. Demorou um tempo, mas aos poucos conquistamos sua confiança. Hoje, a mesma fiscal diz que não há em Belo Horizonte melhor entidade para a aprendizagem do que o ISBET. Ela respeita o nosso trabalho porque viu que, naquele momento, faltava-nos dinheiro, mas não competência. São coisas que acontecem conosco, mas nunca tivemos medo porque sempre soubemos que estávamos fazendo nosso trabalho da melhor maneira possível, com honestidade, seriedade, idoneidade, vontade e objetivo de inserir o jovem no mercado de trabalho.

“De fato, a fiscal acabou me ajudando a mudar todos os ISBETs. A partir de tudo o que ela me exigiu, comecei a fazer em todos os lugares. Podiam ser lugares baratos, mas tinham que ser grandes o suficiente para a gente montar a unidade, colocar a marca do ISBET com as salas anunciadas, sala de orientação, sala de acompanhamento para jovens, banheiro masculino, banheiro feminino, banheiro para a administração, uma biblioteca, uma sala de informática e mais salas de aula. Por isso que digo: aquilo que vem de ruim, vem para nos fazer melhorar”, ressalta Sônia.

“Abrindo paredes” em Brasília

Logo em seguida, pedi ao meu filho Ivan Roberto, que já estava na representação em Brasília, que entrasse na aprendizagem de cabeça. Assim que ele conseguiu o primeiro convênio, tal como nas demais localidades, foi necessário ampliar os espaços do escritório e providenciar salas de aula para receber os jovens aprendizes.

Diante dos poucos recursos para a ampliação, Cíntia e Alana não hesitaram em “colocar a mão na massa”, quer dizer, na parede. Até então, o escritório em Brasília ocupava uma sala de vinte metros quadrados e precisávamos de outra para alocar os dez primeiros alunos de aprendizagem que o Ivan conseguira fechar. A sala que dividia parede com a do ISBET no prédio estava vaga e decidimos alugá-la. Porém, o ideal era haver uma passagem entre ambas as salas. Então, Cíntia e Alana não tiveram dúvidas: pegaram a marreta, quebraram a parede e chamaram o pedreiro apenas para fazer o acabamento.

“Quebramos a parede na marretada, eu e ela. São coisas que, quando nós duas paramos para lembrar, a gente chora. (...) Marretamos a porta e o pedreiro veio e acabou de fazer o acabamento. Inclusive é um pedreiro que até hoje faz serviços com a gente no ISBET e falo que só falta ele ter uniforme e crachá”, conta Cíntia.

Uma vez feito o acabamento, Cíntia e Alana também pintaram as paredes. Então, foram compradas as dez carteiras, foi contratada a professora e, por fim, a aprendizagem pôde funcionar. “A gente tinha que optar ou por comprar as carteiras ou por pintar a parede. Então, compramos as carteiras usadas e pintamos a parede”, afirma.

Cíntia diz, ainda, que o episódio da porta tem um significado muito grande para ela: “a partir daí, eu e a Alana descobrimos que não havia nada que não pudéssemos fazer. (...) Descobrimos que podíamos fazer tudo, que não precisávamos de ninguém para nada e que não tínhamos limites”, revela Cíntia, emocionada.



Equipe do ISBET na representação em Brasília, onde trabalhamos com mais de mil aprendizes e centenas de estagiários

Segundo as recordações de Alana, de lá para cá o ISBET em Brasília já passou por cinco mudanças. Da sala de 30 metros quadrados, passou para outra com 60 e depois para uma de 90 metros quadrados. “Quando mudamos para um espaço de 90 metros quadrados, conseguimos construir salas de aulas individuais, um setor administrativo mais individualizado, um laboratório de informática para os meninos. Era muito fantástico. Ficamos uns dois ou três anos naquele espaço. Depois fomos para outro prédio, o Edifício Planalto, que foi o ápice de tudo. Quando olhei para trás, pensei: ‘caramba, acredito no que estou fazendo. Agora a instituição cresceu, não é mais uma criancinha, está adulta’”, orgulha-se Alana. A inauguração do escritório no Edifício Planalto contou inclusive com reportagem da imprensa em que tive a oportunidade de dar entrevista para falar sobre o nosso trabalho.

A aprendizagem continuou alavancando o escritório. Chegaram os projetos sociais e, mais uma vez, mudamos de endereço na capital federal. Hoje temos um andar inteiro em Brasília, com cerca de dez salas. “Para quem começou lá no início com 20, 30 estagiários, e hoje trabalha com 1.300 aprendizes e cerca de 250 estagiários, é uma satisfação imensa. A Alaninha já passou por muitas experiências no ISBET, é muito gratificante trabalhar com jovem, ter aquela mãe que chega para nós, chora, agradece por estarmos dando oportunidades para seus filhos”, emociona-se Alana.

Nordeste a todo vapor

A aprendizagem logo ganhou força também no Nordeste. Em Fortaleza, já em 2009, Rafael Oliveira entrou como coordenador da unidade com o objetivo de fechar novos convênios na área comercial e organizar a casa para que nos tornássemos referência no Ceará. Tinha, também, a missão de estreitar laços com instituições públicas para que pudéssemos nos aproximar do governo e trazer novos projetos para a instituição, tanto de Jovem Aprendiz como de estágio.

Rafael recorda-se que, quando entrou, nosso escritório tinha uma ou duas salas, a concentração ainda estava no estágio e trabalhávamos com menos de dez aprendizes. Logo, conseguimos fechar convênio com uma grande empresa de *contact center* e a equipe saltou para mais de dez pessoas. Depois disso, novos convênios foram firmados com outras redes, o espaço ficou pequeno e nos mudamos para um prédio ocupado só pelo ISBET.

Em seguida, buscamos expandir para outros estados e Rafael passou a ser nosso Coordenador Regional de Norte e Nordeste. Seu papel era justamente replicar e multiplicar o que estava sendo feito em Fortaleza em outros escritórios dessas regiões, como Salvador e São Luís. Abrimos também no Recife e em Belém, sendo que cada um desses escritórios tinha seu coordenador local.

Rafael lembra que um dos marcos daqueles anos foi a criação do programa de Jovem Aprendiz para a área da construção civil, citando a importante contribuição de Ivan Roberto para que isso se concretizasse. Desse modo, recorda-se que fomos a primeira instituição do Brasil a criar um programa de Jovem Aprendiz para a construção civil. “Como ele tinha uma vivência com o ISBET desde adolescente, praticamente sabia tudo sobre o ISBET e nos ajudou bastante nas parcerias com grandes players para que as pessoas pudessem saber que estávamos bem assessorados. (...) Ele tinha conhecimento de tudo o que estava acontecendo sobre o Jovem Aprendiz no Brasil e, quando vinha para Fortaleza, eu procurava levá-lo aos grandes parceiros que tínhamos”, recorda-se.

Enquanto esteve conosco, Rafael diz que aprendeu muito sobre a área de Organização Não Governamental. “O ISBET foi uma escola para mim. Aprendi muito com eles e pude realmente ter um grande crescimento profissional nessa área (...). Hoje, se você chegar em qualquer instituição, em qualquer empresa, na Secretaria do Trabalho e falar ISBET, todo mundo sabe quem é, pois se tornou uma referência e uma instituição importante no Estado do Ceará”, recorda-se Rafael, que nos deixou após três anos conosco, sendo que, em 2015, retornou para uma breve passagem para nos ajudar com o alinhamento da área comercial.

Outro acontecimento marcante do tempo em que Rafael atuou no ISBET foi a realização de um encontro com mais de 150 empresas parceiras para a conscientização do Programa Jovem Aprendiz, que contou também com a participação da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego na cidade. “Foi justamente para que pudéssemos trazer as empresas para o Jovem Aprendiz e para saberem o que o ISBET estava fazendo e quais eram as necessidades do Jovem Aprendiz.”

O encontro, inclusive, foi destaque em reportagem televisiva na Rede Globo¹ local, sendo que Ivan Roberto, nosso Gerente Nacional de Aprendizagem na ocasião, foi entrevistado para falar sobre a importância do programa. Disse

1. Assista à entrevista no canal de Rafael Oliveira no YouTube. Disponível em <https://youtu.be/Lu8pvAmafKI>. Acesso em 12 de março de 2021.

ele à jornalista: “nossa preocupação é a da inserção do jovem no mercado de trabalho, já que essa faixa etária de 15 a 24 anos é tão deficiente e é a faixa etária em que mais há desemprego hoje no país (...). A explicação mais provável é que há a possibilidade de vagas, porém, não há qualificação dessas mesmas. Então, o jovem, por não ter qualificação, acaba não entrando nas vagas oferecidas. O programa de aprendizagem visa à qualificação do jovem.”



Encontro realizado com mais de 150 empresas parceiras para a conscientização do Programa Jovem Aprendiz em 2011, em Fortaleza

Quem também se recorda da realização do evento é Marcelo Araújo, que entrou como estagiário no escritório de Fortaleza em 2010 e hoje atua na matriz no Rio de Janeiro como Assistente Nacional Institucional. Em 2011, aliás, conta que aconteceu a segunda edição do encontro. “Fortaleza foi a primeira cidade, ao que sei pelo menos, a ter um evento para convidar as empresas para vir conhecer nosso trabalho, trocar e debater. Por dois anos seguidos houve essa movimentação grande e mais de cem empresas participaram.”

Marcelo faz questão de ressaltar que sua trajetória profissional é um exemplo da relevância do trabalho realizado pelo ISBET com os jovens, uma vez que ele mesmo começou a trabalhar como estagiário graças à entidade. Conta que, em 2008, o ISBET visitou a escola pública em que ele estudava para falar de oportunidades de estágio para nível médio. No mesmo dia após a aula, Marcelo visitou nosso escritório no centro de Fortaleza com seus colegas para realizar o cadastro e participar da orientação profissional. Conseguiu a primeira oportunidade, alguns meses depois, para uma vaga temporária de final de ano no comércio.

No começo de 2009, conseguiu uma segunda oportunidade de estágio, dessa vez fixa, em uma empresa do mesmo segmento. Lá permaneceu por um ano como estagiário e, quando seu contrato estava prestes a ser renovado, em janeiro de 2010, ficou sabendo de uma oportunidade de estágio na área administrativa dentro do próprio ISBET em Fortaleza, participou da seleção e foi aprovado. “Sou fruto da missão do ISBET, prova viva de que o processo funciona, que é verdadeiro e de fato atinge um público que precisa de uma oportunidade de trabalho, muitas vezes a primeira.”

Ele entrou na instituição em março de 2010, começou a fazer faculdade de Administração e ficou como nosso estagiário até outubro de 2011, quando foi efetivado como Assistente Administrativo Financeiro. “Fiz dez anos de ISBET em março de 2020, se considerar o tempo de estágio. Completo dez anos de efetivo em 2021, bem próximo do aniversário de 50 anos da instituição”, diz, orgulhoso.

Ao longo desses anos, aprofundou-se na área de licitações públicas, tendo sido estimulado por um projeto que Glaylson, de volta à instituição, havia conseguido realizar com o Banco do Nordeste para 30 jovens aprendizes em situação de vulnerabilidade social. Marcelo começou, então, a estudar os trâmites de processos licitatórios — para isso, recebeu auxílio de uma estagiária que já tinha participado de licitação para poder público em outra instituição. “Tive que ler, reler e entender a Lei nº 8.666/1993 [Lei das Licitações], que é enorme, cheia de termos técnicos e jurídicos”, revela.

O ISBET realizou o projeto com o Banco do Nordeste e, um tempo depois, graças a essa primeira experiência, Marcelo pôde auxiliar a entidade a participar de outra licitação, desta vez para vagas de estágio no Tribunal de Contas de São Luís. “Foram duas etapas, a primeira era para poucas vagas de nível superior. Acho que uns seis meses depois, não mais do que um ano, abriu outra etapa e eles expandiram para 100 vagas”, disse.

O ISBET ganhou a licitação para atender o Tribunal de Contas de São Luís e teve que realizar o processo seletivo dos estagiários tal como um concurso público: ou seja, aplicar provas para a seleção dos candidatos. Quem coordenava o escritório na capital maranhense na época era a Jessica Lopes Nunes, que ficou encarregada de realizar o processo seletivo e administrar os estagiários. “Aconteceu de forma bem complexa, porque nunca tínhamos trabalhado com isso (...) e o Marcelo veio para contribuir. Implementamos coisas novas no sistema e todo mundo estava aprendendo. Tive que fazer processo seletivo como se fosse um concurso público, conseguir uma faculdade para um final de semana [para realizar as provas]”, recorda-se, acrescentando que o programa durou um ano mais ou menos. “Depois, ganhamos licitação do Ministério da Fazenda, e a Receita Federal aqui também passou dois anos com o ISBET. Foi um trabalho muito bom, não um processo como o do Tribunal de Contas, mas um órgão tão importante quanto”, diz Jessica, que atuou conosco no Maranhão por sete anos, de 2010 a 2017.

Ela conta que conheceu o ISBET em 2009 através de uma amiga. “Fui lá, fiz o cadastro e depois de um mês mais ou menos fui chamada para estagiar em uma empresa em São Luís. Nessa empresa passei dez meses como estagiária, depois disso eu conheci o Alex, que na época era o coordenador do ISBET em São Luís, que me convidou para ser estagiária no ISBET”. Ela aceitou, passou um ano como estagiária e depois foi contratada. “Depois de dois anos mais ou menos, passei a ser a responsável pelo escritório de São Luís, como Supervisora Municipal, e entrei na faculdade graças ao ISBET, que, na época, pagou minha faculdade também. Cresci muito profissionalmente e sempre digo que o que eu me tornei hoje profissionalmente aprendi lá.”

Segundo Jessica, um dos grandes desafios que teve à frente da instituição no escritório do Maranhão foi convencer as empresas a respeito da importância e do papel social do programa de aprendizagem. “Em São Luís, realizar as coisas em relação ao programa Jovem Aprendiz não é fácil, temos que ter muita força de vontade, conquistar a empresa e entrar em contato com a Secretaria do Tra-

balho para que possam ajudar, porque as empresas não conseguem ter a visão da importância do programa”, diz ela. Por outro lado, afirma que passou por situações em que a empresa precisava contratar jovens “para ontem” e ela precisou se desdobrar para fazer seleção de última hora.



Jessica Lopes Nunes (ao centro, de óculos escuros e camiseta com o logotipo do ISBET) em trabalho realizado com jovens para conversarem com moradores de rua no centro histórico de São Luís

“Durante os anos em que trabalhei no ISBET, eu me dediquei totalmente de corpo e alma. Só pensava no trabalho, basicamente. E o fato de a gente conhecer a história de cada jovem faz com que a gente queira continuar, queira ajudar e contribuir”, comenta. Entre as histórias que já presenciou, estão as de jovens que revezam o sapato para entrar no escritório para fazer a ficha de cadastro e outros que sequer possuíam o dinheiro da passagem para voltar para casa. “Eu também fazia a parte de recrutamento e seleção e ouvia muita história nas entrevistas, como jovens que diziam: ‘minha mãe fala para dormir que a fome passa’, coisas assim. A gente tenta fazer um pouco a diferença e ajudar. Até hoje encontro pessoas que passaram pelo ISBET e dizem o quanto a instituição as ajudou”, recorda-se Jessica.

Aliás, histórias como essas não faltam na instituição. Eu mesmo cansei de presenciar situações parecidas quando ia para as escolas públicas à noite, em busca de recrutar jovens para vagas em diversas cidades do país. Ao longo dos anos, também realizamos diversos contratos e projetos sociais com jovens em situação de vulnerabilidade — são tantos exemplos que reservo o próximo capítulo somente para falar sobre eles.

Quando as palavras me fogem

Ivan Roberto foi o responsável pela implementação do programa de aprendizagem em todo o território nacional. Ele foi fundamental na operação, pois minha função era muito mais a de estabelecer diretrizes, construir uma linha filosófica, fazer a coordenação e a supervisão geral. Já a atuação dele era a de colocar a “mão na massa”, que é o que sustenta a instituição.

No início de 2013, ele ocupava o cargo de Gerente Nacional de Aprendizagem e ganhávamos forças com o programa em todo o país quando um trágico desastre de moto interrompeu a história de garra e determinação que ele escrevia no ISBET desde 1998, quando acreditou na instituição e, sobretudo, em mim, e apostou na ideia de reerguê-la. Ao longo dos 15 anos em que atuou na entidade, deu o melhor de si a todo o momento para o seu crescimento e, sobretudo, para ampliar a quantidade de oportunidades aos jovens brasileiros.

Além do tino comercial e de um perfil realizador, Ivan Roberto possuía uma amabilidade enorme. Tinha dentro de si a visão de que a vida tem que ser agradável e transmitia essa vibração para a instituição. Não digo isso por se tratar do meu filho, pois todos que o conheciam o adoravam e dizem o mesmo. Não é à toa que, desde o começo, sempre trouxe muitos negócios para o ISBET, uma vez que o bom relacionamento é primordial para as vendas. É como diz Elisabeth Pelay: “ele era muito comercial, muito simpático, muito convincente. Foi ele quem trouxe os grandes clientes que o ISBET teve no momento mais difícil, que foi o início. Ele conseguiu fazer a instituição ter força financeira para se estruturar e crescer. Essa parte comercial dele, esse contato com as pessoas, era muito importante.”

O acidente aconteceu no dia 12 de janeiro de 2013, e ele faleceu no dia 19 de janeiro, aos 36 anos. Em novembro de 2021, ano da celebração dos 50 anos da entidade, ele faria 44 anos. Por motivos mais do que óbvios, as palavras me fogem ao descrever esse episódio. Ficamos arrasados, amortecidos por dentro. Pessoalmente, foi um baque violento, mas continuei trabalhando o tempo inteiro até como uma terapia, porque nada melhor do que o trabalho para as coisas andarem e deixarmos de pensar apenas no ocorrido. De certa forma, essa postura me ajudou a atravessar esse momento, mesmo porque, devido ao fato de ele ter dedicado praticamente a vida toda de trabalho ao ISBET, manter a instituição viva tornou-se algo importante para mim e para os que o conheceram. Sua história nos estimula a continuarmos brigando pela causa. Digo sempre que tudo na vida é como uma moeda, tem dois lados, o bom e o ruim, cabe a nós olharmos

o lado que quisermos. Mesmo uma desgraça dessa tem um lado bom. Se você quiser enxergá-lo, consegue.

Embora minha história pessoal e a do ISBET se intercalem em muitos momentos, são coisas separadas. Mesmo assim, a morte do meu filho foi grave para o ISBET também porque ele era o Gerente Nacional de Aprendizagem. Talvez tenha sido o momento mais difícil na entidade, mas tomei uma decisão rápida e imediatamente nomeei Elizabeth para assumir o lugar dele, desafio que ela aceitou. O fato de ela ter assumido de bate e pronto foi muito importante para que todos os órgãos com quem nos relacionamos vissem que houve um vácuo, mas que o espaço já estava coberto. Porém, fazer isso não foi fácil para ela, a irmã querida dele. O relacionamento dos dois era muito próximo e forte. Por outro lado, talvez por isso ela tenha conseguido encarar a missão para valer.

Elizabeth assumiu imediatamente, no dia 22 de janeiro. Ela havia retornado à instituição em 2012 e já atuava com o programa, então, conseguiu dar continuidade aos trabalhos. “Assumi porque alguém tinha que assumir, não tem jeito, vamos fazer o quê? Mas não foi fácil e as lembranças sempre ficam. Não costumo falar muito porque para mim o processo é difícil, por mais que a gente já tenha aceitado, a saudade e as lembranças ficam.”

A forte saudade permanece também para Luiz Rodrigo. “Meu relacionamento com o meu irmão era mais pessoal do que profissional. (...) Profissionalmente a gente divergia um pouco, não que não nos déssemos bem, mas divergíamos (...). [Para mim] o que posso falar mesmo é do lado pessoal, que é o que faz falta, tanto para nós como para a instituição. Ele se foi muito cedo e todo mundo que vai muito cedo ainda deixa alguma coisa por fazer, apesar de que fazemos o que Deus permite que a gente faça.”

Analisando hoje, percebo que deixei passar muita coisa naquele período no ISBET. Há uma mudança muito profunda de valores quando um fato como esse acontece conosco, porque o natural é o filho enterrar o pai, não o contrário. Muitas coisas se transformaram para mim com aquele episódio e isso se refletiu na instituição, com certeza. A Sônia concorda comigo: “sabemos que 2013 foi um ano perdido para o ISBET. Imagina nossas cabeças, estávamos como mortos-vivos”, recorda-se.

Por outro lado, como eu disse, o trabalho no ISBET nos ajudou a atravessar o momento, como reforça Sônia. “Meu filho morreu no dia 19, e no dia 27 eu já estava em Fortaleza. A passagem já estava comprada. A Elizabeth e o Orlando foram junto. Nós trabalhamos e ninguém entendeu quando chegamos, pelo mo-

mento, mas fazer aquilo foi super importante. Nesse mesmo ano, em junho, deve ter tido alguma audiência e precisei voltar para Fortaleza. Acho que eu fui umas três vezes para Fortaleza em 2013, não sei se como refúgio ou real necessidade.”

O ISBET, aliás, também nos ajudou a enfrentar dificuldades com a saúde, pois tanto Sônia quanto eu passamos por tratamentos de câncer, em épocas distintas — inclusive, eu fazia meu tratamento quando Ivan Roberto nos deixou. “Foi o ISBET que nos ajudou em dois momentos, nas nossas doenças e na nossa maior perda. Não gosto muito de falar porque choro, mas, para nós, se não fosse o ISBET, teria sido muito mais difícil”, avalia Sônia.

A unidade central do Rio de Janeiro ganhou o nome dele, onde colocamos seu retrato com o resumo de seus importantes feitos. É uma pessoa que temos grande consideração no ISBET, não apenas por ser meu filho, mas porque de fato contribuiu imensamente para a instituição ser o que é hoje. Eternizo nestas páginas, mais uma vez, nosso agradecimento:

Ivan Roberto em palestra sobre a aprendizagem em evento para parceiros Fortaleza, em 2011. A ele, nosso eterno agradecimento por suas contribuições para o crescimento do ISBET.



Ivan Roberto Pelay Mesquita **[1977-2013]**

- Iniciou no ISBET como estagiário em julho de 1998;
- Realizou o primeiro grande convênio com o Bob's, alavancando o ISBET-RJ;
- Assumiu a representação de Indaiatuba em 2002 e a unidade de São Paulo em 2003;
- Consolidou a representação de Brasília;
- Responsável pela implementação do Programa de Aprendizagem em todo o território nacional;
- Primeiro Gerente Nacional de Aprendizagem.
- Mestrando em Gestão de Recursos Humanos pela UCES - Buenos Aires - Argentina

Dos colaboradores do ISBET, o agradecimento por tudo o que fez.



Nome da unidade central no Rio de Janeiro foi dado em homenagem às contribuições de Ivan Roberto ao ISBET

Retomada

Quando Elisabeth decidiu retornar ao ISBET, em 2012, ela havia adquirido vasta experiência com educação a distância (EAD) e gestão de projetos em empresas privadas. No período em que esteve fora, ela conseguiu excelente colocação no mercado de trabalho, mas escolheu voltar para a instituição no Rio porque não estava feliz vivendo em São Paulo, onde ficava a empresa para a qual ela trabalhava na época. Na ocasião, porém, o ISBET não tinha condições de arcar com uma remuneração muito alta, uma vez que o Programa Jovem Aprendiz ainda estava em fase de consolidação. Portanto, conversamos e ela aceitou voltar para ganhar menos da metade do salário que tinha em São Paulo.

Voltou em boa hora, porque havia muito trabalho a ser feito com a aprendizagem. Aos poucos, ela foi colocando ordem na casa, como elaboração de material didático, programas e cronogramas de cursos. Posteriormente, quando assumiu a gerência, uma das primeiras ações que realizou foi a criação de um sistema de gestão on-line para a melhoria dos processos.

Em 2015, a EAD passou a ser permitida na aprendizagem — somente para alguns casos — e Elisabeth rapidamente promoveu o desenvolvimento da plataforma digital para a realização das aulas on-line no ISBET, antecipando-se em relação às demais entidades. Com isso, adentramos no universo da educação a distância muito rápido, o que nos beneficiaria cinco anos depois: em 2020, quando a pandemia de Covid-19 acometeu o mundo, muitas instituições foram pegas desprevenidas, mas o ISBET já tinha tudo pronto para manter as aulas on-line.

Rafael Conde, atual Supervisor Nacional de Aprendizagem e que entrou na instituição em 2011 como estagiário, começou a trabalhar como assistente da Elisabeth em 2013 e recorda-se de tudo o que foi feito de lá para cá: “começamos a fazer uma série de mudanças no sistema, padronizando todo o processo em nível nacional. Todas as unidades fariam o mesmo procedimento em todas as áreas do Programa de Aprendizagem. e com isso começamos a ter um controle maior de tudo. Pudemos enxergar onde estavam os gargalos e fazer processos de melhorias”, ressalta. Com todas essas ações, o número de jovens aprendizes no ISBET quase dobrou em pouco tempo, de cerca de 3 mil para a casa dos 5 mil entre o final de 2013 e o começo de 2014, recorda-se Rafael. “Tivemos um crescimento expressivo no programa de aprendizagem e, em 2014, recebi o convite tanto da Elisabeth quanto da diretoria para assumir a supervisão do programa”, conta.

Elisabeth passou a ser Diretora Adjunta Técnica e Rafael o responsável pela gestão do programa de aprendizagem. Em 2020, um pouco antes da pandemia de Covid-19, chegamos ao pico 8,3 mil jovens aprendizes. “Estávamos numa crescente muito grande. De maio de 2018 para cá, estamos num ritmo frenético de crescimento, conseguimos clientes muito grandes, estamos fazendo um bom trabalho e um foi indicando o outro”, avalia Rafael.



Equipe na unidade central no Rio de Janeiro, que hoje concentra as diretrizes para todos os demais escritórios no país

Ao longo de todos esses anos, ele destaca que a instituição construiu também sua participação no Fórum Nacional de Aprendizagem. Foi a partir de 2013 que começamos a frequentar reuniões em Brasília e a fazer contatos para conseguir participar do processo de tomada de decisão e dar sugestões. “Dois anos depois, conseguimos a primeira cadeira de suplente no colegiado do Fórum Nacional (...). Ficamos dois anos como suplentes e, na eleição seguinte, conseguimos efetivamente a cadeira de representante das entidades sem fins lucrativos dentro do Fórum”, explica Rafael.

Sônia também grava na memória como essa inserção no Fórum aconteceu: “em 2014 e 2015, a gente trabalhou para construir a aprendizagem. O Conde entrou em 2011, fez parceria com a Bete, e daí pra frente os dois foram construindo e reformulando, fazendo o ISBET aparecer até em Brasília. Ela entrou para o colegiado de entidades que respondem pela aprendizagem no Brasil”.

Com isso, passamos a estar presentes nas principais discussões de proposta de mudança na legislação, com sugestões e votos para melhorias, pois portarias e decretos regularmente precisam ser atualizados. Desde então, o ISBET foi ganhando cada vez mais força e representatividade nas discussões que envolvem a aprendizagem no país. De 2014 a 2020, consolidamos o produto aprendizagem.

Hoje somos uma das maiores instituições — pelas nossas contas, somos a terceira maior — que realizam o programa no Brasil e, sou suspeito para falar, mas ousou dizer que somos a melhor. Ao menos, esforço, garra e paixão não faltam para isso.



Inauguração de prédio do ISBET em SP, em 2012, cujo nome foi dado em homenagem ao professor Dorival Ignácio de Medeiros

Cursos de Aprendizagem no ISBET

Estamos sempre atentos às demandas e necessidades do mercado e, quando necessário, criamos novos cursos de aprendizagem para oferecer às empresas. Em 2021, esse era nosso portfólio de opções:

- Auxiliar de Serviços Administrativos
- Auxiliar de Atendimento e Comércio
- Auxiliar de Copa e Cozinha
- Auxiliar de Logística
- Auxiliar de Produção
- Auxiliar de Montadores de Máquinas e Acessórios
- Comércio e Varejo [Arco Ocupacional]
- Aprendiz de Corte e Costura [Arco Ocupacional]
- Aprendiz da Educação [Arco Ocupacional]
- Auxiliar de Frentista
- Auxiliar de Administradores de Edifícios
- Auxiliar de Construção Civil [Arco Ocupacional]
- Auxiliar de Serviços Administrativos Bancários [Arco Ocupacional]
- Higiene, Saúde e Segurança [Conservação e Limpeza]
- Aprendiz Operador de Computadores [TI]
- Aprendiz do Desporto [Arco Ocupacional]
- Operador de Contact Center
- Administração [Arco Ocupacional]
- Aprendiz Agroextrativista [Arco Ocupacional]
- Técnicas Bancárias [Arco Ocupacional]
- Aprendiz de Fiscal e Cobrador de Transportes Coletivos [Arco Ocupacional]

2011

ANO DA CELEBRAÇÃO DOS 40 ANOS DO ISBET



Posse de Dilma Rousseff: em 1° de janeiro
Dilma Rousseff foi a primeira mulher a assumir a Presidência da República, com o desafio de suceder Luiz Inácio Lula da Silva, que deixou o posto com vasta aprovação popular após oito anos no poder.



Plebiscito sobre a divisão do Pará: no dia 11 de dezembro, a população paraense participou de uma consulta pública sobre a divisão do estado do Pará em três: o próprio Pará e a criação de dois novos estados, que seriam Carajás e Tapajós. A maioria da população rejeitou a proposta.



Crise de Dívida na Europa: a União Europeia (UE) intensificou esforços em 2011 contra a chamada crise do euro e realizou inúmeras cúpulas na tentativa de encontrar uma solução para o cenário, o que não aconteceu ao término daquele ano. A crise da dívida soberana na UE foi originada devido à crise do Subprime nos Estados Unidos, intensificada após a falência do banco Lehman Brothers, em 2008.



Casamento Real na Inglaterra: a união de Príncipe William com Kate Middleton aconteceu no dia 29 de abril de 2011 na Abadia de Westminster, em Londres.



Massacre em Realengo: um tiroteio ocorrido na manhã de 7 de abril na Escola Municipal Tasso da Silva, no bairro de Realengo, na zona oeste da cidade do Rio de Janeiro, deixou 12 crianças mortas. O atentado gerou comoção mundial. O atirador Wellington Menezes de Oliveira, de 23 anos, invadiu a escola se fazendo passar por um palestrante.



Morte de Osama bin Laden: o líder e fundador da Al-Qaeda, organização à qual são atribuídos diversos atentados terroristas, entre eles os ataques de 11 de setembro de 2001 às Torres Gêmeas de Nova York, morreu no dia 2 de maio de 2011. Bin Laden foi morto próximo a Islamabad, capital do Paquistão, em uma ofensiva dos EUA.



Morte de Itamar Franco: o senador e ex-presidente da República Itamar Franco morreu aos 81 anos no dia 2 de julho, em São Paulo, após sofrer um AVC. Ele estava internado desde o dia 21 de maio daquele ano para tratamento de leucemia. Ele governou o Brasil entre 1992 e 1994, após o impeachment de Fernando Collor de Mello.



6

ENSINANDO A PESCAR EM ÁGUAS TURVAS



O trabalho do ISBET é intrinsecamente de cunho social, afinal de contas, somos uma entidade sem fins lucrativos que atua diariamente em busca de oportunidades no mercado de trabalho para jovens da periferia. Uma instituição como a nossa visa a melhorar a qualidade de vida e a autoestima do jovem marginalizado, que vive em área de risco, sem qualquer apoio ou orientação, e que pode vir a se tornar “aviãozinho” de traficante, a roubar ou a se prostituir — é para eles que nós trabalhamos. Buscamos mostrar a eles que há um caminho que, embora às vezes mais árduo, é muito mais gratificante. Se o escolherem, podem aprender a se posicionar, a contribuir para a sociedade e a dirigir a própria vida.

Tanto o programa de estágio quanto o Jovem Aprendiz, portanto, são voltados a esse público. Quando começamos com o estágio de nível médio, por exemplo, o foco já eram os estudantes da rede pública. Cansei de ir às escolas à noite em busca de selecionar alunos, muitos sem qualquer perspectiva de vida, e trazê-los para o mercado de trabalho.

Não esperamos que a empresa nos peça para fazer isso, pois nos inspiramos no tão disseminado trecho da canção de Geraldo Vandré: “quem sabe faz a hora

não espera acontecer”. Nosso maior desafio é fazer as empresas assimilarem que têm a responsabilidade social de dar uma oportunidade a quem nunca a tem. Se a organização está inserida na comunidade e seu lucro vem do trabalho local, seu papel é retornar com alguma contribuição — e o estágio ou a aprendizagem são ótimas opções de se fazer isso. A empresa pode distribuir cesta básica também, se assim preferir, mas, como diz o dito popular: “em vez de dar o peixe, por que não ensinar a pescar?”.

A grande maioria do público com que atuamos usa o salário de aprendiz ou a bolsa do estágio para ajudar a família em casa, comprando alimentos. Portanto, não atendemos apenas 8 mil mil jovens mensalmente (número aproximado de contratos em andamento por mês), de certa forma, temos a responsabilidade com 8 mil famílias.

O trabalho como um caminho possível

Apesar de nossos esforços, porém, nem sempre é fácil fazer o jovem compreender que há um caminho a ser seguido diferente daquele que ele vê na própria família e no seu entorno. Por isso, também temos um trabalho muito forte de convencimento e orientação profissional. Nosso atual Gerente Financeiro, Orlando Leal, cuja trajetória na instituição está relatada em páginas anteriores, descreve as dificuldades que temos nesse aspecto:

“A grande maioria, 90% do público do ISBET, é de pessoas de baixa renda, da periferia, de família desestruturada. (...) Já ouvi, nas idas a escolas em São Paulo, Minas Gerais e em outros lugares, jovens me perguntarem o valor que vão receber na vaga e dizerem que recebem muito mais levando droga.”

Por outro lado, há também relatos emocionantes daqueles que enxergam um novo caminho no trabalho do ISBET. Entre eles, Orlando destaca um em especial: no recrutamento dos candidatos, é usual pedirmos aos estudantes que escrevam uma redação de tema livre, como teste. Um dia, ao voltar da rua, Orlando foi chamado por uma das funcionárias que cuidava da seleção para que lesse uma das redações: “uma menina tinha escrito uma carta com o título ‘Anjo’. Ela contava a história da família dela, que estava toda perdida, e o pai se encontrava preso. Ela dizia que estava desesperada, sem saber o que fazer, até que apareceu um anjo na porta da escola dela que lhe deu uma oportunidade”, recorda-se Orlando, que na ocasião fez uma moldura para a carta e a colocou na parede da sala de trabalho do Comercial.

Lembra-se, também, de um comovente episódio de quando atuava no escritório em Belo Horizonte. Ele havia firmado um convênio com uma rede de pizzaria com cerca de 15 filiais, sendo que intermediávamos estagiários em todas elas. Um dia, ele foi comer em uma unidade da pizzaria no shopping e, na hora de pagar a conta, o gerente lhe disse que já estava paga. “Dois estagiários do ISBET que eu tinha colocado lá fizeram questão de pagar minha conta”. Diz que isso aconteceu cerca de quatro vezes até que ele simplesmente evitou ir na pizzaria para não pensarem que ia lá só para comer de graça. “O estagiário ganhava pouco, mas daquele pouco ainda fazia questão de fazer esse gesto. Isso demonstra muito o que é a força e a importância do trabalho do ISBET na vida das pessoas. Isso aconteceu na minha vida, que se transformou por conta do trabalho no ISBET, e nesses 20 anos de casa vi acontecer com inúmeras pessoas”, relata.

Entre esses personagens também encontra-se Glaylson Rodrigues, que foi nosso coordenador em Fortaleza e, assim como Orlando, já teve parte de sua história contada em páginas anteriores. Glaylson diz acreditar que os programas de aprendizagem, por exemplo, são uma maneira de mostrar ao jovem que, embora esteja em uma situação de vulnerabilidade social ou de baixa escolaridade, ele pode evoluir e entender que não vai ser alguém de baixa escolaridade a vida toda.

“Para mim, o ISBET como instituição, enquanto eu estive nela, era muito mais do que meu primeiro emprego, do que a primeira oportunidade. É uma possibilidade de mobilidade social, de crescimento, de mostrar que é possível dizer: ‘quero sair dessa vida, não quero esse caminho para mim, quero ser gente, quero ser grande, maior’. Mesmo tendo entrado na instituição com nível superior como entrei, eu sou esse jovem, vivi essa história de violência e de dificuldades que o jovem sofre na periferia, de não ter políticas sociais para ele, de sofrer preconceito por cor, por ser nordestino. O ISBET é a possibilidade de a gente entender que não devemos ficar revoltados ou orgulhosos, mas afirmar que somos gente. É muito mais do que estar no mercado de trabalho. É sobre viver, crescer, ser melhor, poder contribuir e colaborar com o seu país”, sentencia Glaylson.

O ex-coordenador da unidade de Fortaleza salienta, aliás, que o reconhecimento do trabalho realizado pelo ISBET vem também de fora. Em 2013, ganhamos o Selo Social Diamante do projeto ViraVida, entregue pelo Conselho Nacional do Sesi em cerimônia no Estádio Nacional Mané Garrincha, em Brasília. Na ocasião, pessoas, entidades e instituições em todo o território nacional

foram reconhecidas como parceiras do Sesi na construção de pontes para que adolescentes e jovens em situações de vulnerabilidade social pudessem desfrutar de melhores oportunidades. Glayson detalha que o programa ViraVida era voltado a jovens e adolescentes que tinham sofrido violência sexual e encontravam dificuldade de entrar no mercado de trabalho.



Com a equipe do ISBET após receber o Selo Social Diamante do projeto ViraVida, entregue pelo Conselho Nacional do Sesi em cerimônia no Estádio Nacional Mané Garrincha, em Brasília, em 2013

Também em 2013, recorda-se Glaylson, o então presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministro Joaquim Barbosa, outorgou o selo do Programa Começar de Novo ao ISBET¹. A concessão foi disciplinada por portaria do CNJ² e os requisitos para a entidade ser reconhecida com o selo incluíam a oferta comprovada de cursos de treinamento ou vagas de emprego para presos e egressos do sistema carcerário, bem como para adolescentes em conflitos com

1. Disponível em <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/1750>. Acesso em 26/03/2021.

2. Portaria CNJ n° 49, de 30 de março de 2010. Disponível em <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/746>. Acesso em 26/03/2021.

a lei. “Instituições do terceiro setor precisam desses registros porque é o que mostra o impacto a nível local e nacional e essa interlocução com os diversos setores”, observou.

É com o brilho no olhar que Glaylson fala sobre a importância do trabalho do ISBET para os jovens: “era uma missão mesmo. Era cada olhar, cada jovem que chegava. A diversidade era muito grande. Havia jovens homossexuais que diziam para mim: ‘eu consegui uma profissão por sua causa’ (...). Diziam: ‘eu não fui na prostituição por você, obrigado por você ter acreditado em mim’. Porque eles sofrem muito preconceito”.

Em 2014, recebi homenagem na Câmara Municipal de São Paulo, em uma sessão solene de iniciativa do ex-vereador Jean Madeira. Na ocasião, o reconhecimento foi ao trabalho e empenho realizado ao longo das décadas, beneficiando a juventude paulistana — e brasileira³.



Com a Sônia e o ex-vereador Jean Madeira em recebimento de homenagem na Câmara de Municipal de São Paulo, em 2014

3. Fonte: <https://www.saopaulo.sp.leg.br/blog/superintendente-do-instituto-pro-educacao-e-homenageado-na-camara/>. Acesso em 26/03/2021.



Recebimento de homenagem na Câmara de Municipal de São Paulo em 2014

Foto: André Bueno/CMSP/Divulgação



Ex-vereador Jean Madeira faz entrega de homenagem em sessão solene na Câmara Municipal de São Paulo, em 2014

Cota social em Brasília

Embora nosso trabalho já seja essencialmente social, também atuamos com projetos específicos que, ao longo dos anos, ganharam representatividade dentro da instituição. Nosso Supervisor Nacional de Aprendizagem, Rafael Conde, destaca que muitos desses projetos surgiram justamente como fruto do trabalho que desenvolvemos com a aprendizagem, sendo que alguns aconteceram por

meio da contratação de aprendizes na modalidade de cota social, que deve priorizar adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social, jovens egressos do sistema socioeducativo ou em cumprimento de medidas socioeducativas, além de jovens e adolescentes egressos do trabalho infantil ou com deficiência, entre outros.

Existem empresas que não cumprem a cota de aprendizes exigida pela lei e, quando são notificadas, o Ministério Público do Trabalho, em parceria com os conselhos de assistência social, conselhos tutelares, secretarias municipais, capta esses jovens em situação de vulnerabilidade e obriga as empresas a contratá-los.

Em Brasília, começamos com um desses projetos em 2015, como gravou na memória Cíntia Legendre (cuja história também está contada nos capítulos anteriores), por ter sido um importante marco em sua vida pessoal e profissional. “Resolvemos trabalhar com socioeducandos. (...) Toda a minha opinião a respeito de sociedade e de educação é dividida entre antes e depois desses projetos”, declara. A grande mudança aconteceu porque, após conhecer a realidade do sistema socioeducativo, Cíntia pôde perceber a série de lacunas existentes na vida do socioeducando, que vão desde a falta de apoio à mãe durante a gravidez até a escassez de políticas públicas. “Entendi como o jovem pode se tornar um socioeducando e como, muito provavelmente, se eu não fizer o meu trabalho e a sociedade o dela, ele potencialmente se tornará um carcerário”, sugere.

Em um desses programas, fechamos uma parceria com uma empresa que tinha sido notificada pelo Ministério Público. A organização contrataria aprendizes do sistema socioeducativo, mas não os queria internamente. “Então nos falou: ‘toma que são seus’, e os colocou para trabalhar dentro do ISBET”, lembra-se Cíntia. Segundo ela, de repente tínhamos 50 meninos e meninas do sistema socioeducativo no nosso escritório em Brasília. Relatou que o projeto fez enfrentarmos as mesmas situações que a escola pública vivencia, como aprendizes fumando dentro dos banheiros, situações de roubo e brigas entre os jovens. Porém, compreendemos o motivo de isso acontecer. “Quando começamos a entrar na vida pessoal deles, fizemos visitas domiciliares e vimos que suas casas sequer tinham saneamento básico, entramos no banheiro e percebemos que era apenas um buraco mesmo, entendemos que as oportunidades não são as mesmas para todos.”

Apesar desses meninos e meninas terem sido ensinados a não sonhar desde que nasceram, ao se aproximar deles no projetos Cíntia revela que é possível enxergar esse sonho reprimido. “Foram moldados desde pequenos para serem exatamente aquilo que são hoje. Pensam: ‘nasci na quebrada, meu pai é presidi-

ário, chefe de tráfico ou um traficante importante e é isso que sou moldado para ser'. Eles, de fato, não têm outra visão de mundo", avalia. Porém, tanto Cíntia em Brasília quanto todos na entidade que trabalham com esses jovens notam que, ao trazê-los para perto e mostrar que somos exatamente o mesmo ser humano que eles, mas com outra vivência, e ao apresentarmos a eles uma possibilidade, os jovens começam a pensar: "caramba, posso ser isso também!".

Nessas horas, é possível ver os olhos de alguns jovens se abrindo. É uma linda ampliação de horizontes: "é maravilhoso ver acontecer, você mostra para esse menino que não é bonito ser durão, ser bandido. Que bonito mesmo é a gente crescer na vida, mesmo com todas as dificuldades, que existem outras oportunidades e que estamos lá para ajudá-los."

Porém, obviamente, acontecem situações na direção oposta. Cíntia resgata com pesar e tristeza o marcante episódio da morte de um aprendiz de 14 anos que estava começando a ser convencido de que era possível recomeçar, mas foi brutalmente assassinado. Sua família inteira era envolvida com o tráfico de drogas e ele cresceu acreditando que aquela seria a vida dele. "Já tínhamos perdido outros aprendizes antes, mas aquele menino ficou para nós como o símbolo de uma pureza que foi tirada. (...). Percebemos que nosso trabalho não depende só de nós, mas também do que acontece da porta do ISBET para fora."

Lidar com tais obstáculos estruturais já a deixou propensa a abandonar os projetos sociais, mas relata que tais pensamentos logo vão embora, sobrepostos por situações que a fazem enxergar que o esforço vale a pena. Por mais que se sinta derrotada de vez em quando, Cíntia salienta que há casos de jovens que, dia após dia, dizem que querem mudar e mostram pequenas mudanças, o que é bastante satisfatório.

Declara ser gratificante ver esses exemplos, pois alguns realmente conseguem sair das duras realidades das quais são advindos. "Ver o fruto do nosso trabalho é maravilhoso. Não há dinheiro que pague a satisfação de eu saber que estou trabalhando para acabar com a injustiça social, com o racismo, com a falta de oportunidade para os jovens. Estou trabalhando na conscientização da sociedade. Quando vejo que esse trabalho é mais do que necessário, noto que não posso desistir e tenho que continuar, e batalhar todo dia. Aí, não dá vontade de parar. (...) Não sei e nunca tive vontade de fazer outra coisa na vida que não trabalhar no ISBET, porque o que me move é chegar todo dia e ver que essa juventude tem oportunidades de trilhar um novo caminho e fazer escolhas, e que a gente faz parte dessa oportunidade", afirma.

Atuações no Rio de Janeiro

Já no Rio de Janeiro o trabalho com os projetos sociais tem destaque em 2016 e em 2017, quando Elisabeth Pelay e Rafael Conde participaram ativamente das reuniões do Fórum Estadual da Aprendizagem no estado e tivemos a oportunidade de realizarmos um projeto com o Ministério Público do Trabalho que, na ocasião, tinha um Termo de Ajuste de Conduta (TAC) de uma empresa que havia sido multada por questões trabalhistas.

Após esse início, vários outros projetos chegaram para nós. Rafael Conde recorda que um dos projetos que desenvolvemos em seguida foi voltado a 25 adolescentes em situação de vulnerabilidade e aconteceu em parceria com a Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos do Rio de Janeiro. Eram jovens em medida socioeducativa, em regime aberto. “Esse projeto foi todo voltado para a garantia de direitos, inserção e acompanhamento escolar, retirada de documentação como RG, CPF e Carteira de Trabalho. Fizemos também um curso de três meses de desenvolvimento profissional, mostrando para eles como se inserir no mercado de trabalho”, relata Conde. Ao final do projeto, encaminhamos esses jovens para vagas de Aprendizagem no mercado de trabalho, e muitos foram inseridos, sendo efetivados ao término do programa na empresa, onde estão até hoje.

Segundo Conde, depois disso, conseguimos, por exemplo, financiamento do Ministério Público do Trabalho no Rio de Janeiro (MPT-RJ) para desenvolver o projeto Mão Dupla, que é 100% do ISBET e que atendeu 110 adolescentes em situação de trabalho infantil nos arredores das Linhas Vermelha e Amarela do Rio de Janeiro entre o final de 2016 e o começo de 2017. Eram moradores de comunidades do entorno e atuavam como vendedores ambulantes nessas vias expressas, onde muitas vezes corriam risco de vida devido ao tráfego intenso de veículos. Ao longo de cinco meses, trabalhamos com eles a garantia de direitos, pois muitos não tinham documentos e não estavam inseridos na escola. Fizemos, ainda, o acompanhamento com as famílias, o desenvolvimento profissional e encaminhamento desses jovens para o mercado de trabalho em programas de Aprendizagem. No pós-projeto, 53 jovens foram inseridos no mercado de trabalho.



Formatura do projeto Mão Dupla, que atendeu mais de 100 adolescentes em situação de trabalho infantil nos arredores das Linhas Vermelha e Amarela do Rio de Janeiro, em 2017

Projeto Recomeçar no Ceará

Em Fortaleza, um projeto idealizado e desenvolvido pelo ISBET e financiado pelo Ministério Público do Trabalho no Ceará (MPT-CE) realizou a capacitação total de 60 jovens em situação de vulnerabilidade social da região metropolitana de Fortaleza. O projeto aconteceu em dois ciclos, um com 30 jovens em 2017 e outro com mais 30 em 2019. Realizamos a regularização de documentos, garantia de direitos, a inclusão escolar e a preparação para o mercado de trabalho de adolescentes, com o intuito de inseri-los nos Programas de Aprendizagem. Também promovemos encontros grupais com os adolescentes e seus familiares, na perspectiva do desenvolvimento pessoal e do fortalecimento dos vínculos.



Em Fortaleza, Projeto Recomeçar realizou a capacitação de 60 jovens

Sangue “Isbetiano”

Temos projetos sociais de destaque também em Porto Alegre, onde a coordenadora é Kelly Cristina dos Santos, que enaltece o “sangue Isbetiano” como a grande força motriz de todo o trabalho da instituição. Ela começou a usar a expressão para motivar a si e os demais no enfrentamento de alguma situação difícil no dia a dia de trabalho.

Kelly ingressou no ISBET na unidade do Cariri, no Ceará, e seis anos depois, em 2017, recebeu o convite da Sônia para cuidar da reestruturação da unidade em Porto Alegre. Além de focar na expansão dos programas de estágio e Jovem Aprendiz na capital gaúcha, ela relata a experiência com a aprendizagem dentro da modalidade de cota social. “No caso do Rio Grande do Sul, foi feita uma força-tarefa pelo Ministério do Trabalho [hoje extinto], que na ocasião realizou auditorias para identificar empresas que tinham cota considerável para a admissão dos jovens e, em parceria com o Ministério Público do Trabalho, essas empresas foram convidadas para fazer parte do projeto, sendo que o ISBET entrava como entidade formadora”, explica.

Segundo Kelly, já é o segundo ano que trabalhamos nesse projeto em parceria com o MPT em Porto Alegre. A primeira vez aconteceu entre 2017 e 2018 e a segunda, entre 2020 e 2021. Atualmente, profissionalizamos 30 jovens aprendizes com deficiência (PCD) — entre eles há casos com deficiências mentais e emocionais, como disgrafia, discalculia e Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH). Com alguns desses adolescentes estamos trabalhando o letramento e a escrita com letra cursiva, pois há casos de aprendiz com 14 anos que ainda está na primeira série do ensino fundamental e mal escreve o nome.

Quando os aprendizes com deficiência ingressam conosco, nossos profissionais da área psicossocial fazem um trabalho de anamnese com eles. Kelly destaca que, em seus relatórios, chegam registros de realidades como a de adolescentes com 14 ou 15 anos que foram retirados de casa aos 5 ou 6, situação que causa graves impactos na criança. “O projeto de 2017 foi realizado com 15 jovens, e o atual está sendo com 30 jovens. São 30 situações, 30 histórias que, ao você escutar, tem vontade de parar e chorar. São inúmeros casos de violência, de abuso”, revela. Há casos de jovens que se sentem tão acolhidos por nós que abrem o coração e nos contam detalhes que, inúmeras vezes, nos paralisam. “Precisamos parar, respirar, beber um copo d’água e ir ao banheiro enxugar as lágrimas, porque não podemos chorar na frente do jovem. O impacto é tão grande que a gente precisa dessas pausas”, desabafa Kelly.

Kelly salienta que tanto nos projetos de cota social como nos demais a preocupação do ISBET é sempre a mesma: “que esse jovem consiga ou ser admitido pela empresa ou, ao menos, ser realocado no mercado”. Orgulha-se ao avaliar que um importante diferencial da instituição é o olhar humanizado a todos os jovens. “O lema do ISBET é ser transformador. Nosso trabalho não é só enca-

minhar o jovem para a vaga e ver que deu certo. Buscamos realmente transformar vidas.”

Esses são apenas alguns dos projetos sociais que realizamos, pois há muitos outros que já foram e são realizados pelas unidades do ISBET Brasil afora. Reforço, entretanto, que a própria atuação da entidade já é um trabalho social em si. É o que fazemos o tempo todo, com cada um dos mais de 1 milhão de atendimentos a jovens desde o início da história da entidade.

Por causa de todas as dificuldades relatadas neste capítulo, sempre é tão gratificante para todos nós quando vemos que, apesar dos pesares, muitos jovens ingressam nos programas, crescem e se desenvolvem nas empresas. Temos inúmeros casos na história do ISBET de jovens que não apenas foram efetivados, como também viraram coordenadores, gerentes. Fizeram faculdade, se especializaram e cresceram tanto na vida profissional quanto, talvez mais importante do que isso, como cidadãos.



Formatura de Jovens no Rio de Janeiro, em 2018

2017

ANO EM QUE OS “PROJETOS SOCIAIS” ACELERARAM NO ISBET



Posse de Trump nos EUA: em 20 de janeiro, o magnata republicano Donald Trump, assumiu como o 45º presidente dos Estados Unidos, aos 70 anos, depois de vencer as eleições com o lema “America first”.



Prisão de Eike Batista: o empresário teve a prisão preventiva decretada no dia 26 de janeiro pela Polícia Federal acusado de corrupção ativa no esquema liderado pelo ex-governador do Rio de Janeiro Sérgio Cabral.



Morte da Marisa Letícia: a ex-primeira-dama Marisa Letícia Lula da Silva, mulher do ex-presidente Lula, morreu no dia 3 de fevereiro no Hospital Sírio-Libanês, em São Paulo, aos 66 anos. Ela estava internada desde o dia 24 de janeiro de 2017, depois de ter sofrido um acidente vascular cerebral (AVC).



Início do Brexit: no dia 29 de março, o Reino Unido deu início oficialmente ao processo de saída da União Europeia (UE), que ficou conhecido como Brexit, a junção de de Britain (Bretanha) e exit (saída), e começou a valer em janeiro de 2020.



Aprovação da Reforma Trabalhista: a Reforma Trabalhista, que promoveu mudanças significativas na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), foi sancionada em 13 de julho de 2017 pelo ex-presidente Michel Temer. A Lei nº. 13.467/2017 mudou regras relativas a remuneração, plano de carreira e jornada de trabalho, entre outras.



Condenação de Lula por Moro: no dia 12 de julho, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi condenado pelo ex-juiz Sergio Moro a 9 anos e meio de prisão pelos crimes de lavagem de dinheiro e corrupção passiva no caso conhecido como triplex do Guarujá. Lula foi solto em 2019 e, em março de 2021, teve as condenações impostas pela Operação Lava Jato anuladas por decisão do Supremo Tribunal Federal (STF).



Prisão de Paulo Maluf: no dia 19 de dezembro, o Supremo Tribunal Federal (STF) determinou que o então deputado Paulo Maluf começasse a cumprir pena de 7 anos e 9 meses de prisão por desvios de verba praticados enquanto era prefeito de São Paulo. Ele se entregou à PF no dia seguinte. Em 2018, obteve decisão da Justiça para cumprir prisão domiciliar em razão de problemas de saúde.



7

**“CAUSOS” QUE
FICARÃO PARA
A HISTÓRIA**

Em meio às memórias de trabalho intenso, percalços e conquistas que compõem a história de 50 anos do ISBET, há que se reservar um capítulo à parte, literalmente, para os episódios inusitados e emocionantes vividos pelos colaboradores da instituição ao longo de todos esses anos. São recordações que ilustram o lado descontraído e bem-humorado presente na “alma” da instituição — da qual compactuo —, além de episódios inspiradores. Compartilho algumas delas a seguir.

Carteiras na rodovia

Houve uma época em que foi aberto um escritório do ISBET em São José do Rio Preto, no interior de São Paulo. A unidade, infelizmente, não vingou e precisamos fechar as portas. Havia sido feito um bom investimento para a abertura da unidade, o que incluiu a compra de carteiras escolares e mesas de trabalho. Decidimos, então, ir até lá buscar os móveis para aproveitá-los em outra unidade, uma vez que nossos recursos sempre foram bastante escassos.

A empreitada ficou sob a incumbência de Ivan Roberto e Cíntia Legendre, esta que, como mencionado em capítulos anteriores, hoje está à frente da representação em Brasília. Entretanto, as memórias que ela guarda a respeito do cumprimento da missão não são lá tão animadoras assim.

“Não estava dando certo o escritório em São José do Rio Preto e decidimos fechar. Então, pensamos: vamos fazer o que com as coisas que estão lá? Na época, o ISBET tinha uma picape Ranger um pouco velha e concluímos: pagamos caro [nos móveis], vamos colocá-los na caminhonete e trazer para aproveitar em outro lugar!”, recorda-se.

Cíntia e Ivan, então, pegaram a caminhonete e partiram rumo a São José dos Campos, que fica a cerca de 500 quilômetros da capital paulista, viagem que dura

mais de 5 horas de carro, em condições favoráveis. Mesmo saindo de Indaiatuba, onde fica uma das unidades do ISBET, são aproximadamente 400 quilômetros de distância e 4 horas de viagem. “É longe, muito longe”, lembra Cíntia.

Ao chegar lá, eles perceberam que havia muito mais coisa para ser carregada do que cabia na carroceria da picape. O jeito foi encaixar as mesas e carteiras em busca de melhor aproveitamento do espaço. Fizeram que fizeram e coube tudo! Para piorar, a cidade é bastante quente e “fazia um calor do ‘Satanás’ naquele lugar”, nas palavras de Cíntia, que acrescenta: “quando terminamos, colocamos uma lona preta por cima, amarramos e viemos embora!”.

Passados 40 minutos de estrada, uma carteira começou a tremer lá de cima do empilhamento tão meticulosamente montado. “Vai cair, vai cair!”, disseram um para o outro na cabine. Pararam o carro no acostamento e Cíntia subiu na carroceria para melhor encaixar a carteira que estava caindo. Afrouxou a corda, ajustou-a, apertou a corda novamente e disse: “pronto. Vambora!”. Após mais 20 minutos, ambos escutaram um “bum-bum-bum” novamente. Encostaram uma segunda vez e repetiram o procedimento, porém, o problema persistiu.

“Era um tal de pôr a carteira de um lado, pôr do outro, amarra daqui e desamarra dali. A gente já tinha parado umas cinco ou seis vezes e, uma hora, o Ivan parou, olhou, e disse: ‘quer saber? Vai se ferrar!’”. Havia umas três carteiras que estavam perturbando a nossa vida. Ele tirou a lona, pegou as carteiras uma a uma e foi jogando no acostamento: “buum-buum-buum. Apenas vi as três carteiras vermelhas caindo no meio do mato, voando longe. Depois, ele ainda falou: não vai falar para o senhor Mesquita!”.

Cíntia continua a história: “imagina? Como pegamos três carteiras que custavam uns 50 reais cada uma numa época em que não tínhamos dinheiro para nada no ISBET e sumimos com elas da caminhonete? Fiquei com tanto medo, porque o senhor Mesquita ia brigar muito com a gente se soubesse que pegamos três carteiras e jogamos longe! Não sei nem se ele sabe dessa história até hoje”, afirma.

Ela conta que, ao todo, havia umas 12 carteiras e mais uma mesa, uma cadeira e muitos papéis. “Foi um ato impensado. Se o Ivan não tivesse agido pelo ódio, ele teria jogado os papéis fora, mas na hora as carteiras estavam em cima, e a gente estava debaixo daquele sol, o carro não tinha ar-condicionado. Do jeitinho que ele desceu do carro, catou as carteiras e jogou longe... Quem sabe se o senhor Mesquita andar atento na Rodovia Anhanguera hoje, não acha três carteiras do ISBET perdidas no meio do mato, no acostamento?”

Secretária do Sr. Mesquita

Esta história também foi recordada pela Cíntia Legendre. Em meados de 2006 e 2007, ela atuou como minha secretária em São Paulo. Naquela época o ISBET ganhava representatividade como agente de integração no mercado e passamos a ir a muitos eventos para divulgar nosso trabalho. Ela me acompanhava para me auxiliar a fazer contatos, entregar cartões e agendar reuniões. Íamos sempre muito arrumados aos eventos. Eu sempre vesti terno e gravata para trabalhar e ela, como minha secretária, também usava traje social. A Cíntia é 43 anos mais nova que eu, ou seja, tenho idade para ser seu avô, mesmo assim, ela se recorda do seguinte episódio ocorrido naquela época:

“Eu ia muito bem arrumada aos eventos, de terninho e salto. Uma vez, fomos num coquetel cheio de empresários, apenas homens, um mundo bastante machista. Eu estava do lado do senhor Mesquita e ele me apresentou como sua secretária para o grupo. Eis que um dos empresários disse: ‘preciso arrumar uma secretária assim, viu, senhor Mesquita!’. O senhor Mesquita deu uma risada sem graça e não podia falar nada, mas as pessoas achavam que eu era uma acompanhante dele!”.

“Aperto” na entrevista

A Coordenadora Adjunta da unidade de Brasília Alana Rosa de Almeida entrou no ISBET em 2008. Ela conta que fazia faculdade de Administração e procurava um estágio na área quando surgiu uma vaga na instituição. “Quando me ligaram, eu tinha acabado de sair de um emprego e estava desempregada. Nessa situação, você fica ansiosa e passam mil coisas na sua cabeça. E aí surgiu a oportunidade no ISBET”.

No dia da entrevista, ela recorda que dava ré em seu carro ao sair de casa quando uma menina subitamente apareceu atrás do seu veículo empurrando um carrinho de bebê. “Fui para a entrevista tremendo, pois quase a atrolei!”, recorda-se.

Nosso escritório em Brasília ficava no Setor Comercial Sul, em uma salinha “supersimples” de 30 metros quadrados, com taco de madeira no chão e carteiras de escola para sentar, lembra Alana. Ela chegou ao local já bastante afoita devido ao episódio com o carro, e foi apresentada para o Ivan Roberto e a Cíntia, que a aguardavam para a entrevista.

A conversa transcorreu bem. Ivan e Cíntia fizeram algumas perguntas e pediram que Alana escrevesse uma redação. Quando olhou para a carteira que teria que sentar para escrever, porém, a candidata entrou em desespero. “Eu era bem

gordinha e pensei: ‘não vou entrar nessa carteira de jeito nenhum!’”, conta. Disse que a carteira era daquele formato tradicional com uma prancheta à frente e um espaço bem apertado para entrar. “Segurei o ar e sentei. Eu não podia nem me mexer. Foi uma comédia!”, recorda-se, aos risos. O fato é que o “aperto” valeu a pena: ela foi aprovada e está conosco até hoje!

Mudança de peso

Alana lembra que também enfrentou desafios durante as várias mudanças de escritório em Brasília que, segundo ela, “foram só cinco”: “hoje falo: não dou conta mais de fazer mudanças no ISBET!”

A mais marcante de todas, sem dúvida, foi a primeira delas, feita junto com o Ivan Roberto, porque a Cíntia estava de licença-maternidade. “A Cíntia tinha acabado de ter a filhinha dela, estava em São Paulo, e fomos eu e o Ivan fazer a mudança. Imagina dois obesos fazendo mudança [tanto a Alana quanto o Ivan estavam “um pouco” acima do peso na ocasião]? O escritório era pequeno, mas a gente tinha 40 carteiras, material de escritório e plantas para carregar! Até hoje a Cíntia brinca comigo por causa de uma planta grande que eu não consegui carregar e ficou pra trás!”

Sala verde

Nosso Supervisor Nacional de Aprendizagem Rafael Conde guarda uma singela lembrança de quando ainda era estagiário, em 2011.

“A gente tinha acabado de se mudar para um escritório no centro do Rio de Janeiro e a sala era verde, cor que não tinha nada a ver com o ISBET. Recebíamos alguns clientes no local e eu ficava muito incomodado com aquilo, pois pensava que a parte visual do escritório também era importante”, conta.

Diante de tal incômodo, ele pediu autorização ao setor Administrativo para pintar a sala de vermelho (cor do logo do ISBET) porque, além de ser verde, a parede estava feia e suja, o que gerava reclamações dos clientes. Porém, o pedido foi negado porque o balancete estava no vermelho. “Então, eu mesmo doe a lata de tinta para a instituição e a gente fez um mutirão com os alunos de Construção Civil do ISBET e pintamos a unidade. Foi bem legal”, recorda-se.

“Quando a diretoria chegou na unidade, perguntou: ‘quem pintou? Não vi nada no balancete com material de pintura’. E eu falei: ‘comprei o galão e a gente

montou a equipe de Aprendizagem com os jovens de Construção Civil'. Depois, fui reembolsado com o dinheiro da tinta!", diz Conde, que completa a história: "dois meses depois eles contrataram uma empresa e fizeram a pintura da unidade toda, mas aquilo serviu como incentivo para melhorar a unidade".

A sorte estava do nosso lado

A primeira vez que o advogado Carlos Rogerio Couto Baptista foi procurado para atender o ISBET foi, quase que literalmente, para "apagar um incêndio" — ou os resquícios deixados por um. Em 2001, aconteceu um incêndio no Tribunal do Trabalho no Rio de Janeiro e um processo envolvendo o ISBET, que já estava em tramitação anteriormente, pegou fogo.

Baptista recorda que, na época, ele trabalhava com outros dois sócios e os três começaram a advogar para a instituição porque enfrentávamos o tal processo trabalhista, que era complicado. "Eles não tinham uma experiência com ações trabalhistas complexas, era uma novidade para eles", diz o advogado, explicando que a ação já estava em fase de execução. Segundo Baptista, já era uma situação "meio enrolada" porque o antigo advogado não havia conduzido o processo da melhor maneira.

"Então, aconteceu uma coisa muito engraçada. O advogado da outra parte, da reclamante que estava processando o ISBET, tentou utilizar a argumentação de que nós não teríamos apresentado um documento solicitado pela Justiça, provavelmente pensando que não tínhamos como provar que havíamos juntado [o documento] porque o processo pegou fogo. Mas a sorte inacreditável e que estava do nosso lado é que a gente tinha uma cópia da entrega do documento!", ressalta o advogado.

"Nós entramos [no processo] e conseguimos solucionar a questão", lembra. "Tivemos a sorte de conseguir trazer esse documento e isso criou um elo de confiança entre o nosso escritório e o senhor Mesquita".

De acordo com Baptista, a multa caso o documento não tivesse sido entregue seria alta — ele não lembra do valor exato, mas estima ser de 150 reais por dia, o que daria quase 40 mil reais ao todo. "A gente conseguiu salvar a situação e acho que, nisso, conquistamos o senhor Mesquita".

Baptista defende o ISBET desde então, ou seja, há duas décadas. "Já trabalhei em outros escritórios [de advocacia] e isso é uma coisa absolutamente incomum. Geralmente, os escritórios têm passagens rápidas pelo cliente, que troca

de advogado constantemente. O senhor Mesquita já está nos aguentando há 20 anos, então, alguma coisa a gente deve estar fazendo de certo!”.

De férias no Caribe

Em meados de 2003, fui morar em Fortaleza para investir no crescimento da unidade, que precisava de um empurrão para ampliar a expansão, e a Sônia me acompanhou em seguida. Sempre fomos muito simples e não precisamos de muito conforto para viver. Então, a princípio, nos instalamos em uma pousada simples. Quem não se conformava muito com isso era Glayson Rodrigues, nosso então coordenador na capital cearense.

“Eles ficaram morando aqui numa pousadinha, sabe? Eu pensava assim: ‘meu Deus, tudo bem que é uma instituição do terceiro setor, mas eu tive a oportunidade de ir lá [na pousada], era uma pousadinha que pingava o chuveiro! Mesmo assim, os dois estavam sempre muito felizes. Encerravam o expediente às 17h e saíam a pé até a pousada. O escritório ficava no centro. Muitas vezes eu os acompanhei e eles adoravam aquilo! Mesmo com todos os problemas e as dificuldades, pareciam felizes, adoravam estar em Fortaleza. Pareciam que estavam, assim, no Caribe de férias!”, recorda-se Glayson, que completa: “trabalhávamos muito, mas eles sempre estavam otimistas. Transmitiam isso para a gente, o que nos dava segurança. Eu queria fazer cada vez mais e dizia: não quero trabalhar em outro lugar, quero ficar aqui para o resto da minha vida!”.

Morei em Fortaleza um ano inteiro para reerguer o escritório do ISBET. Enfrentávamos dificuldades naquela cidade na época e eu sabia que, indo para lá, trabalharia e não deixaria fechar. Acredito muito no meu trabalho e até hoje a Sônia chama a minha atenção porque, aos 78 anos, ainda falo: “se precisar, vou lá e faço!”. Hoje tem coisas que não aguento mais fazer, mas antigamente eu aguentava. Sempre acreditei muito na força do trabalho e acredito que, quando trabalhamos, o resultado aparece.

Mototáxi “da ostentação”

Glayson recorda-se também de uma história inspiradora ocorrida depois que ele já havia sido efetivado, em meados de 2004. Naquela ocasião, contratamos uma pessoa para auxiliá-lo como estagiária pois havíamos fechado um contrato com uma grande rede de supermercados no Ceará. Como a unidade de Fortaleza já

reunia forças para caminhar sozinha novamente, eu e Sônia partimos da cidade para nos dedicar ao crescimento de outras unidades.

Uma das demandas da rede de supermercados era a de que os atendêssemos no interior do estado, conta Glayson. Entre as perguntas que a gerente de RH fez para ele antes de assinar o convênio, destaca-se a seguinte: “você podem nos atender em Sobral e em Juazeiro? Se sim, fecho hoje mesmo com vocês!”

Era uma demanda de mais de 200 estagiários, uma quantidade representativa ainda hoje, o que dirá para a época, quando o escritório estava retomando o crescimento. Ocorre que não tínhamos escritórios nas cidades solicitadas. Mesmo assim, diante da possibilidade de fechar o contrato, Glayson respondeu-lhe: “sim, podemos atendê-los nessas localidades se a senhora oferecer pelo menos 30 vagas nesses locais.” Ou seja, ele firmou o compromisso sem termos absolutamente nada instalado em tais municípios. “Não tem como! Ou a gente arrisca ou a gente perde a oportunidade e não cresce!”, pensou o ex-coordenador, na ocasião.

“A gente fechou esse contrato e não tinha escritório [em Sobral e Juazeiro], o que, até então, o cliente não sabia. Por questão de imaturidade ainda, eu omiti a informação e apenas disse: ‘tudo bem! Para quando a senhora vai precisar dos candidatos?’”. Depois disso, Glayson conta que ligou imediatamente para a Sônia dizendo que precisava de dinheiro para viajar a Juazeiro do Norte, onde ficaria de três dias a uma semana, pelo menos, para implementar a unidade do ISBET no município!

Glayson já sabia o que devia ser feito. Programou-se para chegar em Juazeiro dois dias antes da data escolhida pela empresa para fazer a seleção dos candidatos. Pegou um ônibus noturno e viajou por 12 horas. Chegou na cidade pela manhã e deixou suas coisas em uma pousadinha próxima à rodoviária. “Tomei um banho, troquei de roupa e peguei um mototáxi. Na época não tinha Uber, apenas mototáxi, o que era uma ostentação. Poder viajar de mototáxi era ostentar!”, revela, aos risos.

Ele usou o transporte “da ostentação” para verificar o endereço do supermercado e pesquisar escolas nas redondezas para organizar a seleção dos candidatos. Apresentou-se aos diretores das escolas, pois como estudante de pedagogia se sentia respaldado a isso, e contou do projeto. “Disse a eles que queríamos nos instalar na cidade, onde não tínhamos escritório, mas que havia 30 vagas de estágio em supermercado disponíveis para os alunos.”

As escolas abriram as portas. “Era maravilhoso, porque você chegava na escola da periferia e dizia que 30 jovens seriam contratados, com a oportunidade de ganhar uma bolsa-auxílio para complementar os estudos”, afirma. Duas escolas abraçaram a causa e o ajudaram a selecionar os alunos. Quando a gerente de RH da rede de supermercados ligou para Glaylson, ele não tinha apenas 30 candidatos para apresentar: “eu reuni 80 jovens na porta do supermercado com a cartinha que fiz dentro da escola mesmo. Eles me emprestaram um computador e uma impressora para trabalhar. Eu passava o dia inteiro trabalhando dentro da escola, almoçava lá, não tinha gasto nem com alimentação. Para um gerente de RH que trabalha com seleção, é uma maravilha ter muitos candidatos.”

Glayson fez toda a seleção com a gerente em Juazeiro para fechar as vagas para o supermercado. “A gente começava às 8h e terminava às 19h (...). Fizemos o processo em Juazeiro e um mês depois montamos escritório no centro da cidade, vizinho ao supermercado que atendíamos, e contratamos um estagiário para ficar lá”. Depois, ele repetiu o processo em Sobral e, embora tenha vingado na época, o escritório nessa segunda cidade acabou fechando um tempo depois. Já a unidade em Juazeiro existe até hoje!

“Só não matei e não roubei”

Sônia Pelay começou no ISBET aos 49 anos e suspira, nostálgica: “hoje eu penso como eu era nova e não sabia!”. Ao relembrar as histórias dos percalços que passou na entidade, como os episódios já narrados da implantação do ISBET em Salvador ou da pousadinha em que moramos em Fortaleza, entre outras “aventuras”, diz:

“São coisas que hoje penso: ‘como eu fazia aquilo? Onde eu ia buscar forças?’. Eu tinha uma vida estabilizada na minha casa, e, de repente, me sujeitei a cada coisa... Só não matei e não roubei, do resto a gente fez de tudo: ficamos em pousadas ‘horrorosas’, tomei banho de água fria (...). Hoje a gente ri, mas fizemos a mudança do Rio para Fortaleza num carro Gol. Eu dirigia muito, foram dois dias e meio de viagem e ainda paramos na Bahia”, recorda-se, ponderando, contudo, que certamente há o lado bom de tudo isso: “nós temos o privilégio de conhecer esse Brasil. Eu adoro aventuras, adoro viajar, ver novos mundos, e eu estava tendo essa oportunidade!”.

Agente de mudança

Histórias sobre visitas em escolas também ficaram guardadas na memória de Luiz Rodrigo. Uma delas, porém, tem um viés bastante impactante. Entre o final dos anos 1990 e o começo dos anos 2000, ficávamos com frequência até meia noite em escolas públicas da periferia de São Paulo para selecionar candidatos para as vagas de estágio do Grupo Pão de Açúcar — chegamos a atender mais de 200 alunos em uma escola em Campo Limpo Paulista, na zona sul da cidade, lembra ele.

Certa vez, Luiz Rodrigo chegou a uma escola em Sapopemba, na zona leste, e soube que tinham matado um dos professores no dia anterior. Havia uma faixa preta no prédio, representando luto. Ao se apresentar à diretora, soube que não se tratava de uma escola de ensino médio e, portanto, não poderia selecionar candidatos para as vagas de estágio. Mesmo assim, Luiz Rodrigo já tinha ido até lá e resolveu conversar com a diretora, que lhe disse que o setor público poucas vezes esteve por lá e ele era a primeira pessoa do setor privado que passava na escola. Portanto, eles combinaram de fazer um processo seletivo simulado, na tentativa de dar aos alunos uma noção de como se portar em seleções para futuras vagas de emprego. Qual foi a frustração de Luiz Rodrigo ao ver que os alunos estavam completamente despreparados. “Eles não sabiam que era simulado. A gente aplicou a prova para a oitava-série e os jovens tinham nível de quarta-série”, lamenta-se. Uma das alunas, porém, conseguiu passar na seleção. “Deixamos o nosso contato para que ela fosse encaminhada a uma vaga quando entrasse no primeiro ano do ensino médio”.

Ao recordar-se dessa história, Luiz Rodrigo conclui: “nosso ensino é uma fraude. Isso foi em 1999, e lá se vão 21 anos. É por isso que o Brasil está onde está (...). Por isso, sempre lutamos para que o ISBET seja um agente de mudança para a sociedade brasileira.”

Enchente

Talvez você tenha lido o primeiro capítulo desta obra e notado que, de 1975 a 1985, temos poucos registros da história da entidade. Explico o porquê: na época, o presidente do ISBET (então SBEP) era também dono de uma escola particular em Santo Amaro, na zona sul da capital paulista. Nessa escola, ele guardou todo o material da SBEP, que, como narrado, chegou a produzir livros.

Entretanto, a cidade de São Paulo sofre com problemas de enchentes que, naqueles anos, aconteciam com muito mais frequência. Numa dessas enchentes, a escola alagou e todo o acervo da instituição foi destruído. Salvou-se, apenas, o livro de atas, que estava na casa do presidente! É o único registro que nós temos daquela época, pois não sobrou mais nada. Quer dizer, não tínhamos, porque agora tudo o que ficou gravado nas nossas memórias está compartilhado aqui, nas páginas deste livro que você tem em mãos.

8

**UM NORTE
PARA NOSSAS
REALIZAÇÕES**

Uma instituição sem fins lucrativos como o ISBET só existe quando os fundadores elegem seus conselheiros. Hoje, são 12, dos quais cinco compõem o Conselho de Administração, quatro o Conselho Fiscal e três que, de fato, são só conselheiros. Eles não são funcionários e não recebem nada da entidade, mas, mesmo assim, se comprometem a acompanhar e nortear nossas realizações.

O Conselho de Administração é composto por um presidente, dois vice-presidentes, um secretário e um tesoureiro. O principal compromisso dos conselheiros é anualmente aprovar os relatórios fiscais e financeiros e o plano de trabalho do ano seguinte em assembleia. É assim que esse grupo de pessoas governa e dirige estatutária e filosoficamente a entidade.

Os integrantes dos Conselhos de Administração e Fiscal são eleitos por três anos, já o presidente pode ser reconduzido uma vez (nossos presidentes, no geral, ficam seis anos no posto), e os demais permanecem por quanto tempo quiserem.

Abaixo do conselho, no nível operacional, a instituição conta com um corpo técnico composto por um Coordenador Geral, Superintendente ou Diretor-Executivo (função que exerce hoje), e os demais colaboradores que trabalham com ele para fazer acontecer o que foi previsto como campo de trabalho em assembleia e no estatuto. São eles: diretores-adjuntos, gerentes e supervisores que formam a equipe da unidade central, localizada no Rio de Janeiro, de onde sai a direção operacional para as unidades do Brasil todo. Cada escritório regional tem o seu coordenador, que é responsável por cuidar e seguir os parâmetros localmente, além de executar a parte operacional.

Quem nomeia o Diretor-Executivo é o presidente, com a aprovação do conselho — e, sob as mesmas regras, também pode destituí-lo. O diretor executa as decisões e diretrizes mas, ao mesmo tempo, também apresenta para o conselho pautas que os conselheiros precisam decidir a respeito. Entretanto, no geral eles

entendem que nós, que estamos diretamente à frente das ações, sabemos o que estamos propondo. Afinal, nessas alturas dos acontecimentos já estou diante da entidade há 22 anos (é tanto tempo que, no mínimo, nem que não se queira, aprende-se o que deve ser feito até por osmose!).

É preciso que haja um intercâmbio muito forte entre conselho e diretoria e, muitas vezes, o que possibilita que isso aconteça é a amizade que cultivamos ao longo do tempo. Desse modo, todos os conselheiros do ISBET são, acima de tudo, grandes amigos ou até verdadeiros irmãos de caminhada. São pessoas de confiança que acompanham a trajetória da instituição há décadas.

Muitos deles fazem parte da minha própria história desde antes da criação da instituição. São pessoas que me conhecem e confiam no meu trabalho. Uma delas, por exemplo, o Roberto Pontello, é meu amigo há 68 anos, ou seja, o conheci quando eu tinha 10 anos! Evidentemente, é uma vida longa de contato e muitos já sabem até no pensamento o que pretendo fazer. Essa vivência antiga contribui — e muito — não só para a nossa relação, mas também para o principal, que é o crescimento do ISBET.

Portanto, dada a importância dos conselheiros para a vida da entidade, compartilho a seguir alguns depoimentos dados por eles durante a produção desta obra em celebração aos 50 anos da instituição, fortalecendo as diretrizes que nos norteiam e, sobretudo, a confiança mútua entre nós, para que o ISBET continue cumprindo sua missão de levar oportunidades aos jovens brasileiros.

Nelson de Luca Filho, atual presidente do Conselho de Administração

Atual presidente do conselho, Nelson é conselheiro desde a década de 1990, tendo acompanhado toda a trajetória da instituição desde então:

“Sempre acreditei que a melhor coisa que existe é a educação, e o trabalho do ISBET é, sobretudo, de educação. O ISBET, na minha opinião, é uma instituição de ensino. Ele ensina a pescar, não dá o peixe. Depois de receber o ensinamento, o jovem está livre para fazer o que quiser, para sempre! A instituição proporciona ensino a indivíduos que nunca trabalharam, oferece-lhes um curso para que tenham um currículo. Esses indivíduos estão, então, aptos a trabalhar e a ganhar a vida. Passam a ter independência. A educação é algo que ninguém tira deles. Uma vez que um jovem recebe orientação e conteúdo, isso nunca mais é perdido.”

“Sou médico, mas sempre estive ligado à área de ensino e inclusive me aposentei como professor. Desde que entrei na faculdade, passei a dar aulas (...) e, ao me aposentar, eu tinha mais tempo [de trabalho] como professor do que como médico, então, me aposentei como professor. Portanto, acompanhar a trajetória de jovens no ISBET — alguns mais de perto, outros a distância — e ver como eram antes de receber essa educação, como se comportaram durante o trabalho e, depois, como ficaram prontos para ‘ir para a vida’, me deixa muito alegre e satisfeito.”

“Estou desde a década 1990 acompanhando o trabalho do ISBET. No começo, era pouco dinheiro e muito trabalho, mas as coisas foram evoluindo até a mudança de nome e, agora, temos uma situação maravilhosa, vamos dizer, com tudo em dia e sem problemas [financeiros]. São cerca de 30 anos junto com o Luiz Mesquita, vendo os jovens, antes sem orientação, se tornarem aptos a exercer todas essas profissões possíveis e imagináveis. Isso é muito bonito.”

“Fazer parte desta história é muito gratificante. É uma das coisas que me impulsionam a querer trabalhar mais. A minha participação [no Conselho de Administração do ISBET] é algo que, na minha opinião, me proporciona saúde e ainda mais disposição para o trabalho!”

Regina Helena dos Santos, atual conselheira e titular do Conselho Fiscal

“O ISBET se consolidou como uma entidade com importante participação no cenário brasileiro. Agora, cada vez mais [no pós-pandemia], espero que possamos atingir novos patamares e superá-los. Estarei sempre presente para ajudar com o que for possível. Que possamos expandir os horizontes, as aulas, o número de alunos, pois temos capacidade para isso. A esses jovens, desejo toda a felicidade que tive como profissional, como bibliotecária. Desejo a eles que nunca esqueçam dessa orientação que tiveram.”

“O ISBET oferece o acolhimento que é importantíssimo para os jovens, pois muitos não têm uma família estruturada (...). A entidade consegue reunir um conjunto de pessoas totalmente direcionadas a um mesmo objetivo, que acreditam na missão e valores da entidade, com ética e responsabilidade.”

“Vejo o ISBET como uma árvore frondosa, enorme, que dá muita sombra e muita alegria aos jovens. Que eles galguem uma profissão, que sejam felizes, que trabalhem com o que gostam, pois o dinheiro é importante, mas quando alguém trabalha com o que gosta, isso é um grande prazer!”

Odino Marcondes de Paula Jr., atual conselheiro

“Minha relação com Luiz Guimarães Mesquita começou em novembro de 1967, quando fui promovido para o cargo de Orientador do Serviço Social do Comércio (SESC), cargo então ocupado também por ele.

Na época, o SESC-SP havia criado as Unidades Móveis de Orientação Social (UNIMOS), com o objetivo de estender seus serviços às cidades que não contavam com unidades fixas. (...)

Em janeiro de 1968, fui designado para compor uma equipe coordenada pelo Mesquita que trabalharia durante três meses na região da Alta Paulista. Eu não poderia ter tido melhor experiência. Mesquita já tinha uma sólida experiência nesse trabalho e foi o mentor que eu, inexperiente, precisava. Ao lado da experiência profissional, Mesquita era o amigo sensível e empático, capaz de proporcionar o suporte emocional que precisávamos para enfrentar o desafio de mobilizar milhares de pessoas, num período tão curto, em torno de dezenas de atividades comunitárias.

Mais tarde, passamos a compor a equipe central de coordenação da UNIMOS. Aí, foram as suas habilidades políticas que se destacaram, no desafio de viabilizar os recursos necessários ao trabalho de campo.

Foi nesse período que sua competência para sonhar e concretizar suas visões se destacou: foi ele quem mobilizou mais de 50 colegas de trabalho para concretizar um projeto de negócios. É sonhador e realizador, mas antes de tudo, educador, o que o levou a transformar o ISBET nessa maravilhosa e importante instituição dedicada à educação, ao trabalho e desenvolvimento de jovens no Brasil.

É extremamente importante a atuação do ISBET. Uma situação clássica e antiga é que as empresas querem que as pessoas tenham experiência para contratá-las; e o jovem que só estudou, que tipo de experiência ele tem para ser contratado? É um desafio para quem nunca trabalhou arrumar um emprego. Todo o trabalho que o ISBET realiza facilita a entrada dos jovens no mercado de trabalho.”

Roberto Renato Pontello, atual conselheiro e 1º vice-presidente do Conselho de Administração

“O Luiz Mesquita é meu amigo há 68 anos, somos mais do que irmãos. Estudamos juntos em Itaúna (MG) no colégio [os atuais ensino fundamental e médio].”

“Fiquei admirado com a coragem que ele enfrentou para reerguer a instituição, e admiro muito, aplaudo, fico muito feliz e animado com o trabalho realizado por ele, que é muito importante, dinâmico e executa um trabalho social elevado.

A educação tem que ser direcionada para o trabalho, para as oportunidades e, sobretudo, para a formação do caráter, que acredito ser essencial e fundamental na educação do jovem. Com isso, além de ser preparado para uma atividade profissional, o jovem adquire um vasto contexto em termos de formação de personalidade, caráter cívico e desenvolvimento emocional devido à parte pedagógica. O trabalho do ISBET tem essa característica de preparar o jovem no contexto global, não é só como mão de obra. Ele aprende uma atividade profissional, mas também recebe orientação para a constituição do ser humano na sua globalidade.

A escola deveria ser uma instituição de formação mais global, porém, como percebemos que ela tem falhas nesse aspecto, o ISBET traz essa diferença. Quando a instituição assume um grupo de jovens para prepará-los para uma empresa, ela assume essa postura: de trabalhar não só o profissional, mas a constituição do ser humano.”

Maximino Basso, atual conselheiro e 2º vice-presidente do Conselho de Administração

“O professor Mesquita foi uma pessoa que teve coragem e enfrentou grandes desafios, pois começar uma instituição como o ISBET realmente não foi fácil. Exigiu muito empenho montar toda essa estrutura, agora bastante ordenada e produzindo bons conteúdos (...). Era um desafio mesmo, e, graças a ele e a seus colaboradores, o ISBET hoje é uma entidade respeitada.”

“Sempre tive uma relação muito boa com o professor Mesquita e logo que ele me convidou para ser um conselheiro do ISBET, aceitei. Aqui estou até hoje, com 82 anos, ajudando na medida do possível no trabalho desta instituição na qual acredito muito. É uma instituição necessária para um país como o nosso, onde a educação é renegada a segundo plano. Não há outra solução para que um

país cresça que não a educação, sobretudo porque nós, seres humanos, somos diferentes dos outros seres que já estão prontos. Por exemplo, um joão-de-barro faz uma casinha muito bonita, mas é sempre a mesma, não tem nada de criativo nela. Nós temos que ser essencialmente criativos, nascemos como possibilidades. Eu posso ser abandonado, me tornar o maior bandido, um péssimo ou um ótimo profissional. Então, a educação é necessária, é fundamental. E digo a educação em geral, não apenas a profissional.”

“O ISBET tem a valorização humana, trabalha a educação como um todo, dando para cada jovem autoestima, fornecendo possibilidades para ele posteriormente criar e fazer, com aquilo que recebeu, coisas autônomas. Então, na minha opinião, instituições como o ISBET são mais do que necessárias para a sociedade brasileira e não podem morrer no caminho. Têm que crescer sempre mais, atualizando-se de acordo com as necessidades da sociedade. Então, é fundamental que existam entidades como o ISBET no nosso país.”

Composição do Conselho

• Conselheiros

- 1 - Gabriel Cadaval Basso
- 2 - Lindaura Pina Da Cruz
- 3 - Maximino Basso
- 4 - Nelson De Luca Filho
- 5 - Odino Marcondes De Paula Jr.
- 6 - Regina Helena Santos
- 7 - Renata Pereira Esteves
- 8 - Roberto Renato Pontello
- 9 - Roosevelt Missias De Queiroz
- 10 - Rosilene Alberti Mileu
- 11 - Silvia Sayuri Yoshida
- 12 - Sumara Sayão De Brito Gomes

- **Conselho de Administração do ISBET (de 15.04.2020 a 15.04.2023)**

Presidente: Nelson De Luca Filho

1º Vice-presidente: Roberto Renato Pontello

2º Vice-presidente: Maximino Basso

Tesoureira: Sumara Sayão De Brito Gomes

Secretária: Rosilene Alberti Mileu

- **Conselho Fiscal do ISBET (de 2020 a 2023)**

Presidente: Gabriel Cadaval Basso

Titulares: Lindaura Pina Da Cruz

Titulares: Regina Helena Santos

Suplente: Silvia Sayuri Yoshida

Diretor-Executivo: Luiz Guimarães Mesquita





Fachada da Unidade Central do ISBET no Rio de Janeiro, em 2021

POSFÁCIO

NOSSA LUTA CONTINUA

Há uma disseminada frase em latim que diz: *labor omnia vincit*, que significa “o trabalho vence tudo”. É um lema que carrego comigo. O cineasta Glauber Rocha dizia que para se fazer um bom cinema você precisa ter uma história na cabeça e uma câmera na mão, depois, basta trabalhar que dá certo. Da mesma forma, graças ao fruto de nosso incansável trabalho, o ISBET completa 50 anos com uma belíssima história, que, espero, servirá de inspiração para muito do que está por vir.

Em 2021, chegamos a cinco décadas de vida tendo que enfrentar o imenso desafio que acometeu o mundo inteiro: a pandemia de Covid-19. Apesar desse difícil momento para a história da humanidade, conseguimos nos manter de pé devido ao trabalho árduo e sério realizado ao longo de toda nossa história até aqui.

Aquelas duas pequenas salinhas que tínhamos no Rio de Janeiro em 1998, quando decidimos reerguer a entidade, transformaram-se, 23 anos depois, em cerca de 30 escritórios espalhados por 11 estados brasileiros, sendo dois deles sedes próprias, uma em Indaiatuba (SP) e uma na Barra da Tijuca, no Rio, que é nossa matriz. O espaço da sede foi adquirido em 2019 e quitado integralmente com o dinheiro do ISBET, o que é uma enorme satisfação para nós. São quase 280 metros quadrados de área construída num prédio que reformamos e ficou exatamente como idealizávamos, moderno e bonito. Nele, há um auditório para 50 pessoas que homenageamos com o nome de Prof. Dorival Ignácio de Medeiros.

Sobretudo nas últimas duas décadas (mais precisamente a partir de 1999, quando fui contratado pela entidade), comparo minha atuação no ISBET à imagem de um equilibrista de pratos de circo. Sempre me dediquei ao máximo para garantir o funcionamento de todas as unidades da instituição. Antes da pandemia de Covid-2019, vivia a viajar pelo Brasil, cada hora em visita a um escritório em busca de conhecer suas particularidades e necessidades, de conversar com as equipes e trabalhar com elas para a melhoria dos serviços prestados visando ao crescimento na região. Assim como o equilibrista de pratos, é imenso o desafio de agir rapidamente para manter todas as unidades funcionando em sintonia, pois quando você direciona o foco no “último prato”, já é hora de correr para girar o primeiro de novo, prestes a cair. É assim que tem sido meu trabalho ao longo de todos esses anos.

Mesmo diante de desafios, é desse modo que conseguimos chegar onde chegamos nos dias de hoje. Obviamente, não sou o único a pensar assim, compartilho as palavras de Sônia, que vão na mesma direção: “mesmo nos períodos de produção baixa, conseguimos remodelar nosso trabalho, avaliar o que não deu certo, acrescentar e retirar o que fosse necessário. Isso foi construído dia a dia e acreditamos que culminou no que o ISBET é atualmente. Hoje, o ISBET está consolidado, é uma instituição que, podemos afirmar, não morre mais”, ressalta. “Estamos caminhando para o lugar certo”, diz.

Seguimos nosso trabalho mesmo diante dos obstáculos mais imprevisíveis. No início de 2020, a pandemia de Covid-19 afetou o mundo inteiro inesperadamente e não foi diferente conosco. Tínhamos, inclusive, acabado de reformar uma unidade nova no centro de São Paulo, com o aluguel de um andar inteiro de um prédio e capacidade para 2,5 mil alunos.

Felizmente, há muito tempo nossa plataforma de educação a distância (EAD) já estava pronta e em funcionamento (até então, apenas para casos isolados nos quais as aulas on-line de aprendizagem eram permitidas). Devido à necessidade de isolamento social em decorrência da pandemia, o governo autorizou que todos os cursos de aprendizagem fossem realizados a distância no período de reclusão social, e rapidamente nos adaptamos à nova realidade.

Além disso, nesse momento tivemos que fazer alguns ajustes cirúrgicos. Até o começo de 2020, antes da pandemia, contávamos com aproximadamente 160 funcionários espalhados por todo o país. Muitos eram instrutores dos cursos de aprendizagem e fomos obrigados a reduzir nosso quadro a menos da metade. Sobrevivemos apenas com o essencial e fazendo *home office*, fundamentalmente.

Saber pensar e agir com prontidão perante imprevistos foi um aprendizado que tivemos ao longo dos anos. Temos que estar prontos para as adaptações. Ainda não sabemos como será a retomada das atividades na área da educação, entretanto, quando pudermos voltar com as aulas presenciais, certamente chamaremos de volta os instrutores que precisamos dispensar durante a crise.

Em 2020, conseguimos nos manter ativos com o Jovem Aprendiz porque já tínhamos a plataforma de EAD em funcionamento. Mas, claro, tivemos que correr contra o tempo para migrar a totalidade de nossos cursos presenciais que estavam em andamento para o on-line e em todo o território nacional. Não foi fácil, mas conseguimos!

Apesar da possibilidade de realizar aulas a distância, quando o isolamento social não for mais necessário, o ISBET tem o posicionamento institucional de ser contra a totalização do EAD para o Jovem Aprendiz, como explica Rafael Conde: “prezamos muito pelo contato físico pessoal para que haja a socioaprendizagem por completo. Sabemos que o EAD é importante, a gente precisa evoluir e estar inserido na parte tecnológica, porém, [o ensino a distância] não deve ser o grande protagonista da aprendizagem”.

As aulas on-line representam redução de custo tanto para as empresas quanto para as instituições sem fins lucrativos responsáveis pela capacitação técnica, porém, quem sai prejudicado nessa modalidade é o aprendiz, uma vez que o programa é majoritariamente voltado ao jovem em situação de vulnerabilidade social. Muitos deles não têm sequer um dispositivo com acesso à internet para fazer as aulas em casa. Além disso, o programa de aprendizagem não envolve apenas a educação e formação teórica, há também o acompanhamento psicossocial, explica Conde. “É um jovem que precisa do tripé da parte pedagógica, assistencial e psicológica. Quando os cursos acontecem totalmente no EAD, perde-se um pouco a essência da aprendizagem”. É por conta disso, inclusive, que a denominamos de socioaprendizagem. Esse é, portanto, um importante assunto a ser dialogado e pensado assim que possível, quando aulas presenciais voltarem a acontecer.

Hoje, somos referência nacional quando o assunto é aprendizagem. Antes da pandemia, nossas três maiores regiões eram Rio de Janeiro, com 1.500 aprendizes ativos; São Paulo, com 2.500, e Fortaleza, com 1.800. Brasília também tinha destaque, com cerca de 1.300. Com a pandemia, no primeiro momento pensamos que a quantidade de aprendizes cairia pela metade e nos preparamos para isso. Porém, com o EAD praticamente mantivemos o mesmo número. Felizmente, perdemos pouco diante do que muitos sofreram.

Retomada do estágio

De 2008 até meados de 2014 passamos por um importante período de consolidação da aprendizagem, que alcançou seu pico no começo de 2020, com aproximadamente 8.000 jovens ativos. A busca por atingir a excelência no Jovem Aprendiz, contudo, fez com que tirássemos o foco dos programas de estágio. Isso porque, quando a aprendizagem chegou para nós, tivemos que aprender do zero como implantá-la, o que nos exigiu bastante esforço e exauriu todas as potencialidades que antes eram desenvolvidas no estágio. Foi necessário, para o processo ser sério e de qualidade, canalizarmos todas as energias para o programa Jovem Aprendiz, do contrário, jamais teríamos chegado onde chegamos.

O estágio ficou de lado e, conseqüentemente, aquilo que não é adubado, não cresce. Felizmente, nosso foco daqui para a frente é fazer esse resgate para chegar a um patamar no qual o estágio e a aprendizagem ocorram paralelamente, no mesmo nível — esse é nosso grande sonho. A pandemia de Covid-19 nos atrapalhou um pouco nesse sentido, mas seguimos no caminho e, assim que as condições estiverem favoráveis, estaremos prontos para retomar o investimento com força total. Eu diria que estávamos na decolagem, tivemos que dar a volta, aterrissar e parar, mas daqui a pouco voltaremos a voar de novo. Sabemos que nada acontecerá da noite para o dia, mas traremos o estágio para o mesmo patamar que ele sempre mereceu ter no ISBET. É apenas uma questão de tempo.

Quando isso acontecer, será a hora de refletirmos: “e agora? Qual outro produto ou serviço criaremos?”. A instituição não pode parar, na hora que os dois carros-chefe estiverem bem, teremos o terceiro. Nosso estatuto prevê uma série de possibilidades que podemos desenvolver e, assim, nossa tarefa será fazer o que sempre fizemos: definir uma rota, investir tempo nela e trabalhar para realizá-la.

Uma vez ouvi um ditado no Nordeste do país e jamais o esqueci: “quem tem dois, tem um, quem tem um, não tem nenhum”. Afinal, se acaba o “um”, ficamos sem nada. Portanto, hoje o ISBET é altamente respeitado e possui um trabalho belíssimo na aprendizagem. Agora é hora de retomar o estágio e, quando chegarmos a um patamar equânime, pensaremos em outras possibilidades.

Dentro desse contexto, é importante reforçar que uma instituição como o ISBET não cresce como uma empresa, visando ao lucro. Para uma entidade sem fins lucrativos como a nossa prosperar, apenas trabalhar por dinheiro não traz resultado; antes de tudo, ela deve ter “alma”. A alma da instituição é composta pelo objetivo em comum, por aquilo que as pessoas fazem com ela e por ela diariamente.

O ISBET só escreveu a história registrada neste livro (até aqui) porque a instituição é composta por pessoas para as quais o ISBET está entre as coisas mais importantes de suas vidas. Elas se dedicam e dão seu sangue pela causa; não estão preocupadas se viajarão de avião, de ônibus ou a pé para uma missão. Se precisar varrer a sala, varrem. Se precisar pintar a parede, pintam. Até muro quebram quando a situação pede, como registrado neste livro. Muito mais do que dedicação, sabem que uma entidade como a nossa exige de cada um “metabolizar-se”, que é quando você e a instituição passam a ser uma coisa só.

Nesse processo metabólico, o maior benefício que todos nós buscamos, de mim até o mais novo dos nossos colaboradores, é ver um jovem ou um pai nos dizer: “você botaram meu filho na linha”; ou um aprendiz nos agradecer: “devo ao ISBET o fato de eu ser gente hoje”. São coisas que acontecem conosco diariamente, em todo o país, e isso não tem preço. Não apenas nos sentimos gratos e felizes por esse retorno, como o utilizamos como combustível para a continuidade da nossa história.

Há quem nos diga: “estou rezando por vocês” ou “Vocês estão nas minhas orações”. Muitas vezes, são pessoas que sequer nos conhecem, não sabem quem somos como indivíduos, mas, de alguma forma, o ISBET chegou até eles de uma maneira tão boa, construtiva e acolhedora que desejam o que há de melhor para cada um de nós. Esse reconhecimento é nosso maior tesouro. É aquilo que compensa qualquer problema enfrentado durante todo esse tempo. É isso que explica o desenvolvimento que a instituição teve em todos esses anos, mesmo diante das dificuldades. Conseguimos porque sempre fizemos com boa vontade e intenção, de maneira idônea, honesta e séria e, sobretudo, com alma. Para mim, isso é o que resume nossa história.

Hoje, o ISBET é uma entidade respeitada e estamos num ponto de tranquilidade institucional, mas ainda tem muito a ser feito e muitas unidades a serem abertas, porque o Brasil tem 26 estados e só estamos em 11. Vivemos em um país continental que precisa de soluções sociais de abrangência nacional. Seguimos trabalhando para que possamos ter salas de aulas lotadas em todos os estados, e cada vez mais estagiários dentro das empresas, aprendendo uma profissão. Que saiam com um trabalho, fortalecidos e sabendo que há um caminho a seguir, honrados por, no fim do mês, ganharem seu dinheiro dignamente. Que tenham esperança e saibam que, apesar das dificuldades, podem ser o que sonharem nesta vida, pois “o trabalho vence tudo”. É para isso que nossa luta continua.

2019

O ANO DA AQUISIÇÃO DO PRÉDIO DA UNIDADE CENTRAL NO RJ



Posse de Jair Bolsonaro: Jair Messias Bolsonaro tomou posse em 1º de janeiro como o 38º presidente do Brasil, sob o clamor de seus eleitores, vestindo camisas verde-amarelas.



Tragédia da Vale em Brumadinho: o rompimento da barragem da mineradora Vale em Brumadinho (MG) aconteceu no dia 25 de janeiro e foi um dos maiores desastres ambientais da mineração do país, deixando 270 mortos e consequências inestimáveis para famílias da região e para o Brasil.



Prisão de Michel Temer: o ex-presidente Michel Temer foi preso em 21 de março, em cumprimento de mandado expedido pelo juiz Marcelo Bretas, da 7ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro. A prisão aconteceu no âmbito da Operação Lava Jato. Quatro dias depois ele foi solto, em 8 de maio retornou à prisão e, depois, recebeu novo *habeas corpus* e foi liberado.



Incêndio à Catedral de Notre-Dame em Paris: no dia 15 de abril de 2019, um grande incêndio atingiu a Catedral de Notre-Dame de Paris. Uma torre desmoronou em meio às chamas, mas a estrutura foi salva após mais de quatro horas de trabalho do Corpo de Bombeiros.



Criminalização da LGBTfobia: no dia 13 de junho, O Supremo Tribunal Federal (STF) determinou que a discriminação por orientação sexual e identidade de gênero passe a ser considerada um crime no país.



Incêndios florestais na Amazônia: uma série de incêndios atingiu a Floresta Amazônica em 2019. De janeiro a outubro, pelo menos 161.236 focos de incêndio foram contabilizados no país. O assunto ganhou grande repercussão internacional.



Óleo nas praias do Nordeste: as manchas negras de óleo aparecem em praias do Nordeste brasileiro a partir de setembro de 2019, o que perdurou durante meses. Cenas dos óleos chegando às praias comoveu a população local, que se reuniu voluntariamente aos órgãos públicos para realizar mutirões de limpeza.



Canonização de irmã Dulce: em 13 de outubro, a Irmã Dulce foi canonizada pelo Papa Francisco, tornando-se a primeira mulher comprovadamente nascida no Brasil a ser canonizada. Ela passou a ser chamada de Santa Dulce dos Pobres, graças às ações de caridade e assistência que realizou na Bahia, tendo tido dois milagres reconhecidos pela Igreja Católica.



Lula deixa a prisão: após passar 580 dias presos na Superintendência da Polícia Federal de Curitiba, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva deixou a prisão em 8 de novembro.



Morre Gugu Liberato: o apresentador de TV Gugu Liberato morreu vítima de um acidente doméstico no dia 22 de novembro, aos 60 anos. Ele caiu de uma altura de 4 metros em sua casa em Orlando, na Flórida, nos Estados Unidos, e bateu a cabeça na quina de um móvel.

2021

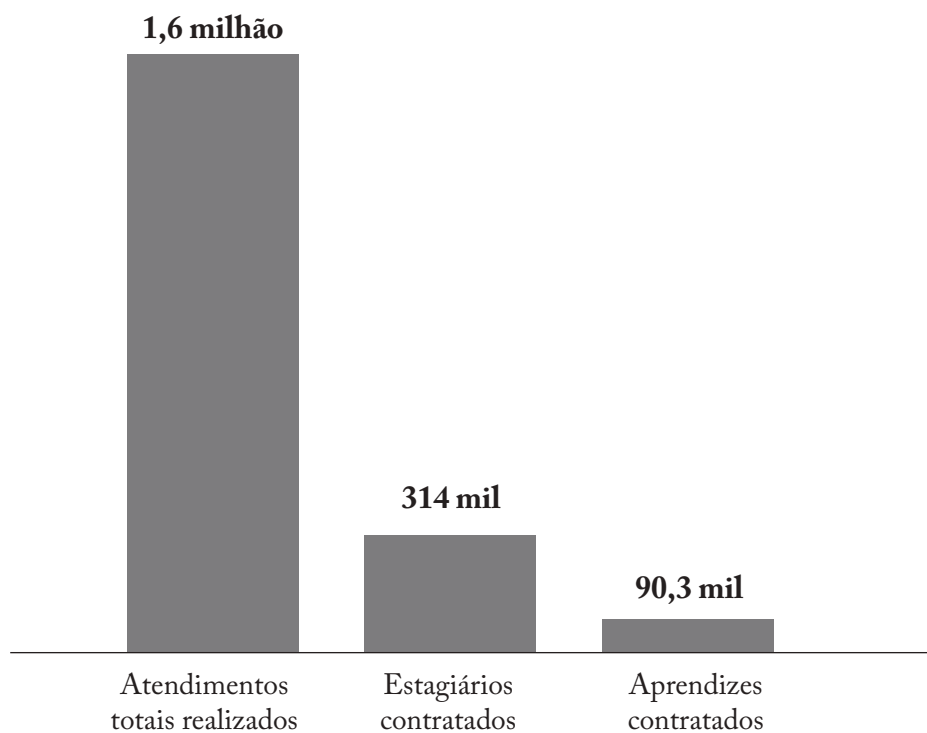
PRINCIPAL ACONTECIMENTO

Esta obra foi publicada em agosto de 2021, não sendo possível, portanto, listar os principais acontecimentos do ano. Porém, o destaque de um deles é garantido:



Celebração de 50 anos do ISBET: no dia 2 de agosto de 2021, o ISBET completou cinco décadas em atividade, comemoradas com a publicação desta obra e, sobretudo, com os números a seguir.

Total de jovens atendidos pelo ISBET até 2020:



Unidades do ISBET (2021)

Unidade Central (RJ)

Av. Embaixador Abelardo Bueno, 1.111, BLC 02, loja 109, Edifício Seletto
D.O.C – Barra da Tijuca – CEP: 22775040

Madureira (RJ)

Rua Carvalho de Souza, 58 – Madureira – CEP: 21350180

Niterói (RJ)

Rua Coronel Gomes Machado, 82, 4º andar – Centro – Niterói – CEP:
24020066

Rio Bonito (RJ)

Rua Doutor Mattos, 44, sala 108 – Centro – Rio Bonito – CEP: 28800000

Rio das Ostras (RJ) – Polo

Rua do Engenheiro SN, Quadra F, Lote 19 – C Zona Especial de Negócios –
Mar do Norte – Rio das Ostras – CEP: 28899004

Duque de Caxias (RJ) – Representação

Avenida Presidente Vargas, 242, sala 502 – Centro – Duque de Caxias – RJ –
CEP: 25070330

Nova Iguaçu (RJ) – Polo – Representação

Rua Coronel Francisco Soares, 174, sala 301 – Centro, Nova Iguaçu – CEP:
26216032

Nova Friburgo (RJ) – Representação

Avenida Conselheiro Julius Arp, 80, bloco 09, Térreo Parte Mod, 177 – Centro
– Nova Friburgo – CEP: 28623000

São Paulo

Rua Pedro Américo 52/68 – República – São Paulo – CEP: 01045010

Paz Leste (São Paulo – SP)

Avenida Celso Garcia, 3704 – Tatuapé – São Paulo – CEP: 03064000

Santo André (SP)

Rua Coronel Alfredo Fláquer, 285, salas 01,02 – Centro – Santo André – CEP: 09020040

Campinas (SP)

Rua Dr. Quirino, 561 – Centro – Campinas – CEP: 13015080

Indaiatuba (SP)

Rua das Orquídeas, 737 – Torre Corporate, sala 909 – Bairro Jardim Pompeia – Indaiatuba – CEP: 13330120

Belo Horizonte

Avenida Amazonas, 507, 13ª andar – Centro – Belo Horizonte – CEP: 30180001

São Gonçalo do Rio Abaixo (MG) – Polo

Rua Augusto Pessoa, 151, São Gonçalo do Rio Abaixo – CEP: 35935000

João Monlevade (MG) – Polo

Rua Bernardino Brandão, 139, Rosário, João Monlevade – CEP: 35930156

Curitiba

Rua XV de Novembro, 362, 7º andar, salas 702 e 704 – Centro – Curitiba – CEP: 80020310

Porto Alegre

Praça Pereira Parobé, 130, 7º andar, Centro – Porto Alegre – CEP: 90030170

Salvador

Rua General Labatut, 66 – Barris – Salvador – CEP: 40070100

Camaçari (BA)

Rua do Alecrim, 10, 1º e 2º andar – Centro – Camaçari – CEP: 42809172

Feira de Santana (BA)

Avenida Sampaio, 610 – Centro – Feira de Santana – CEP: 44001472

Candeias (BA) – Polo

Rodovia BA, 522, KM 08 (Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras de Candeias) Coroba – CEP: 43813300

Ribeira do Pombal (BA) – Polo

Travessa Abelardo Gama, S/N – Centro – CEP: 48400000

Valença (BA) – Polo

Rua Conselheiro Zacarias, S/N (Centro de Referências de Assistência à Mulher) Centro – CEP: 45400000

Esplanada (BA) – Polo

Rua JJ Seabra, S/Nº – Centro – Esplanada – CEP: 48370000

Valente (BA) – Polo

Travessa Rodovia Luís Eduardo Magalhães Km 02 Galpão 04 – Petrolina, Valente – CEP: 48890000

São Luís

Avenida Venceslau Brás 11 Altos – Fabril, São Luís – CEP: 65020640

Fortaleza

Rua Pedro Borges, 20, salas 1005 a 1008 (Centro Empresarial Clóvis Rolim) – Centro – Fortaleza – CEP: 60055110

Juazeiro do Norte – Cariri (CE)

Rua da Conceição, 549 – Edifício Empresarial Socredit – 3º andar salas 401 e 402 – Centro – Juazeiro do Norte – CEP: 63010222

Aracati (CE) – Polo

Travessa Alexandre Lima, 142 – Nossa Senhora de Lourdes, Aracati – CEP: 62800000

Caucaia (CE) – Polo

Rua 11, 30 – Parque Tabapuá – Caucaia (Conselho Comunitário do Parque Tabapuá) – CEP: 61635250

Brasília – Representação

SCS Quadra 3 – Bloco A – Lote 13/14 Unidade 101, salas 210 a 218, Asa Sul, Brasília/DF – CEP: 70303901

Goiânia

Rua 9, 481 Salas 605 a 608 – Setor Central – Goiânia – CEP: 74013040

Institucional Brasília

ST Comercial Sul, 49 – Asa Sul – Brasília – CEP: 70304000



LUIZ GUIMARÃES MESQUITA nasceu em 8 de outubro de 1943, em Governador Valadares (MG). É o atual Diretor-Executivo do ISBET, cargo que ocupa desde janeiro de 1999.

Curso o ginásio e o clássico no seminário Nossa Senhora de Fátima, em Itaúna (MG) e Filosofia em Teresópolis (RJ). Gradua-se em Serviço Social na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e é pós-graduado em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas em São Paulo (FGV-SP). Tem mestrado em Gestão de RH na Universidade de Ciências Empresariais e Sociais (UCES) em Buenos Aires, na Argentina.

Trabalhou durante uma década no Serviço Social do Comércio (SESC) de São Paulo, onde participou das Unidades Móveis de Orientação Social (UNIMOS), implantou e foi diretor durante dois anos do Campus Avançado do Vale do Jequitinhonha (CAVJ), iniciativa do Projeto Rondon, em Araçuaí (MG).

Trabalhou no Centro de Integração Empresa-Escola em São Paulo (CIEE-SP), onde criou as gerências de Estágio e Operações Externas, das quais foi gerente. Implantou, ainda, o Sistema Nacional do CIEE, tendo sido seu primeiro Coordenador Nacional. É um dos fundadores do CIEE em Minas Gerais. Participou da elaboração das Leis de Estágio no Congresso Nacional, em Brasília.

Como educador, foi professor de Matemática no Colégio Álvaro Guião e de História Econômica do Brasil no Colégio Visconde de Cairu, ambos em São Paulo. Foi professor da Faculdade Paulista de Serviço Social de São Caetano do Sul (SP) e professor de pós-graduação da Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM) no Rio de Janeiro.

“O tempo é o senhor da razão”, como diz a máxima, e cinco décadas se passaram sem que tivéssemos um registro escrito sobre a saga do Instituto Brasileiro Pró-Educação Trabalho e Desenvolvimento (ISBET), que completa 50 anos de história em 2 de agosto de 2021. E isso é muito tempo! É meio século. São 600 meses, 2.400 semanas, 18.250 dias, 438.000 horas e, muito mais que tudo isso, uma boa parte das nossas vidas.

Ao longo dessa jornada, todos nós, fundadores, conselheiros, colaboradores, estagiários, jovens aprendizes, entre outros, oferecemos nosso dia a dia na construção dessa instituição, pois ela não é feita de paredes nem de utensílios, mas sim da dedicação e da vida de seus colaboradores.

Esta obra, portanto, não é apenas o registro dos primeiros memoráveis 50 anos da instituição. É, sobretudo, o compilado dos primeiros capítulos de uma história que, espero, continuará sendo escrita por todos os que seguem dando sua garra e energia para o crescimento do ISBET, e em busca de preparar cada vez mais jovens brasileiros para o mercado de trabalho.

Luiz Guimarães Mesquita, Diretor-Executivo

ISBN: 978-65-86282-06-1

